

Grupo Raízen

**Demonstrações financeiras
combinadas consolidadas em
31 de março de 2017 e relatório
dos auditores independentes**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas consolidadas	3
Balancos patrimoniais combinados consolidados	7
Demonstrações combinadas consolidadas dos resultados	9
Demonstrações combinadas consolidadas dos resultados abrangentes	10
Demonstrações combinadas consolidadas das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações combinadas consolidadas dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas da Administração as demonstrações financeiras combinadas consolidadas	15



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Raízen Energia S.A. e Raízen Combustíveis S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas consolidadas das entidades Raízen Energia S.A. e Raízen Combustíveis S.A. do Grupo Raízen (“Grupo”), que compreendem o balanço patrimonial combinado consolidado em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações combinadas consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada consolidada do Grupo Raízen em 31 de março de 2017, o desempenho combinado consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas consolidadas”. Somos independentes em relação ao Grupo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase - Base de elaboração e apresentação

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 (a) às demonstrações financeiras que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras combinadas consolidadas. As demonstrações financeiras combinadas consolidadas do Grupo podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Grupo tivesse operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras combinadas consolidadas foram elaboradas para demonstrar a posição e a performance financeira das entidades sob controle compartilhado comum da Cosan Limited e da Royal Dutch Shell e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame do balanço patrimonial combinado consolidado, em 1º de abril de 2015 (derivado das demonstrações financeiras combinadas consolidadas do exercício findo em 31 de março de 2015) e o exame das demonstrações financeiras combinadas consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de março de 2015, preparadas originalmente antes das mudanças nas políticas contábeis devido à adoção de modificações nas normas IAS 16 - Imobilizado (CPC 27) e IAS 41 - Ativo Biológico e Produto Agrícola (CPC 29) e antes da retificação de erro imaterial relacionado à Letras Financeiras do Tesouro - LFT que estavam classificadas erroneamente na rubrica Caixa e equivalentes, descritos na nota 2.4, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 22 de junho de 2015. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2017, examinamos os ajustes nos valores correspondentes do balanço patrimonial combinado consolidado, em 1º de abril de 2015 e das demonstrações financeiras combinadas consolidadas de 31 março de 2015 e em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial combinado consolidado, em 1º de abril de 2015 e sobre as demonstrações financeiras combinadas consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de março de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre eles tomados em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras combinadas consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. Essas demonstrações financeiras combinadas consolidadas contêm uma agregação das informações financeiras relativas das entidades Raízen Energia S.A. e Raízen Combustíveis S.A. e foram elaboradas a partir dos livros e registros contábeis mantidos por essas entidades. A responsabilidade da administração inclui a determinação da aceitabilidade das bases de elaboração às circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras combinadas consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Grupo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras combinadas consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Grupo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança das Companhias são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras combinadas consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de junho de 2017.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8

Grupo Raizen

Balancos patrimoniais combinados consolidados em 31 de março

Em milhares de Reais - R\$

			2016	1º de abril de 2015
	Nota	2017	(reapresentado)	(reapresentado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.201.598	4.267.726	3.525.624
Títulos e valores mobiliários	4	753.804	104.905	502.606
Caixa restrito	5	325.237	874.605	188.624
Instrumentos financeiros derivativos	24	342.464	638.079	875.205
Contas a receber de clientes	6	1.902.542	1.758.781	1.605.174
Estoques	7	2.283.090	1.677.331	1.433.947
Ativos biológicos	8	1.276.321	973.373	595.200
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	16.b	862.268	378.215	51.231
Impostos e contribuições a recuperar		539.913	428.959	325.138
Outros ativos financeiros	9	11.048	10.028	12.931
Partes relacionadas	10	539.328	491.358	334.697
Ativos mantidos para venda	11	-	243.086	-
Outros créditos		372.212	416.686	290.486
Total do ativo circulante		12.409.825	12.263.132	9.740.863
Não circulante				
Contas a receber de clientes	6	443.730	305.586	298.254
Instrumentos financeiros derivativos	24	81.505	597.653	315.279
Outros ativos financeiros	9	1.222.820	1.445.442	968.420
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	16.b	191.878	560.920	508.360
Impostos e contribuições a recuperar		262.562	306.854	348.652
Partes relacionadas	10	1.108.551	713.635	916.066
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	16.d	99.831	322.041	326.001
Depósitos judiciais	17	335.529	293.465	276.795
Outros créditos		163.403	119.478	109.712
Investimentos	11	244.429	210.425	469.563
Imobilizado	12	10.731.444	10.640.032	10.862.058
Intangível	13	4.179.495	3.992.791	3.854.445
Total do ativo não circulante		19.065.177	19.508.322	19.253.605
Total do ativo		31.475.002	31.771.454	28.994.468

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas consolidadas.

Grupo Raízen

Balancos patrimoniais combinados consolidados em 31 de março

Em milhares de Reais - R\$

			2016	1º de abril de 2015
	Nota	2017	(reapresentado)	(reapresentado)
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	15	1.021.741	1.639.509	1.386.583
Instrumentos financeiros derivativos	24	280.039	579.278	243.997
Fornecedores	14	2.006.246	1.665.971	1.329.591
Ordenados e salários a pagar		468.237	494.543	424.674
Imposto sobre a renda e contribuição social a pagar	16.c	36.901	116.943	21.733
Tributos a pagar		229.360	228.523	184.719
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19.c	61.341	284.794	135.023
Partes relacionadas	10	743.018	860.980	262.269
Adiantamentos de clientes	6	203.363	105.912	132.138
Outras obrigações		521.935	480.622	349.179
Total do passivo circulante		5.572.181	6.457.075	4.469.906
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	15	10.338.758	11.213.217	10.532.010
Instrumentos financeiros derivativos	24	337.118	325.944	56.231
Tributos a pagar		177.565	11.437	175.097
Partes relacionadas	10	832.823	1.240.405	932.431
Provisão para demandas judiciais	17	988.326	761.616	775.031
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	16.d	437.281	232.976	275.400
Outras obrigações		424.523	376.707	398.093
Total do passivo não circulante		13.536.394	14.162.302	13.144.293
Total do passivo		19.108.575	20.619.377	17.614.199
Patrimônio líquido	19			
Atribuído aos acionistas controladores				
Capital social		8.300.065	8.256.042	8.117.972
Reservas de capital		1.693.227	1.672.262	1.812.202
Ajustes de avaliação patrimonial		(39.383)	(533.611)	14.663
Reservas de lucros		2.206.793	1.587.811	1.283.271
		12.160.702	10.982.504	11.228.108
Participação dos acionistas não controladores		205.725	169.573	152.161
Total do patrimônio líquido		12.366.427	11.152.077	11.380.269
Total do passivo e patrimônio líquido		31.475.002	31.771.454	28.994.468

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas consolidadas.

Grupo Raízen

Demonstrações combinadas consolidadas dos resultados

Exercícios findos em 31 de março

Em milhares de Reais - R\$

		2016	2015	
	Nota	2017	(reapresentado)	(reapresentado)
Receita operacional líquida	20	79.209.442	74.109.187	65.092.729
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	21	<u>(72.547.575)</u>	<u>(68.077.699)</u>	<u>(60.487.460)</u>
Lucro bruto		<u>6.661.867</u>	<u>6.031.488</u>	<u>4.605.269</u>
Receitas (despesas) operacionais				
Com vendas	21	(1.875.271)	(1.814.897)	(1.675.793)
Gerais e administrativas	21	(994.318)	(924.070)	(869.888)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	646.227	398.472	470.153
Resultado de equivalência patrimonial	11	<u>(72.556)</u>	<u>(65.891)</u>	<u>(20.242)</u>
		<u>(2.295.918)</u>	<u>(2.406.386)</u>	<u>(2.095.770)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto sobre o lucro e da contribuição social		<u>4.365.949</u>	<u>3.625.102</u>	<u>2.509.499</u>
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	23	(1.011.680)	(968.872)	(717.961)
Receitas financeiras	23	736.856	731.821	492.377
Variações cambiais, líquidas	23	443.314	(373.960)	(1.319.651)
Efeito líquido dos derivativos	23	<u>(327.150)</u>	<u>171.435</u>	<u>720.082</u>
		<u>(158.660)</u>	<u>(439.576)</u>	<u>(825.153)</u>
Lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social		<u>4.207.289</u>	<u>3.185.526</u>	<u>1.684.346</u>
Imposto sobre a renda e contribuição social	16.a			
Corrente		(972.098)	(658.545)	(384.424)
Diferido	16.e	<u>(173.087)</u>	<u>(322.168)</u>	<u>51.414</u>
		<u>(1.145.185)</u>	<u>(980.713)</u>	<u>(333.010)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>3.062.104</u>	<u>2.204.813</u>	<u>1.351.336</u>
Atribuível a:				
Acionistas controladores do Grupo		3.002.347	2.168.624	1.313.057
Acionistas não controladores do Grupo		<u>59.757</u>	<u>36.189</u>	<u>38.279</u>
		<u>3.062.104</u>	<u>2.204.813</u>	<u>1.351.336</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas consolidadas.

Grupo Raízen

Demonstrações combinadas consolidadas dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março

(Em milhares de Reais - R\$)

	2017	2016 (reapresentado)	2015 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	3.062.104	2.204.813	1.351.336
Resultado abrangente			
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ganho (perda) atuarial, líquido (1)	(3.132)	705	(14.041)
Tributos diferidos sobre ganho/perda atuarial (Nota 16.e)	1.049	(241)	4.719
	<u>(2.083)</u>	<u>464</u>	<u>(9.322)</u>
Itens que são ou podem ser reclassificados para o resultado			
Ganho (perda), líquido com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i> (Nota 24.e)	748.045	(831.530)	51.965
Efeito de conversão de moeda estrangeira - CTA	2.605	57	535
Tributos diferidos sobre <i>hedge accounting</i> (Nota 16.e)	(254.334)	282.735	(17.681)
	<u>496.316</u>	<u>(548.738)</u>	<u>34.819</u>
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	<u>494.233</u>	<u>(548.274)</u>	<u>25.497</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>3.556.337</u>	<u>1.656.539</u>	<u>1.376.833</u>
Atribuível a:			
Acionistas controladores do Grupo	3.496.575	1.620.350	1.338.564
Acionistas não controladores do Grupo	59.762	36.189	38.269
	<u>3.556.337</u>	<u>1.656.539</u>	<u>1.376.833</u>

(1) Em 31 de março de 2017, inclui saldo de passivo atuarial no montante de R\$ 47 (R\$ 2 em 2016 e R\$ 158 em 2015), contabilizados nas empresas termoeletricas (“UTE’s”) controladas direta ou indiretamente pela RESA, para as quais não são calculados tributos diferidos pelo fato destas empresas serem tributadas pelo regime de lucro presumido.

Grupo Raízen

Demonstrações combinadas consolidadas das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de março Em milhares de Reais - R\$

	Atribuível aos acionistas do Grupo											
	Reservas de capital					Reservas de lucros					Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido *
	Capital social	Reserva de capital	Especial Lei nº 8.200/91	Reserva especial de ágio	Ajustes de avaliação patrimonial	Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total		
Saldos em 31 de março de 2016 (Reapresentado)	8.256.042	1.426.347	2.804	243.111	(533.611)	170.141	306.490	1.111.180	-	10.982.504	169.573	11.152.077
Resultado abrangente do exercício												
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	3.002.347	3.002.347	59.757	3.062.104
Perda atuarial, líquida	-	-	-	-	(2.088)	-	-	-	-	(2.088)	5	(2.083)
Ganho líquido com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	-	-	-	-	493.711	-	-	-	-	493.711	-	493.711
Efeito de conversão de moeda estrangeira - CTA	-	-	-	-	2.605	-	-	-	-	2.605	-	2.605
Total resultado abrangente do exercício (Nota 19.d)	-	-	-	-	494.228	-	-	-	3.002.347	3.496.575	59.762	3.556.337
Contribuições dos (distribuições aos) acionistas do Grupo												
Constituição de reserva de incentivos fiscais de controladas	-	-	-	-	-	65.316	-	-	(65.316)	-	-	-
Reversão parcial de resgate de ações preferenciais classe C (Notas 19.a.2 e b)	(26.277)	26.277	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate e destinação de dividendos aos acionistas portadores de ações preferenciais (Nota 19.c)	70.300	(3.531)	-	-	-	-	(2.772)	(66.889)	(2.892)	-	-	(2.892)
Destinação de dividendos e juros sobre capital próprio (Nota 19.c)	-	-	-	-	-	-	(672.000)	(1.643.485)	(2.315.485)	(23.610)	(2.339.095)	
Realização parcial de reserva	-	-	(1.781)	-	-	-	-	1.781	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	61.590	1.166.848	(1.228.438)	-	-	-	-
Total das contribuições dos (distribuições aos) acionistas do Grupo	44.023	22.746	(1.781)	-	-	65.316	61.590	492.076	(3.002.347)	(2.318.377)	(23.610)	(2.341.987)
Em 31 de março de 2017	8.300.065	1.449.093	1.023	243.111	(39.383)	235.457	368.080	1.603.256	-	12.160.702	205.725	12.366.427

* Conforme divulgado na Nota 2.1.a, as companhias combinadas consolidadas não são operadas como uma única entidade legal.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas consolidadas.

Grupo Raízen

Demonstrações combinadas consolidadas das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de março Em milhares de Reais - R\$

Continuação

	Atribuível aos acionistas do Grupo											
	Reservas de capital					Reservas de lucros				Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido *	
	Capital social	Reserva de capital	Especial Lei nº 8.200/91	Reserva especial de ágio	Ajustes de avaliação patrimonial	Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados			Total
Saldos em 1º de abril de 2015 (Reapresentado)	8.117.972	1.564.831	4.260	243.111	14.663	30.256	247.208	1.005.807	-	11.228.108	152.161	11.380.269
Resultado abrangente do exercício												
Lucro líquido do exercício (reapresentado)	-	-	-	-	-	-	-	(173.154)	2.341.778	2.168.624	36.189	2.204.813
Ganho atuarial, líquido	-	-	-	-	464	-	-	-	-	464	-	464
Perda líquida com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	-	-	-	-	(548.795)	-	-	-	-	(548.795)	-	(548.795)
Efeito de conversão de moeda estrangeira - CTA	-	-	-	-	57	-	-	-	-	57	-	57
Total resultado abrangente do exercício (Nota 19.d)	-	-	-	-	(548.274)	-	-	(173.154)	2.341.778	1.620.350	36.189	1.656.539
Contribuições dos (distribuições aos) acionistas do Grupo												
Constituição de reserva de incentivos fiscais em controladas	-	-	-	-	-	139.885	-	-	(139.885)	-	-	-
Resgate de ações preferenciais	138.070	(138.070)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação de dividendos aos acionistas portadores de ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	(729)	(729)	-	(729)
Destinação de dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(727.160)	(1.137.650)	(1.864.810)	(20.755)	(1.885.565)
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.372	2.372
Realização parcial de reserva	-	-	(1.456)	-	-	-	-	-	1.456	-	-	-
Constituição de reservas e outros	-	(414)	-	-	-	-	59.282	1.005.687	(1.064.970)	(415)	569	154
Reconhecimento inicial de participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(963)	(963)
Total das contribuições dos (distribuições aos) acionistas do Grupo	138.070	(138.484)	(1.456)	-	-	139.885	59.282	278.527	(2.341.778)	(1.865.954)	(18.777)	(1.884.731)
Saldos em 31 de março de 2016 (Reapresentado)	8.256.042	1.426.347	2.804	243.111	(533.611)	170.141	306.490	1.111.180	-	10.982.504	169.573	11.152.077

* Conforme divulgado na Nota 2.1.a, as companhias combinadas consolidadas não são operadas como uma única entidade legal.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas consolidadas.

Grupo Raizen

Demonstrações combinadas consolidadas das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de março Em milhares de Reais - R\$

Continuação

	Atribuível aos acionistas do Grupo											
	Capital social	Reservas de capital			Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido *
		Reserva de capital	Especial Lei nº 8.200/91	Reserva especial de ágio		Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros				
Saldos em 1º de abril de 2014, conforme divulgado anteriormente	7.821.406	1.726.692	7.813	241.107	(10.844)	30.256	181.545	873.015	-	10.870.990	110.877	10.981.867
Impacto da aplicação da adoção das modificações ao IAS 16 / CPC 27 e IAS 41 / CPC 29	-	-	-	-	-	-	-	581	-	581	-	581
Saldos em 1º de abril de 2014 (Reapresentado)	7.821.406	1.726.692	7.813	241.107	(10.844)	30.256	181.545	873.596	-	10.871.571	110.877	10.982.448
Resultado abrangente do exercício												
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(236)	1.313.293	1.313.057	38.279	1.351.336
Ganho atuarial, líquido	-	-	-	-	(9.312)	-	-	-	-	(9.312)	(10)	(9.322)
Perda líquida com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	-	-	-	-	34.284	-	-	-	-	34.284	-	34.284
Efeito de conversão de moeda estrangeira - CTA	-	-	-	-	535	-	-	-	-	535	-	535
Total resultado abrangente do exercício (Nota 19.d)	-	-	-	-	25.507	-	-	(236)	1.313.293	1.338.564	38.269	1.376.833
Contribuições dos (distribuições aos) acionistas do Grupo												
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.956	9.956
Efeito de incorporação reversa	-	-	-	2.004	-	-	-	-	-	2.004	-	2.004
Destinação de dividendos aos acionistas portadores de ações preferencias	296.566	(164.377)	-	-	-	-	-	(50.714)	(1.582)	79.893	-	79.893
Destinação de dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(246.682)	(819.758)	(1.066.440)	(9.544)	(1.075.984)
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito reflexo de operações em coligadas	-	992	-	-	-	-	-	-	-	992	-	992
Realização parcial de reserva	-	-	(3.553)	-	-	-	-	-	3.553	-	-	-
Constituição de reservas e outros	-	1.524	-	-	-	-	65.663	429.843	(495.506)	1.524	2.603	4.127
Total das contribuições dos (distribuições aos) acionistas do Grupo	296.566	(161.861)	(3.553)	2.004	-	-	65.663	132.447	(1.313.293)	(982.027)	3.015	(979.012)
Saldos em 31 de março de 2015 (Reapresentado)	8.117.972	1.564.831	4.260	243.111	14.663	30.256	247.208	1.005.807	-	11.228.108	152.161	11.380.269

* Conforme divulgado na Nota 2.1.a, as companhias combinadas consolidadas não são operadas como uma única entidade legal.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas consolidadas.

Grupo Raizen

Demonstrações combinadas consolidadas dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março

Em milhares de Reais - R\$

	2017	2016 (reapresentado)	2015 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto sobre a renda e contribuição social	4.207.289	3.185.526	1.684.346
Ajustes de:			
Depreciação e amortização (Notas 20 e 21)	2.355.486	2.410.149	2.381.165
Perda (ganho) decorrente de mudança do valor justo e realização da mais ou menos valia dos ativos biológicos (Nota 21)	(304.621)	(375.581)	33.055
Equivalência patrimonial em coligadas (Nota 11)	72.556	65.891	20.242
Ganho na venda de ativos imobilizados (Nota 22)	(82.246)	(70.981)	(132.824)
Constituição de perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, líquida e baixa de títulos	14.762	37.592	5.530
Constituição de provisão para demandas judiciais, líquida	63.457	24.994	10.969
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	(100.451)	1.105.403	1.985.296
Mudança no valor justo de instrumentos financeiros passivos (Notas 15 e 23)	90.150	(49.556)	-
Perdas (ganhos) não realizados em operações com derivativos	1.206.330	(711.899)	(413.449)
Ganho na alienação de ações (Nota 22)	(166.103)	-	(40.366)
Ganho decorrente do reconhecimento de créditos e débitos fiscais, líquidos (Nota 22)	(403.113)	(86.766)	-
Perda estimada com realização de impostos e taxas (Notas 21 e 22)	73.873	-	-
Perda com operações comerciais (Nota 22)	16.742	59.464	-
Constituição (reversão) de perda estimada em ativos imobilizados e intangíveis, líquidas (Notas 12 e 22)	163.088	(1.869)	63.738
Ganho de capital por diluição de participação societária em coligada (Nota 11.b.i)	(14.697)	(15.583)	(30.333)
Receita de subvenção para investimentos - ICMS (Notas 15, 21.a e 22)	(67.758)	(40.646)	(59.557)
Outros	111.164	(26.813)	28.221
Variação nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes e adiantamentos de clientes	(15.454)	(46.957)	123.128
Estoques	(609.890)	(180.481)	16.139
Caixa restrito	571.241	(651.056)	116.714
Instrumentos financeiros derivativos	(179.471)	419.131	(18.377)
Outros ativos financeiros	-	-	48.910
Operações com partes relacionadas	(236.269)	81.899	(19.267)
Fornecedores e adiantamentos a fornecedores	259.974	177.061	(130.480)
Impostos a recuperar e a pagar, líquidos	(470.239)	(180.500)	(294.912)
Ordenados e salários a pagar	(7.184)	49.301	44.306
Outros ativos e passivos, líquidos	(18.869)	(18.460)	(92.883)
Imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido pago	(245.693)	(303.043)	(256.749)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	6.284.054	4.856.220	5.072.562
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de novos negócios, líquidas do caixa adquirido	-	-	(177.744)
Adições ao investimento (Nota 11.b.i)	(144.709)	(48.513)	(58.964)
Resgates (aplicações) em títulos e valores mobiliários, líquido	(648.899)	397.701	(257.511)
Adições ao imobilizado e intangível (Notas 12 e 13)	(2.270.661)	(1.927.424)	(2.449.850)
Adições aos ativos biológicos (Nota 8)	(530.209)	(494.457)	(524.050)
Caixa recebido na alienação de ativo imobilizado	160.399	152.064	221.122
Caixa recebido na alienação de investimento (Nota 11.b.ii)	413.556	-	-
Dividendos recebidos de coligadas	20.014	3.242	13.880
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(3.000.509)	(1.917.387)	(3.233.117)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captações de empréstimos e financiamentos	2.539.445	2.951.102	6.087.282
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	(3.447.367)	(2.701.957)	(4.727.142)
Amortizações de juros de empréstimos e financiamentos	(695.856)	(732.085)	(540.670)
Aplicações financeiras vinculadas a financiamentos (caixa restrito)	10.413	(9.527)	22.046
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (Nota 19.c)	(2.713.391)	(1.701.132)	(1.257.490)
Outros	(4.303)	19	9.627
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(4.311.059)	(2.193.580)	(406.347)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquida	(1.027.514)	745.253	1.433.098
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3) (reapresentado)	4.267.726	3.525.624	2.092.526
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	(38.614)	(3.151)	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 3) (reapresentado)	3.201.598	4.267.726	3.525.624

Informações suplementares ao fluxo de caixa estão demonstradas na Nota 28.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

As atividades do Grupo Raízen (“Grupo”) compreendem, substancialmente, as seguintes operações e empresas:

(a) Raízen Energia S.A. e suas controladas (“Raízen Energia” ou “RESA”):

A RESA é uma sociedade anônima de capital aberto, inscrita perante a Comissão de Valores Mobiliários - (“CVM”) na Categoria B, e tem sua sede na avenida Juscelino Kubitschek, número 1.327, 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo - Brasil. A RESA foi formada em 1º de junho de 2011 e é indiretamente controlada em conjunto pela Royal Dutch Shell (“Shell”) e Cosan Limited (“Cosan”).

A RESA tem como atividades preponderantes a produção e comércio de açúcar e etanol, inclusive no exterior por meio das controladas Raízen Trading LLP e Raízen International Universal Corporation, assim como a cogeração de energia elétrica produzida a partir do bagaço de cana-de-açúcar, por meio de suas 24 usinas localizadas na região Centro-Sul do Brasil.

O plantio de cana-de-açúcar requer um período de 12 a 18 meses para maturação e o período de colheita inicia-se geralmente entre os meses de abril e maio de cada ano e termina, em geral, entre os meses de novembro e dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e não sofre variações decorrentes de sazonalidade, somente de oferta e demanda normais do mercado. Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da RESA, bem como o da Raízen Combustíveis S.A. e, conseqüentemente, do Grupo Raízen, tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano.

(b) Raízen Combustíveis S.A. e suas controladas (“Raízen Combustíveis” ou “RCSA”):

A RCSA é uma sociedade anônima de capital fechado e tem sua sede na rua Victor Civita, número 77, Bloco 1, Edifício 6, 4º andar - Rio de Janeiro - Brasil. A RCSA é indiretamente controlada em conjunto pela Shell e Cosan.

A RCSA tem como atividades preponderantes: (i) distribuição e comercialização de derivados de petróleo e etanol, e outros hidrocarbonetos fluidos e seus subprodutos, da marca Shell; (ii) comercialização de gás natural; (iii) atuação como franqueadora e licenciadora de lojas de conveniência com a marca *Select*; (iv) importação e exportação dos produtos citados acima; e (v) a participação em outras sociedades.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

(c) Transações de capital com acionistas e transferência de dívidas entre RESA e RCSA

Em Reuniões do Conselho de Administração (“RCA”) realizadas em 31 de agosto de 2015, foi deliberada e aprovada pelos conselheiros do Grupo, a celebração dos Instrumentos Particulares de Assunção de Dívidas e Outras Avenças na qual a RCSA assumiu, mediante contraprestações a serem pagas pela RESA à RCSA de valor equivalente às obrigações da RESA a serem assumidas e pagas pela RCSA, os passivos decorrentes de contratos de pré pagamento de exportação (“PPEs”) e contratos de *swap* atrelados, como segue:

<u>Contrato da RESA assumido pela RCSA</u>	<u>Moeda</u>	<u>Valor da dívida da RESA assumida pela RCSA</u>	<u>Valor da contraprestação paga pela RESA à RCSA</u>	<u>Valor em R\$</u>
PPE	US\$	75.967	75.967	277.258
PPE	US\$	90.617	90.617	330.724
PPE	US\$	91.376	91.376	333.494
PPE	US\$	92.040	92.040	335.919
		<u>350.000</u>	<u>350.000</u>	<u>1.277.395</u>
PPE	€	40.000	40.000	163.916
PPE	€	66.000	66.000	270.461
		<u>106.000</u>	<u>106.000</u>	<u>434.377</u>
				<u>1.711.772</u>

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), realizada em 31 de agosto de 2015, foi deliberado e aprovado pelas acionistas Shell e Cosan, resgate de 1.641.750.012 ações ordinárias, contra redução do capital social da RCSA no montante de R\$ 1.500.000. Tal resgate de ações ordinárias e redução do capital social foram efetuados na proporção da participação detidas pelas acionistas, correspondentes a 50% das ações ordinárias de cada uma.

Adicionalmente, em AGE realizada na mesma data, foi deliberado e aprovado pelas acionistas Shell e Cosan, o aumento de capital na RESA, no montante de R\$ 1.500.000, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 1.340.687.564 novas ações ordinárias nominativas, efetuados na proporção da participação de 50% detidas pelas acionistas. A integralização ocorreu através do resgate de parte das ações que as acionistas detêm na RCSA, contra redução do seu capital social, no mesmo montante do referido aumento de capital na RESA.

As movimentações acima não provocaram alterações no controle econômico do Grupo, uma vez que, as acionistas Shell e Cosan mantiveram o controle em conjunto por meio de participação de 50% no capital da RCSA e RESA e, conseqüentemente, do Grupo.

(d) Reestruturações societárias

Durante o exercício findo em 31 de março de 2017, a RESA e a Wilmar International Limited criaram uma *joint venture*, com 50% de participação societária cada, chamada Raízen and Wilmar Sugar Pte. Ltd., ou “RAW”, para atender a crescente demanda global de açúcar VHP do Brasil, combinando os pontos fortes do maior produtor brasileiro de açúcar VHP com o maior *trader* mundial da *commodity*. Todas as aprovações regulamentares relevantes para o estabelecimento da *joint venture* foram obtidas.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Durante o exercício findo em 31 de março de 2017, a RCSA reconheceu o ganho bruto na alienação de participação societária na Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (“STP”), no montante de R\$ 166.103.

Adicionalmente, durante os exercícios findos em 31 de março de 2017, 2016 e 2015, o Grupo passou pelas seguintes reestruturações societárias: (i) incorporação de forma reversa da Raízen Tarumã Ltda. (“Tarumã”) pela Raízen Paraguaçu Ltda. (“Paraguaçu”); (ii) incorporação da Raízen Luxembourg S.A. (“Luxembourg”) pela Raízen Fuels Finance S.A. (“Fuels”), com consequente transferência de controle acionário da RCSA para RESA; (iii) aumento de capital na Saturno Investimentos Imobiliários Ltda. (“Saturno”); (iv) incorporação da Sampras Participações Ltda. (“Sampras”) pela RCSA; (v) aumento de capital na Bioenergia Jataí Ltda. (“Bio Jataí”); (vi) aquisição da Latina Distribuidora de Petróleo Ltda. (“Latina”); (vii) aquisição da Cerrado Açúcar e Alcool S.A. (“Cerrado”); (viii) reestruturação societária envolvendo ativos líquidos relativos à atividade de cogeração de energia elétrica; (ix) reestruturação societária envolvendo ativos líquidos relativos à atividade investimentos imobiliários; e, (x) reestruturação societária envolvendo incorporação reversa da Curupay Agroenergia Ltda. (“Curupay”) pelo TEAS - Terminal Exportador de Alcool de Santos. Os detalhes destas transações estão descritos na Nota 27 e exceto pelos itens (vi) e (vii), essas transações não impactaram as demonstrações financeiras combinadas consolidadas.

(e) Outras informações

A sinergia da RESA e RCSA faz com que o Grupo Raízen esteja atualmente posicionado de forma singular no mercado brasileiro. As duas empresas funcionam como complemento uma da outra, portanto, demonstrar os negócios combinados consolidados é, atualmente, uma ferramenta fundamental para que o mercado tenha a visualização do Grupo Raízen como um todo.

Embora não estejam constituídas sob a forma de um grupo nos termos do Art. 265 da Lei das Sociedades por Ações (“LSA”), as companhias do Grupo Raízen apresentam estas demonstrações financeiras combinadas consolidadas visando demonstrar a informação que melhor reflete a geração operacional bruta de caixa em suas atividades.

As demonstrações financeiras combinadas consolidadas do Grupo Raízen estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo Raízen, independentemente da disposição de sua estrutura societária.

Portanto, estas demonstrações financeiras combinadas consolidadas não representam as demonstrações financeiras anuais individuais ou consolidadas de uma entidade e suas controladas e não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtida se as entidades consideradas na combinação tivessem operado como uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para qualquer período futuro.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras combinadas consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitida pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras combinadas consolidadas do Grupo Raízen foi autorizada pela Administração em 14 de junho de 2017.

a) Critérios de combinação

Essas demonstrações financeiras combinadas consolidadas contemplam as seguintes empresas:

- Raízen Energia S.A. e suas controladas
- Raízen Combustíveis S.A. e suas controladas

Na combinação foram eliminados os saldos a receber e a pagar, as receitas, as despesas e os lucros não realizados decorrentes de transações entre essas empresas, quando aplicável.

A composição dos ativos e patrimônios líquidos dos exercícios findos em 31 de março de 2017, 2016 e em 1º de abril de 2015, e os resultados e outros resultados abrangentes das companhias para os exercícios findos em 31 de março de 2017, 2016 e 2015, que fazem parte das demonstrações financeiras combinadas consolidadas e os respectivos saldos combinados consolidados, eliminando as transações entre as partes, são assim apresentados:

	Total de ativos			Total do patrimônio líquido		
	2017	2016 (reapresentado)	1º de abril de 2015 (reapresentado)	2017	2016 (reapresentado)	1º de abril de 2015 (reapresentado)
Raízen Energia S.A. e suas controladas	23.780.800	22.610.564	21.746.682	9.384.192	8.382.424	6.775.554
Raízen Combustíveis S.A. e suas controladas	11.101.940	10.766.366	10.492.669	2.992.934	2.777.806	4.604.715
	<u>34.882.740</u>	<u>33.376.930</u>	<u>32.239.351</u>	<u>12.377.126</u>	<u>11.160.230</u>	<u>11.380.269</u>
Eliminação de transações comerciais, lucros não realizados e operações financeiras	<u>(3.407.738)</u>	<u>(1.605.476)</u>	<u>(3.244.883)</u>	<u>(10.699)</u>	<u>(8.153)</u>	<u>-</u>
Saldos combinados consolidados	<u>31.475.002</u>	<u>31.771.454</u>	<u>28.994.468</u>	<u>12.366.427</u>	<u>11.152.077</u>	<u>11.380.269</u>

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Lucro líquido			Outros resultados abrangentes		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Raízen Energia S.A. e suas controladas	1.404.667	1.012.490	110.763	1.855.189	503.246	136.680
Raízen Combustíveis S.A. e suas controladas	1.658.573	1.200.476	1.240.573	1.703.781	1.161.446	1.240.153
	3.063.240	2.212.966	1.351.336	3.558.970	1.664.692	1.376.833
Eliminação de transações comerciais, lucros não realizados e operações financeiras	(1.136)	(8.153)	-	(2.633)	(8.153)	-
Resultados combinados consolidados	3.062.104	2.204.813	1.351.336	3.556.337	1.656.539	1.376.833

As demonstrações financeiras combinadas consolidadas são um único conjunto de demonstrações financeiras de duas ou mais entidades que estão sob controle compartilhado comum. A RESA e RCSA utilizaram a definição de controle em consonância ao CPC 36 - Demonstrações Consolidadas e IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements*, tanto quanto à avaliação da existência de controle compartilhado comum como também quanto ao procedimento de consolidação.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras combinadas consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto, quando aplicável, pela valorização de determinados ativos e passivos como instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos e ativos biológicos, os quais são mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras combinadas consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação e combinação e aquelas utilizadas como base para avaliação de investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada sociedade. Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos foram convertidos para reais pela taxa de câmbio na data do fechamento do exercício. Os resultados foram apurados pela taxa média mensal durante o exercício. Os efeitos de conversão estão registrados no patrimônio líquido dessas controladas.

d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras combinadas consolidadas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data base das demonstrações financeiras.

Essas estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as estimativas e premissas realizadas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira do Grupo.

Grupo Raízen

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017**
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

As principais estimativas e premissas contábeis significativas estão mencionadas a seguir:

Imposto sobre a renda, contribuição social e outros tributos a pagar

O Grupo está sujeito ao imposto sobre a renda e contribuição social, quando aplicável, em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países.

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. Quando aplicável, o Grupo também reconhece provisões para cobrir determinadas situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos e o resultado ou resultado abrangente no período em que o valor definitivo é determinado.

Subvenção para investimentos - ICMS

O Grupo, por meio das controladas da RESA, Raízen Centroeste Açúcar e Alcool Ltda. (“Raízen Centroeste”) e Raízen Caarapó Açúcar e Alcool Ltda. (“Raízen Caarapó”), possui programa de incentivo estadual, na forma de financiamento de parte do pagamento do ICMS. A utilização dessas subvenções para investimento está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições estão sob controle do Grupo.

As receitas provenientes destes incentivos são registradas no resultado do exercício, conforme divulgado nas Notas 21 e 22.

Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. Adicionalmente, o Grupo reconhece tributos diferidos com base nas diferenças temporárias determinadas a partir da base fiscal e o valor contábil de determinados ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos que poderão ser reconhecidos, com base em um prazo razoável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de racionalização fiscais futuras.

Os impostos sobre a renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço somente quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Para mais detalhes sobre tributos diferidos, vide Nota 16.

Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 8.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

A partir do exercício findo em 31 de março de 2017, o valor justo do produto agrícola passou a se aproximar, substancialmente, ao valor justo de realização do ativo biológico, principalmente pelo fato da redução da quantidade de fluxos de caixa e utilização somente de premissas anuais e não mais de longo prazo, no cálculo do valor justo dos ativos biológico, após a adoção das alterações das normas citadas na Nota 2.4.a.

Ativos imobilizados e intangíveis, incluindo ágio

O tratamento contábil dos ativos imobilizados e intangíveis inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização, além do valor justo na data de aquisição, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

O Grupo realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de valores recuperáveis dos ágios e ativos intangíveis com vida útil indefinida. Ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que foi atribuído o ágio inclui também o uso de hipóteses e estimativas e requer um grau significativo de julgamento da Administração.

Provisão para demandas judiciais

O Grupo reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não pode ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Para mais detalhes sobre os instrumentos financeiros, vide Nota 24.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras combinadas consolidadas incluem as informações da RESA e de suas controladas e da RCSA e de suas controladas, incluindo os fundos de investimento exclusivos. As controladas diretas e indiretas da RCSA e RESA e fundos de investimento estão listados a seguir:

Controladas da RESA	Participações diretas e indiretas		
	2017	2016	2015
Agrícola Ponte Alta Ltda. (Nota 11.b.i)	100%	100%	100%
Agropecuária Santa Hermínia Ltda.	100%	100%	100%
América Trading Investments (i)	-	100%	100%
Benálcool Açúcar e Álcool Ltda.	100%	100%	100%
Bioenergia Araraquara Ltda.	100%	100%	100%
Bioenergia Barra Ltda.	100%	100%	100%
Bioenergia Caarapó Ltda.	100%	100%	100%
Bioenergia Costa Pinto Ltda.	100%	100%	100%
Bioenergia Gasa Ltda.	100%	100%	100%
Bioenergia Jataí Ltda.	100%	100%	100%
Bioenergia Maracaí Ltda.	100%	100%	100%
Bioenergia Rafard Ltda.	100%	100%	100%
Bioenergia Serra Ltda.	100%	100%	100%
Bioenergia Tarumã Ltda.	100%	100%	100%
Bioenergia Univalem Ltda.	100%	100%	100%
Raízen Araraquara Açúcar e Álcool Ltda.	100%	100%	100%
Raízen Ásia PT Ltd.	100%	100%	100%
Raízen Biogás Ltda. (ii)	100%	-	-
Raízen Biogás SPE Ltda. (ii)	100%	-	-
Raízen Biotecnologia S.A.	100%	100%	100%
Raízen Caarapó Açúcar e Álcool Ltda.	100%	100%	100%
Raízen Centroeste Açúcar e Álcool Ltda.	100%	100%	100%
Raízen e Wilmar Açúcar Ltda. (iii)	100%	100%	-
Raízen Energy Finance Ltd.	100%	100%	100%
Raízen Fuels Finance S.A. (iv)	100%	-	-
Raízen International Universal Corp.	100%	100%	100%
Raízen Luxemburg S.A. (v)	-	100%	100%
Raízen North América, Inc.	100%	100%	100%
Raízen Paraguaçu Ltda.	100%	100%	100%
Raízen Tarumã Ltda. (vi)	-	100%	100%
Raízen Trading LLP	100%	100%	100%
TEAS Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda.	100%	100%	100%
Unimodal Ltda.	73%	73%	73%

- (i) Empresa extinta em 22 de agosto de 2016, cujo acervo patrimonial, no montante de R\$ 34.111, foi vertido à Paraguaçu.
(ii) Empresas criadas em 24 de maio e 31 de outubro de 2016, respectivamente, tendo como objetivo principal a produção e a comercialização de biogás industrial, adubo organomineral e energia elétrica a partir de resíduo da cana-de-açúcar.
(iii) Anteriormente denominada Raízen Açúcar Ltda.
(iv) Empresa adquirida da RCSA em 29 de julho de 2016.
(v) Empresa incorporada em 15 de setembro de 2016 pela Fuels.
(vi) Empresa incorporada em 1º de junho de 2016 pela Paraguaçu.

Controladas da RCSA	Participações diretas e indiretas		
	2017	2016	2015
Blueway Trading Importação e Exportação S.A.	100%	100%	100%
Petróleo Sabbá S.A.	80%	80%	80%
Raízen Fuels Finance S.A. (i)	-	100%	100%
Raízen Mime Combustíveis S.A.	76%	76%	76%
Sabor Raiz Alimentação S.A.	60%	60%	60%
Sampras Participações Ltda. (ii)	-	-	100%
Saturno Investimentos Imobiliários Ltda.	100%	100%	100%

- (i) Empresa alienada à RESA em 29 de julho de 2016.
(ii) Empresa incorporada em 16 de novembro de 2015 pela RCSA.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Fundos de investimento exclusivos (“FI”)	Participação total		
	2017	2016	2015
FI renda fixa crédito privado RJ - Banco J.P. MORGAN S.A.	100%	100%	-
FI renda fixa crédito privado RAÍZEN I - Banco BNP PARIBAS BRASIL S.A.	100%	-	-
FI renda fixa crédito privado RP - Banco BTG Pactual S.A.	-	-	100%

Os FIs controlados pelo Grupo foram consolidados.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data da aquisição do controle e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o do Grupo, utilizando políticas contábeis consistentes e, quando necessário, ajustes são efetuados para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pelo Grupo.

Os saldos mantidos entre as companhias combinadas consolidadas tais como: receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as companhias, são eliminados em sua totalidade.

Uma mudança na participação sobre uma controlada, que não resulta em perda de controle, é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos assumidos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos (incluindo contingentes) assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O Grupo reconhece a participação em que não é controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo quanto pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A forma de mensuração da participação da não controladora é determinada para cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando aplicável, nas aquisições em que o Grupo atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controlada na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação do Grupo e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício a título de compra vantajosa.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Sumário das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras combinadas consolidadas.

a) **Reconhecimento de receita**

As receitas decorrentes da venda de produtos ou mercadorias, incluindo as revendas de produtos no mercado externo efetuadas pelas controladas da RESA, Raízen Trading LLP e Raízen International Universal Corporation, são reconhecidas quando a entidade transfere ao comprador os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos e mercadorias e quando é provável que sejam gerados benefícios econômicos associados à transação em favor das empresas do Grupo. Os preços de venda são estabelecidos com base em ordens de compra ou contratos.

Bens ou serviços cuja receita é diferida são registrados sob o título de outras obrigações e são contabilizados como receitas mediante a transferência dos riscos e benefícios de propriedade significativos para o cliente ou prestação de serviço efetivo.

A receita proveniente da venda da cogeração de energia elétrica é registrada com base na energia disponibilizada na rede e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. Devido ao fluxo de faturamento, a energia elétrica produzida e comercializada por meio de leilão é, inicialmente, reconhecida como receita antecipada, quando do faturamento aos clientes e, reconhecida no resultado do exercício somente quando disponível para uso dos clientes.

A receita decorrente dos aluguéis e armazenagens compreende a aluguéis de postos e armazenagem de combustíveis a congêneres nos terminais da RCSA e suas controladas, e é reconhecida com base na efetiva prestação dos serviços, na rubrica Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 22).

A receita é apresentada líquida dos impostos (Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”), Programa de Integração Social (“PIS”), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (“CIDE”), Instituto Nacional do Seguro Social (“INSS”) e outros), das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, das amortizações referentes aos direitos de exclusividade de fornecimento, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

b) **Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas inicialmente pelas entidades do Grupo pela taxa da moeda funcional vigente na data da transação ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda Real utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais e os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio ao final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado, na rubrica Resultado financeiro, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, reconhecidos na Demonstração do resultado abrangente.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de conversão na data inicial da transação. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira, se existentes, são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

c) **Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. O Grupo determina a classificação de seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros do Grupo estão elencados na Nota 24.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado, exceto aqueles designados como instrumentos de *hedge*, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido e posteriormente transferidos para Demonstração do resultado, conforme descrito no item (v) abaixo. Os juros, variação monetária e cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos, na rubrica Resultado financeiro.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, geralmente não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização pelo método de juros efetivos é incluída na rubrica Resultado financeiro na demonstração de resultado.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e,
- O Grupo transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) o Grupo transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo não transfere nem retém, substancialmente, todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: (a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e, (b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição for relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como, por exemplo, uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* será reconhecida na demonstração do resultado no período em que o evento ocorrer.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: a valor justo por meio do resultado, incluindo derivativos classificados como instrumento de *hedge* efetivo, conforme o caso ou custo amortizado. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo diretamente relacionado à transação.

Os passivos financeiros do Grupo estão elencados na Nota 24.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos de *hedge*. Os juros, variação monetária e cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidas na Demonstração do resultado, quando incorridos.

Custo amortizado

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados pelo líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos, e se houver a intenção de compensação ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e detalhes sobre como são calculados estão descritos na Nota 24.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de *commodities* e *swaps* de taxa de juros, para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, dos preços de *commodities* e das taxas de juros, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são reconhecidos diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* designados como *hedge accounting*, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Para os fins de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), existem as seguintes classificações:

- *hedge* de valor justo ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado;
- *hedge* de fluxo de caixa ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; ou
- *hedge* de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, o Grupo classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual o Grupo deseja aplicar a contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para fins de *hedge*.

A documentação inclui: (i) a identificação do instrumento de *hedge*, (ii) o item ou transação objeto de *hedge*, (iii) a natureza do risco objeto de *hedge*, (iv) a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge*; e (v) a forma em que o Grupo avaliará a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*. No *hedge* de fluxos de caixa, o caráter altamente provável da transação prevista como objeto do *hedge*, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de *hedge* do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de *hedge*.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Espera-se que esses *hedges* sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Na prática, os principais *hedges* do Grupo que satisfazem os critérios para contabilidade de *hedge accounting* são os elencados abaixo:

Hedge de fluxo de caixa

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida imediatamente na Demonstração do resultado.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido na reserva de outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

Os tipos de instrumentos financeiros designados como *hedge accounting* estão elencados na Nota 24.

Fair value hedge e fair value option de determinados passivos financeiros

Conforme mencionado na Nota 1.c, o Grupo designa determinadas dívidas principalmente relacionadas a PPEs como passivos mensurados pelo valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente a inconsistência na mensuração que de outra forma resultaria o reconhecimento de ganhos e perdas sobre os empréstimos e os derivativos em diferentes bases. Como resultado, as oscilações de valor justo dos empréstimos são reconhecidas na rubrica Resultado financeiro, como Valor justo de instrumentos financeiros passivos, classificadas no grupo de Despesas financeiras.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

d) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, não excedendo o valor realizável líquido. Os custos dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os necessários para efetuar a venda.

As perdas estimadas de baixa rotatividade ou obsoletos para estoques de almoxarifado são constituídas quando não possuem movimentação dentro de um período de 2 anos na RESA e de 3 meses na RCSA e não sejam considerados estratégicos pela Administração.

e) Investimentos em coligadas e *joint ventures*

Os investimentos nas entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa ou controle compartilhado são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das coligadas e *joint ventures* com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da coligada ou *joint venture*, o Grupo reconhecerá sua parcela nas variações na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento. O Grupo determina em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada e *joint venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante de perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e *joint venture* e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada ou do controle compartilhado da *joint venture*, o Grupo passa a reconhecer o investimento a valor justo.

Os resultados não realizados das operações com entre o Grupo e suas coligadas e *joint ventures* são eliminados na proporção da participação do Grupo. As políticas contábeis das coligadas e *joint ventures* são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

f) Ativos biológicos

Os ativos biológicos referem-se às plantações de cana-de-açúcar.

O canavial é mensurado pelo valor justo, excluindo o terreno sobre o qual é plantado, de acordo com o método de fluxo de caixa descontado.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Para a cana, o Grupo utiliza os fluxos de caixa futuros projetados de acordo com o ciclo de produtividade projetado para cada colheita, levando-se em consideração a vida útil estimada de cada plantio, os preços do açúcar total recuperável, produtividades estimadas e os custos estimados relacionados à produção, colheita, carregamento e transporte para cada hectare plantado.

Mudanças nos valores justos entre os períodos são alocadas na Demonstração do resultado na rubrica Custo dos produtos vendidos.

Eventuais terras do próprio do Grupo em que o ativo biológico é produzido são contabilizadas na rubrica Imobilizado.

g) **Imobilizado**

Itens do imobilizado, incluído o plantio de cana, são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Os custos dos empréstimos relativos a recursos captados para obras em andamento são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

A RESA e suas controladas realizam as principais atividades de manutenção programadas em suas unidades industriais em bases anuais. Isso ocorre normalmente entre os meses de janeiro a março, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes.

Os principais custos de manutenção anual na RESA e suas controladas incluem custos de mão-de-obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Esses custos estão classificados como peças e componentes de substituição frequente, no ativo imobilizado, sendo amortizados integralmente na safra seguinte.

O custo do item de um equipamento que deve ser substituído anualmente na RESA e suas controladas é contabilizado como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Os custos da manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhorem a capacidade produtiva ou introduzam aprimoramentos aos equipamentos.

Na RCSA e suas controladas, os gastos esperados com remoção de tanques de armazenagem de combustíveis são estimados e registrados como parte do custo do imobilizado, em contrapartida à provisão que suportará tais gastos, no passivo circulante e não circulante, a depender do prazo esperado da obrigação.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo de qualquer renovação que aumente a vida útil deve ser ativado e incluído no valor contábil do ativo se for provável que os benefícios econômicos futuros após a renovação ultrapassem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente e estes benefícios fluirão para o Grupo. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica Outras receitas operacionais, líquidas.

Os terrenos não são depreciados. Em 31 de março de 2017, 2016 e 1º de abril de 2015, a depreciação de tais ativos foi calculada com base no desgaste da vida útil estimada de cada ativo. As taxas médias ponderadas anuais de depreciação são como segue:

<u>Classe de ativo imobilizado</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>1º de abril de 2015</u>
Edifícios e benfeitorias	2%	2%	3%
Máquinas, equipamentos e instalações	5%	5%	5%
Aeronaves e veículos	8%	8%	7%
Móveis e utensílios e equipamentos de informática	14%	13%	15%
Plantio de cana	20%	20%	20%
Outros	5%	10%	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício.

h) Arrendamento mercantil

A determinação se um contrato é, ou contém, um arrendamento é baseada na substância do contrato na data de início.

Os contratos de arrendamentos financeiros, nos quais, se transfere substancialmente para o Grupo todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem arrendado são capitalizados no início da locação pelo valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos da locação são divididos entre os encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento de forma a alcançar uma taxa constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. Um ativo arrendado é depreciado durante a vida útil do bem.

Os contratos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa operacional na demonstração do resultado linearmente durante o prazo de arrendamento.

i) Intangível

i) Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da empresa adquirida. O ágio de aquisições de controladas é divulgado na rubrica Intangível nas demonstrações financeiras combinadas consolidadas.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

O ágio é mantido ao seu valor de custo, deduzido de eventuais perdas do valor recuperável, quando aplicável, cujo teste contábil é efetuado, no mínimo, anualmente. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera que sejam beneficiadas pela combinação de negócios, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

ii) Ativos intangíveis de vida útil definida

Intangíveis com vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Em 31 de março de 2017, 2016 e 2015, as taxas médias ponderadas anuais de amortização são como segue:

<u>Classe de ativo intangível</u>	<u>Taxas médias</u>
Licença de <i>software</i>	20%
Marcas	10%
Contratos de parceria agrícola	9%
Contratos de fornecimento de cana	10%
Relações contratuais com clientes (a)	4%
Direitos de exclusividade de fornecimento (b)	12%
Direito de uso de concessões públicas	20%
Tecnologia	10%
Outros	29%

(a) Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

(b) Direitos de exclusividade de fornecimento

Correspondem às bonificações concedidas a clientes (Nota 13) e estão condicionadas a prazos e desempenhos a serem cumpridos, em especial ao consumo de volumes previstos em contratos de fornecimento. À medida que as condições contratuais são atingidas, as bonificações são amortizadas e reconhecidas no resultado, na rubrica Impostos, deduções e abatimentos sobre vendas (Nota 20).

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

l) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O Grupo avalia anualmente se há indicadores de perda de valor de um ativo. Se esses indicadores são identificados, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior entre: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) o seu valor em uso. Quando necessário, o valor em uso é comumente apurado com base no fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) decorrentes do uso contínuo do ativo até o fim da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicadores de perda de valor, o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, quando existentes, são testados quanto à recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano.

Quando o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável, a perda é reconhecida como despesa operacional na demonstração do resultado.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

n) Benefícios a empregados

O Grupo possui um plano de contribuição definida e parcela de benefício definido, no qual mantém contratado um plano de previdência privada complementar, destinado a todos os empregados.

O Grupo reconhece um passivo com base em metodologia que considera uma série de fatores que são determinados por cálculos atuariais, que utilizam premissas para a mensuração do custo ou receita para o plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes e mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

O Grupo reconhece uma obrigação estimada quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

Grupo Raízen

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017**
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

o) Imposto sobre a renda e contribuição social

As receitas (despesas) de imposto sobre a renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, quando aplicável. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto sobre a renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto sobre a renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Ou seja, de forma composta, o Grupo está sujeito a uma alíquota teórica de impostos sobre renda equivalente a 34%.

Imposto sobre a renda e a contribuição social diferidos relativos a prejuízos fiscais, bases negativa da contribuição social e diferenças temporárias são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em países diferentes, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. Os tributos diferidos são calculados com base nas alíquotas previstas quando de sua realização e revisados anualmente.

Créditos tributários são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

As antecipações ou valores correntes, passíveis de compensação, são demonstrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

p) Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. Os gastos incrementais atribuíveis diretamente à emissão de ações, quando ocorridos, são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como contribuição adicional de capital, líquido de efeitos tributários.

Na RESA e RCSA, controladoras, a única ação preferencial classe A existente, assim como cada ação ordinária, dá direito a um voto nas deliberações nas assembleias gerais de cada empresa, bem como dividendos fixos anuais de R\$ 0,01 (um centavo). Esses direitos a votos são restritos às sociedades controladoras e não ao Grupo.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

As ações preferenciais classes B e C emitidas pela RESA e RCSA, respectivamente, não têm direito a voto e tem por finalidade o reembolso de ativos, principalmente representados por benefícios fiscais contribuídos pelos acionistas Cosan e Shell, respectivamente, à medida que forem utilizados pelo Grupo.

As ações preferenciais classe D não têm direito a voto e farão jus ao recebimento de um dividendo fixo anual, tanto na RESA quanto RCSA, ao acionista Shell. A remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos nos Estatutos sociais da RESA e RCSA e nas leis vigentes.

As ações preferenciais classe E emitidas pela RCSA não têm direito a voto e farão jus ao recebimento de um dividendo fixo anual, ao acionista Shell. A remuneração ao acionista é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos no Estatuto social da RCSA e nas leis vigentes.

q) **Combinações de negócios**

As combinações de negócios são contabilizadas de acordo com o método de aquisição e os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da sociedade ou negócio adquirido são avaliados a valor justo para fins de cálculo e reconhecimento do ágio originado na transação de acordo com as normas contábeis vigentes. O ágio representa o excesso do custo de aquisição em relação à participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da sociedade adquirida. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida na demonstração de resultado.

r) **Questões ambientais**

O Grupo reduz os riscos associados a questões ambientais por meio de procedimentos e controles operacionais e investimentos em equipamentos e sistemas de controle da poluição. O Grupo reconhece provisão para perda com gastos ambientais na medida em que seja necessário realizar remediação ambiental do dano causado.

2.4. Reapresentação de valores correspondentes

(a) **Modificações às normas IAS 16 - Imobilizado (CPC 27) e IAS 41 - Ativo Biológico e Produto Agrícola (CPC 29)**

A RESA adotou a partir de 1º de abril de 2016 as modificações às normas IAS 16 - Imobilizado (CPC 27) e IAS 41 - Ativo Biológico e Produto Agrícola (CPC 29). Com as modificações, os ativos biológicos para produção (*bearer biological assets*), no caso da RESA, soqueiras de cana-de-açúcar, não mais fazem parte do escopo do IAS 41 e devem ser contabilizadas de acordo com o IAS 16 (CPC 27), ou seja, custo menos exaustão acumulada e eventual perda por *impairment*. O ativo biológico consumível, no caso da RESA, cana em pé é mensurado ao valor justo e continua no escopo do IAS 41 (CPC 29).

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

- Demonstrações do resultado do exercício

	31 de março de 2016			31 de março de 2015		
	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado
Receita operacional líquida	74.109.187	-	74.109.187	65.092.729	-	65.092.729
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(67.815.344)	(262.355) (a)	(68.077.699)	(60.487.102)	(358) (a)	(60.487.460)
Lucro bruto	6.293.843	(262.355)	6.031.488	4.605.627	(358)	4.605.269
Despesas operacionais	(2.406.386)	-	(2.406.386)	(2.095.770)	-	(2.095.770)
Resultado financeiro	(439.576)	-	(439.576)	(825.153)	-	(825.153)
Lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	3.447.881	(262.355)	3.185.526	1.684.704	(358)	1.684.346
Imposto sobre a renda e contribuição social	(1.069.914)	89.201 (a)	(980.713)	(333.132)	122 (a)	(333.010)
Lucro líquido do exercício	2.377.967	(173.154)	2.204.813	1.351.572	(236)	1.351.336

Os impactos nas demonstrações dos resultados abrangentes e das mutações do patrimônio líquido se restringem aos efeitos líquidos dos resultados dos exercícios demonstrados acima.

- Demonstrações dos fluxos de caixa

	31 de março de 2016			31 de março de 2015		
	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	4.856.220	-	4.856.220	5.072.562	-	5.072.562
Fluxo de caixa das atividades de investimentos						
Aplicação (resgate) em títulos e valores mobiliários, líquida	-	397.701 (b)	397.701	-	(257.511) (b)	(257.511)
Outros	(2.315.088)	-	(2.315.088)	(2.975.606)	-	(2.975.606)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(2.315.088)	397.701	(1.917.387)	(2.975.606)	(257.511)	(3.233.117)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(2.193.580)	-	(2.193.580)	(406.347)	-	(406.347)
Acréscimo de caixa e equivalentes de caixa, líquida	347.552	397.701	745.253	1.690.609	(257.511)	1.433.098
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.028.230	(502.606) (b)	3.525.624	2.337.621	(245.095) (b)	2.092.526
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	(3.151)	-	(3.151)	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 3)	4.372.631	(104.905)	4.267.726	4.028.230	(502.606)	3.525.624

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.5. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC (Comitê de interpretações de informação financeira do IASB) aplicáveis às informações financeiras

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2017. A adoção antecipada de normas, embora aceita pelo IASB não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9 - *Financial Instruments* (CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 (CPC 48) inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e para a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*.

A IFRS 9 (CPC 48) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018 (no caso do Grupo, a partir de 1º de abril de 2018) e substitui as orientações existentes na IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38). A adoção antecipada da norma é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 (CPC 48) nas demonstrações financeiras do Grupo para a safra 2018/19 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que o Grupo detiver e das condições econômicas nos referidos anos, bem como de decisões e julgamentos contábeis que o Grupo fará no futuro. A nova norma exigirá que o Grupo revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. No entanto, o Grupo realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 (CPC 48) com base em sua posição em 31 de março de 2017 e nas relações de *hedge* ocorridas na safra 2017/18 no âmbito da IAS 39 (CPC 38). O resultado desta avaliação é indicado nos itens abaixo.

O Grupo adotará a IFRS 9 (CPC 48) em suas demonstrações financeiras para o exercício a findar-se em 31 de março de 2019 e está avaliando se pretende utilizar a abordagem prospectiva ou retrospectiva, bem como se algum expediente prático será aplicável às suas operações e se estes serão utilizados quando da sua adoção.

(i) Classificação - Ativos Financeiros

A IFRS 9 (CPC 48) contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9 (CPC 48) contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Com base na sua avaliação preliminar, o Grupo não considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de março de 2017, teriam um impacto significativo na contabilização de aplicação financeira, caixa restrito, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, partes relacionadas e outros ativos financeiros.

Em 31 de março de 2017, o Grupo não tinha investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda. Quando da adoção da IFRS 9 (CPC 48), caso o Grupo venha a ter ativos com a referida classificação, o Grupo poderá decidir então classificá-los como VJORA ou VJR.

(ii) Redução no valor recuperável (*Impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9 (CPC 48) substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9 (CPC 48), as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; uma entidade pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com uma componente de financiamento significativo.

O Grupo acredita que as perdas por redução ao valor recuperável tendem a aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9 (CPC 48), caso o ambiente econômico que os clientes do Grupo estão inseridos não se recupere ou se mantenha em patamares abaixo do Grau de Investimento.

O Grupo ainda não finalizou a metodologia de perda por redução ao valor recuperável que aplicará no âmbito da IFRS 9 (CPC 48), assim nenhuma expectativa quantitativa foi apurada.

(iii) Classificação - Passivos Financeiros

A IFRS 9 (CPC 48) retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 (CPC 38) para a classificação de passivos financeiros.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Contudo, de acordo com a IAS 39 (CPC 38), todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

Em 31 de março de 2017, o Grupo tem designado certos passivos a valor justo para fazer face a instrumentos financeiros derivativos, reduzindo o descasamento contábil de valorização dos instrumentos negociados em conjunto. Na avaliação preliminar do Grupo, entendemos que os impactos do risco de crédito do próprio Grupo tendem a ser imateriais devido ao fato de o Grupo apresentar classificação de risco baixa e com reduzida volatilidade. Assim, neste momento, não são esperados impactos relevantes em ORA, que de acordo com a IAS 39 (CPC 38) são atualmente reconhecidos no resultado.

(iv) Contabilidade de *hedge*

Na aplicação inicial da IFRS 9 (CPC 48), o Grupo pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de *hedge* da IAS 39 (CPC 38) em vez dos novos requerimentos da IFRS 9 (CPC 48). O plano atual do Grupo é o de optar por aplicar os requerimentos da IFRS 9 (CPC 48).

A IFRS 9 exigirá que o Grupo assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco do Grupo e que o Grupo aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A IFRS 9 (CPC 48) também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de *hedge* e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*. De acordo com o novo modelo, é provável que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um *hedge* de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de *hedge*. Atualmente, o Grupo não realiza *hedge* de tais componentes de risco.

O Grupo utiliza contratos de câmbio a termo para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos, recebíveis, vendas e compras de estoques em moeda estrangeira.

O Grupo está efetuando uma análise preliminar dos principais impactos da IFRS 9 (CPC 48) nas operações de *hedge* e, neste momento, temos conhecimento que possíveis novas designações poderão ser realizadas, principalmente as que estão em *compliance* com nossas políticas de gestão de risco e que, eventualmente, não se enquadravam na relação de *hedge* devido aos percentuais de efetividade previstos no IAS 39 (CPC 38).

(v) Divulgações

A IFRS 9 (CPC 48) exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. O Grupo está efetuando uma avaliação preliminar e estará preparado para atender aos novos requisitos da IFRS 9 (CPC 48), quando da sua adoção.

Grupo Raízen

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017**
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 (CPC 47) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita deve ser reconhecida. A IFRS 15 (CPC 47) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018 (no caso da Raízen, a partir de 1º de abril de 2018) e substituirá as orientações atuais de reconhecimento de receita presentes no IAS 18 / CPC 30 - Receitas, IAS 11/ CPC 17 - Contratos de Construção e IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente. A adoção antecipada da norma é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O Grupo adotará a IFRS 15 (CPC 47) em suas demonstrações financeiras para o exercício a findar-se em 31 de março de 2019 e está avaliando se pretende utilizar a abordagem prospectiva ou retrospectiva, bem como se algum expediente prático será aplicável às suas operações e se estes serão utilizados quando da sua adoção.

O Grupo concluiu uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção da IFRS 15 (CPC 47) em suas demonstrações financeiras, conforme divulgado a seguir:

(i) Venda de produtos

Para vendas de derivados de petróleo, etanol e açúcar, as receitas são atualmente reconhecidas quando as mercadorias são entregues na localidade do cliente ou retiradas por estes no centro de distribuição do Grupo, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade dos itens transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Administração com os produtos.

De acordo com a IFRS 15 (CPC 47), a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. Assim, não são esperadas alterações relevantes na forma de mensuração e reconhecimento das receitas com a adoção da referida nova norma contábil.

(ii) Venda de energia elétrica

A receita proveniente da venda de energia atualmente é registrada com base na energia disponibilizada no sistema e com tarifas especificadas nos termos do contrato de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia elétrica produzida e comercializada por meio de leilão é inicialmente contabilizada como receita antecipada, quando do faturamento aos clientes e reconhecida no resultado do exercício somente quando disponível para uso dos mesmos.

De acordo com a IFRS 15 (CPC 47), não é esperada alteração relevante na forma de mensuração e reconhecimento da receita de venda de energia elétrica visto que, atualmente, as receitas já são reconhecidas quando os clientes obtém controle sobre a energia elétrica disponibilizada na rede elétrica.

(iii) Devoluções de clientes

Após o cliente confirmar formalmente o recebimento dos produtos, momento em que a qualidade dos produtos é mensurada e aceita, não há, atualmente, negociações que permitem ao cliente devolver a

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

mercadoria. Assim, atualmente, não há reconhecimento das devoluções que possam futuramente ser feitas pelos clientes.

(iv) Programa de fidelização

Atualmente, o Grupo não trabalha com programa de fidelização de clientes que pudessem fazer parte do escopo da IFRS 15 (CPC 47).

IFRS 16 - *Leases* (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019 (no caso da Raízen, a partir de 1º de abril de 2019). A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 (CPC 47) Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

O Grupo iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que o Grupo irá reconhecer novos ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais de bases de distribuição de combustíveis, terrenos, armazéns e veículos. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, pois a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento. O Grupo ainda não decidiu se utilizará as isenções opcionais.

Não há normas IFRS ou interpretações IFRIC, além das citadas acima, que entraram em vigor e que se espera que tenham um impacto significativo sobre o Grupo.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a nova norma IFRS 16.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016 (reapresentado)	1º de abril de 2015 (reapresentado)
Recursos em banco e em caixa	503.252	777.931	355.367
Valores aguardando fechamento de câmbio (1)	171.873	84.599	2.062
Aplicações financeiras:			
Certificados de Depósito Bancário - CDB e Compromissadas (2)	2.525.894	3.225.055	3.006.936
<i>Time deposit</i> e títulos públicos no exterior (3)	-	177.951	159.684
Outras aplicações	579	2.190	1.575
	<u>2.526.473</u>	<u>3.405.196</u>	<u>3.168.195</u>
	<u>3.201.598</u>	<u>4.267.726</u>	<u>3.525.624</u>
No País (moeda nacional)	2.719.541	3.422.615	3.116.196
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 24.d)	482.057	845.111	409.428
	<u>3.201.598</u>	<u>4.267.726</u>	<u>3.525.624</u>

- (1) Referem-se, basicamente, a recebimentos de recursos financeiros em moeda estrangeira, de clientes situados no exterior, cujo fechamento de câmbio junto às instituições financeiras não foi realizado até a data do balanço e, também, se referem a recursos represados no exterior para pagamento de dívidas atreladas à performance de exportação. Não há restrição para utilização imediata destes montantes.
- (2) Correspondem à aplicações financeiras de renda fixa, tipo CDB (Certificado de Depósito Bancário) e compromissadas, realizadas junto a instituições bancárias de primeira linha. Em 31 de março de 2017, a remuneração média ponderada das aplicações financeiras de renda fixa foi equivalente a 100,9% do CDI (100,5% em 2016 e 101,5% em 2015).
- (3) Correspondem a depósitos interbancários no mercado internacional. Possuem prazo fixo e são inegociáveis até o vencimento. São realizados com instituições de primeira linha, com prazo médio de 10 dias. Em 31 de março de 2017, a remuneração média anual das aplicações de *time deposit* foi uma taxa pré-fixada em US\$ de 0,43% (0,43% em 2016 e 0,15% em 2015).

4. Títulos e valores mobiliários

	2017	2016 (reapresentado)	1º de abril de 2015 (reapresentado)
Letra financeira do tesouro ("LFT")	753.804	104.905	502.606
	<u>753.804</u>	<u>104.905</u>	<u>502.606</u>

- (1) Refere-se a aplicações realizadas por meio de Fundos de Investimentos os quais tem vencimento original acima de 90 dias. Em 31 de março de 2017, a remuneração média das LFTs foi equivalente a aproximadamente 100% da taxa Selic, incluindo recebimento de juros nos montantes de R\$ 56.241 (R\$ 21.026 em 2016 e R\$ 24.678 em 2015).

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

5. Caixa restrito

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aplicações financeiras vinculadas a financiamentos (1)	63.093	62.302
Aplicações financeiras vinculadas a operações com derivativos (2) (Nota 24.g)	77.582	136.116
Margem em operações com derivativos (3) (Nota 24.g)	184.562	676.187
	<u>325.237</u>	<u>874.605</u>
No País (moeda nacional)	140.675	203.391
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 24.d)	184.562	671.214
	<u>325.237</u>	<u>874.605</u>

- (1) Correspondem à aplicações financeiras tipo LFT, realizadas junto a bancos de primeira linha, que são mantidas em função dos financiamentos junto ao BNDES, cujo resgate está condicionado ao pagamento de determinadas parcelas do referido financiamento. Em 31 de março de 2017 e 2016, os referidos títulos obtiveram remuneração média 100,1% do CDI.
- (2) Correspondem à aplicações financeiras tipo CDB e títulos públicos no exterior, realizadas junto a bancos de primeira linha, que são utilizadas em operações de instrumentos derivativos. Em 31 de março de 2017, a remuneração média das aplicações foi equivalente a 101,2% do CDI e 0,32% ao ano (101,0% do CDI e 0,21% ao ano em 2016), respectivamente.
- (3) Os depósitos de margem em operações com derivativos se referem às chamadas de margens por contrapartes em operações de instrumentos derivativos e são expostos à variação cambial do dólar norte-americano (Nota 24.g).

6. Contas a receber de clientes

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
No País	1.866.064	1.724.696
No exterior (Nota 24.d)	141.679	119.822
Financiamentos a clientes (i)	548.974	420.434
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(210.445)	(200.585)
	2.346.272	2.064.367
Circulante	(1.902.542)	(1.758.781)
Não circulante	443.730	305.586

- (i) Os financiamentos a clientes referem-se, substancialmente, a parcelamentos de débitos vencidos e vendas de imóveis, bem como financiamentos com o objetivo principal de implementação ou modernização dos postos de venda de combustíveis, mediante garantias reais, fianças e avais. Os encargos financeiros e os prazos de amortização são pactuados em contratos e estabelecidos com base na análise econômico-financeira de cada negociação.

O Grupo não concedeu nenhum título reconhecido na rubrica Contas a receber como garantia de operações financeiras.

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

A análise do vencimento das contas a receber e financiamentos de clientes é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A vencer	2.050.149	1.828.791
Vencidas:		
Até 30 dias	126.525	53.217
De 31 a 90 dias	23.983	70.851
De 91 a 180 dias	37.065	69.136
Acima de 180 dias	318.995	242.957
	<u>2.556.717</u>	<u>2.264.952</u>

Para os títulos vencidos há longa data e não provisionados, o Grupo possui garantias reais, como por exemplo, hipotecas e cartas de créditos.

A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa foi estimada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem às garantias reais para débitos e a avaliação dos assessores jurídicos. A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber e a movimentação é assim demonstrada:

Em 31 de março de 2014	<u>(174.649)</u>
Perda estimada	(36.764)
Baixas e reversões	31.497
Em 31 de março de 2015	<u>(179.916)</u>
Perda estimada	(59.713)
Baixas e reversões	38.828
Variação cambial	216
Em 31 de março de 2016	<u>(200.585)</u>
Perda estimada	(28.181)
Baixas e reversões	17.925
Variação cambial	396
Em 31 de março de 2017	<u>(210.445)</u>

Em 31 de março de 2017, o Grupo possuía o montante de R\$ 203.363 (R\$ 105.912 em 2016) registrado no passivo circulante, na rubrica de Adiantamentos de clientes, os quais se referem, substancialmente, a recebimentos de clientes no exterior para aquisição de açúcar.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

7. Estoques

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Produtos acabados:		
Etanol	435.473	387.591
Açúcar	204.923	40.460
Diesel	696.921	436.649
Gasolina	750.551	500.198
Combustível para jatos (<i>Jet A-1</i>)	68.485	62.469
Outros combustíveis	10.353	9.597
Almoxarifado e outros	195.343	258.501
Perda estimada por não realização e obsolescência (1)	<u>(78.959)</u>	<u>(18.134)</u>
	<u>2.283.090</u>	<u>1.677.331</u>

A movimentação da perda estimada por não realização e obsolescência é demonstrada abaixo e foi reconhecida na demonstração do resultado na rubrica Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados:

Em 31 de março de 2014	<u>(10.177)</u>
Perda estimada	(10.222)
Baixas e reversões	<u>4.432</u>
Em 31 de março de 2015	<u>(15.967)</u>
Perda estimada	(11.498)
Baixas e reversões	<u>9.331</u>
Em 31 de março de 2016	<u>(18.134)</u>
Perda estimada (1)	(73.490)
Baixas e reversões	<u>12.665</u>
Em 31 de março de 2017	<u>(78.959)</u>

(1) Em 31 de março de 2017, o montante registrado como perda estimada refere-se, principalmente, a redução ao valor realizável líquido dos estoques de etanol da RESA.

8. Ativos biológicos

Os ativos biológicos do Grupo correspondem a cana em pé produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar, que serão utilizadas como fonte de matéria prima para a produção de açúcar, etanol e bioenergia no momento da sua colheita. O método de avaliação do valor justo é o fluxo de caixa descontado a valor presente. O modelo de valorização considera o valor presente dos fluxos de caixa esperados a serem gerados, incluindo projeções de 2 anos, ou seja, para a safra 2017/18 e 2018/19.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

As áreas cultivadas representam apenas as lavouras de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Área estimada de colheita (hectares)	415.095	427.768	412.738
Produtividade prevista (toneladas de cana por hectare)	77,06	80,04	75,3
Quantidade de ATR (kg)	132,30	130,12	132,6
Preço do Kg de ATR médio projetado (R\$/kg)	0,70	0,63	0,52

Os fluxos de caixa foram descontados por 6,08% (7,48% em 2016 e 7,73% em 2015) que é o WACC (*Weighted Average Capital Cost* - Custo Médio Ponderado do Capital) do Grupo.

O Grupo revisa periodicamente as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico atualizando-o caso existam variações significativas em relação às projetadas anteriormente. No exercício findo em 31 de março de 2017, identificou-se a necessidade da revisão das premissas, principalmente, devido à evolução da expectativa do preço médio do ATR (média ponderada de todos os fluxos de caixa de R\$ 0,63/kg em 31 de março de 2016 para R\$ 0,70/kg em 31 de dezembro de 2016, mantendo-se no mesmo patamar em 31 de março de 2017), consoante à expectativa do mercado do preço do açúcar e da moeda norte-americana.

A movimentação dos ativos biológicos (cana-de-açúcar) encontra-se detalhada a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u> <u>(reapresentado)</u>	<u>1º de abril de</u> <u>2015</u> <u>(reapresentado)</u>
Saldo no início do exercício	973.373	595.200	610.104
Adições de tratamentos culturais (1)	545.134	515.437	541.530
Absorção dos custos de cana colhida	(547.109)	(515.289)	(524.737)
Mudança no valor justo	652.984	336.035	(29.203)
Realização do valor justo	(348.061)	39.093	(2.494)
Transferências e reclassificações	-	2.897	-
Saldo no final do exercício	<u>1.276.321</u>	<u>973.373</u>	<u>595.200</u>

(1) Os referidos gastos incluem os montantes de R\$ 14.925 (R\$ 20.980 em 2016 e R\$ 17.481 em 2015), decorrentes de depreciação dos ativos da área agrícola que fazem parte do custo dos ativos biológicos.

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor);
- A taxa de desconto fosse menor (maior)

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

O período de colheita anual de cana na região Centro-Sul do Brasil geralmente começa entre abril e maio, e termina entre novembro e dezembro. Isso gera variações de estoque, que comumente se encontra mais elevado em novembro e dezembro, para cobrir as vendas na entressafra (dezembro a abril) e um grau de sazonalidade no lucro bruto, que tende a ser menor no último trimestre do ano fiscal (outubro a dezembro).

9. Outros ativos financeiros

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Créditos de ações indenizatórias (1)	496.779	828.250
Certificados do Tesouro Nacional - CTN (2)	737.088	627.219
Outros	<u>1</u>	<u>1</u>
	1.233.868	1.455.470
Circulante	<u>(11.048)</u>	<u>(10.028)</u>
Não circulante	<u>1.222.820</u>	<u>1.445.442</u>

(1) Créditos decorrentes de sentenças transitadas e julgadas favoravelmente à RESA, em fevereiro de 2007, dezembro de 2013 e 2015, que não são parte dos ativos líquidos contribuídos pela Cosan na formação do Grupo. Dessa forma, a RESA registrou uma obrigação de igual valor, classificada no passivo circulante e não circulante, na rubrica Partes relacionadas, uma vez que restituirá integralmente o valor dos referidos créditos à Cosan, quando efetivamente recebidos. Esses créditos rendem variação do IPCA-E e Selic mais juros anuais de 6%.

Em 28 de dezembro de 2016, por meio de escritura pública de cessão de direitos créditos, a RESA realizou a terceiros, cessão de créditos de ações indenizatórias da Açucareira Corona S.A., pelo montante de R\$ 233.570. O montante negociado foi recebido em 6 de janeiro de 2017 e repassado, na mesma data, à acionista Cosan. Tais operações não geraram ou gerarão impacto no resultado da RESA.

(2) Títulos públicos, emitidos pelo Tesouro Nacional Brasileiro, no âmbito do Programa Especial de Securitização Agrícola - PESA, com prazo original de 20 anos, com vencimento entre 2018 e 2025 cedidos em garantia à operação de financiamento, denominada PESA. Esses títulos rendem variação do IGP-M mais juros anuais de 12%, que são capitalizáveis. O valor desses títulos no seu vencimento será equivalente ao valor do principal da dívida devida do PESA, podendo ser utilizados para sua liquidação.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

10. Partes relacionadas

(a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo		
Operações contratuais (<i>framework agreement</i>) (1)		
Shell Brazil Holding B.V.	702.123	508.345
Cosan S.A. Indústria e Comércio	502.167	324.718
Shell Brasil Petróleo Ltda.	43.500	39.984
Outras	7.117	9.083
	<u>1.254.907</u>	<u>882.130</u>
Operações comerciais (2)		
Grupo Rumo / ALL	121.594	114.559
Nova América Agrícola Caarapó Ltda.	103.036	75.334
Shell Aviation Limited (Nota 24.d)	72.874	66.576
Philipinas Shell Petroleum Corp. (Nota 24.d)	4.241	5.958
Cosan S.A. Indústria e Comércio	3.953	7.542
Agroterenas S.A.	49.883	27.662
Outras	30.581	20.232
	<u>386.162</u>	<u>317.863</u>
Integralização de capital		
Sapore S.A.	5.096	5.000
Logum Logística S.A.	1.714	-
	<u>6.810</u>	<u>5.000</u>
	<u>1.647.879</u>	<u>1.204.993</u>
Ativo circulante	<u>(539.328)</u>	<u>(491.358)</u>
Ativo não circulante	<u>1.108.551</u>	<u>713.635</u>

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Passivo		
Operações contratuais (<i>framework agreement</i>) (1)		
Cosan S.A. Indústria e Comércio	793.283	1.059.048
Shell Brasil Petróleo Ltda.	81.992	71.749
Shell Brazil Holding B.V.	53.907	48.357
Outras	1.192	233
	<u>930.374</u>	<u>1.179.387</u>
Operações financeiras		
Cosan S.A. Indústria e Comércio	2.301	9.672
Shell Finance (Netherlands) B.V. (Nota 24.d)	3.021	-
Sapore S.A.	69	22
	<u>5.391</u>	<u>9.694</u>
Operações comerciais (2)		
Shell Trading US Company	-	179.987
Nova América Agrícola Caarapó Ltda.	19.299	17.963
Nova América Agrícola Ltda.	9.788	26.077
Grupo Rumo / ALL	11.798	20.407
Agroterenas S.A.	17.568	42.923
Shell Aviation Limited (Nota 24.d)	1.630	1.341
Shell International Petroleum Company (Nota 24.d)	16	-
Shell Downstream Service Internacional B.V. (Nota 24.d)	1.002	-
Shell Finance (Netherlands) B.V. (Nota 24.d)	-	1.938
Outras	42.035	36.867
	<u>103.136</u>	<u>327.503</u>
Ações preferenciais (3)		
Shell Brazil Holding B.V.	401.193	494.430
Cosan S.A. Indústria e Comércio (Nota 19.a.1)	60.009	89.762
	<u>461.202</u>	<u>584.192</u>
Reestruturação societária (4)		
Logum logística S.A. (Nota 11.b.i)	61.457	-
Uniduto Logística S.A. (Nota 11.b.i)	14.281	-
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira (Nota 11.b.i)	-	609
	<u>75.738</u>	<u>609</u>
	<u>1.575.841</u>	<u>2.101.385</u>
Passivo circulante	<u>(743.018)</u>	<u>(860.980)</u>
Passivo não circulante	<u>832.823</u>	<u>1.240.405</u>

Grupo Raízen

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017**
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

(1) Operações contratuais (*framework agreement*)

Em 31 de março de 2017 e 2016, os montantes registrados no ativo e passivo referem-se a valores existentes antes da formação da Raízen, restituíveis e cobráveis dos acionistas, quando efetivamente realizados ou liquidados. As principais variações ocorridas durante o exercício foram:

- (i) Em setembro de 2016, a RCSA registrou saldo recobrável da Shell Brazil Holding B.V. (“SBHBV”), no montante atualizado de R\$ 207.687, relacionados a demandas judiciais tributárias de ICMS, de responsabilidade da referida acionista. (Nota 17.a)
- (ii) Em 31 de março de 2017, a RESA registrou saldo recobrável e de responsabilidade da acionista Cosan, no montante de R\$ 163.777, relacionados a débitos tributários no âmbito do programa de recuperação fiscal - REFIS IV, Lei 11.941/09, aprovada pelo governo brasileiro.
- (iii) Em 28 de dezembro de 2016, a RESA assinou contrato de cessão de créditos de ações indenizatórias a terceiros no montante de R\$ 140.833, cujo valor de face era R\$ 233.570, tendo recebido e repassado o referido à acionista o mesmo montante em 6 de janeiro de 2017. (Nota 9.1).

(2) Operações comerciais

Em 31 de março de 2017, o montante registrado no ativo de R\$ 386.162 (R\$ 317.863 em 2016), refere-se a operações comerciais de venda de produtos, tais como gasolina, diesel, *jet*, açúcar e etanol.

Em 31 de março de 2017, o montante registrado no passivo de R\$ 103.136 (R\$ 327.503 em 2016), refere-se, substancialmente, a operações comerciais de compra de produtos e prestação de serviços (fretes e armazenagens).

(3) Ações preferenciais

Decorre, substancialmente, de benefícios fiscais a reembolsar para Shell e Cosan, quando efetivamente aproveitados pelo Grupo, determinados pelos saldos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (“NOL”) e benefício fiscal sobre amortização de ágio (“GW”) oriundos de anos anteriores à formação do Grupo Raízen. A forma de pagamento será realizada mediante a distribuição de dividendos exclusivos e/ou redução de capital aos detentores de ações preferenciais classes C e E (instrumento financeiro passivo).

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 23 de agosto de 2016, os acionistas da RCSA aprovaram o resgate de ações preferenciais classe C, pelo valor de R\$ 111.793, representando uma reversão de R\$ 26.277, uma vez que tal operação havia sido provisionada por R\$ 138.070.

Adicionalmente, o saldo relacionado das ações preferenciais classe E devidos à Shell em função dos créditos tributários decorrentes de pagamentos a maior de IRPJ e CSLL, entre os meses de janeiro de 2010 e maio de 2011 são atualizados pela taxa Selic a partir da data do reconhecimento. Durante o exercício findo em 31 de março de 2017, atualização dos referidos créditos foi de R\$ 22.094.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), realizada em 29 de julho de 2016, os acionistas da RESA deliberaram e aprovaram dividendos aos detentores de ações preferenciais no montante de R\$ 2.420, sendo: (i) R\$ 1.332 aos detentores de ações preferenciais classe B, a ser creditado integralmente à acionista Cosan; e (ii) R\$ 7 e R\$ 1.081, aos detentores de ações preferenciais classe C e D, respectivamente, a ser creditado à acionista Shell. Todos os pagamentos foram realizados em 28 de setembro de 2016.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2017 a RESA destinou como dividendos todo o montante em aberto de ações preferenciais Classe C, pertencente à acionista Shell, a serem pagos durante o exercício a findar em 31 de março de 2018, no montante de R\$ 3.531. Adicionalmente, a RESA propôs destinação de R\$ 28.422 de dividendos aos detentores de ações preferenciais Classe B a pagar à Cosan.

(4) Reestruturação societária

Em 31 de março de 2017, os montantes registrados no passivo, referem-se à subscrição de capital que a RESA tem a integralizar com as coligadas Logum Logística S.A e Uniduto Logística S.A., nos montantes de R\$ 61.457 e R\$ 14.281, respectivamente. O prazo para a integralização de capital é 31 de dezembro de 2017.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

(b) Resumo das transações com partes relacionadas (h)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Venda de produtos			
Grupo Rumo / ALL (f)	819.818	647.791	387
Shell Aviation Limited	825.100	956.499	1.227.690
Grupo Agricopel	419.002	404.747	395.371
Shell Trading US Company	154.278	71.188	154.425
Philippinas Shell Petroleum Corp.	86.081	99.736	82.396
Shell Trading Rotterdam	16	34.216	-
Shell Western Supply and Trading	-	10.300	139.470
Outros	119.288	150.590	52.358
	<u>2.423.583</u>	<u>2.375.067</u>	<u>2.052.097</u>
Compra de mercadorias e serviços			
Shell Trading US Company (g)	(3.134.308)	(174.055)	-
Grupo Rumo / ALL (f)	(486.915)	(488.487)	(298.553)
Agroterenas S.A.	(279.953)	(248.133)	(170.634)
Nova América Agrícola Ltda.	(160.919)	(182.914)	(143.867)
Nova América Agrícola Caarapó Ltda.	(199.587)	(110.230)	(94.897)
Outros	(200.082)	(92.978)	(159.199)
	<u>(4.461.764)</u>	<u>(1.296.797)</u>	<u>(867.150)</u>
Recobrança de despesas compartilhadas (a)			
Companhia de Gás de São Paulo	31.104	26.264	23.221
Grupo Rumo / ALL (f)	27.375	13.380	5.330
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	7.116	5.375	4.518
Outros	7.119	6.268	6.154
	<u>72.714</u>	<u>51.287</u>	<u>39.223</u>
Arrendamento de terras (b)			
Grupo Radar	(83.480)	(60.177)	(57.596)
Grupo Aguassanta	(27.063)	(26.803)	(32.386)
Grupo Tellus	(25.116)	(16.232)	-
Janus Brasil Participação S.A.	(16.491)	(7.636)	-
	<u>(152.150)</u>	<u>(110.848)</u>	<u>(89.982)</u>
Receita (despesa) financeira (c)			
Shell Trading US Company	44.571	-	-
Nova América Agrícola Caarapó Ltda.	10.299	9.318	5.299
Agroterenas S.A.	3.148	3.397	2.557
Shell Aviation Limited	(2.702)	-	-
Shell Finance B.V.	(3.970)	(5.478)	(5.640)
Outros	(800)	(2.125)	(2.807)
	<u>50.546</u>	<u>5.112</u>	<u>(591)</u>
Receitas de serviços (d)			
Shell Brasil Petróleo Ltda.	16.174	18.236	2.285
Outros	5.062	755	-
	<u>21.236</u>	<u>18.991</u>	<u>2.285</u>
Despesas de serviços (e)			
Shell Brasil Petróleo Ltda.	(25.378)	(14.117)	(3.859)
Shell Brazil Holding B.V.	(3.748)	-	-
Shell International Petroleum	(3.043)	(5.297)	(3.743)
Shell Downstream Services International BV	(1.002)	-	-
Outros	(2.942)	(2.713)	(1.233)
	<u>(36.113)</u>	<u>(22.127)</u>	<u>(8.835)</u>

- (a) Referem-se aos gastos com o compartilhamento dos custos corporativos, gerenciais e operacionais recobrados das partes relacionadas.
- (b) Referem-se aos gastos com arrendamento de terras com partes relacionadas.
- (c) Referem-se, substancialmente, às despesas com comissões sobre linhas de crédito disponíveis e atualização de saldos de adiantamentos concedidos para financiamentos de lavouras de cana-de-açúcar, bem como variação cambial de operações comerciais decorrentes de importações e vendas de combustíveis.
- (d) Referem-se, substancialmente, à comissão de vendas de lubrificantes à Shell.
- (e) Referem-se aos gastos com suporte técnico, manutenção de processo de faturamento e cobrança, comissões na venda de *Jet* e *secondees* junto a Shell.
- (f) Em 1º de abril de 2015, a Cosan adquiriu por meio de sua subsidiária Rumo Logística Operadora Multimodal S.A., 100% das ações ordinárias da América Latina Logística S.A. (“ALL”), gerando o relacionamento do Grupo Rumo / ALL com o Grupo.
- (g) As transações de compra da RCSA, junto a Shell Trading US Company, estão representadas, substancialmente, por aquelas originadas de importações de etanol e derivados no mercado externo.
- (h) As transações com partes relacionadas são celebradas em condições razoáveis e cumulativas, em linha com as que prevalecem no mercado ou em que o Grupo contrataria com terceiros.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

(c) Diretores e membros do Conselho de Administração

A remuneração fixa e variável das pessoas chave, incluindo diretores estatutários e membros do Conselho de Administração que está registrada no resultado do exercício, é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração regular	(46.983)	(42.362)	(42.226)
Bônus e outras remunerações variáveis	(45.207)	(63.461)	(31.488)
Total da remuneração	<u>(92.190)</u>	<u>(105.823)</u>	<u>(73.714)</u>

(d) Outras informações significativas envolvendo partes relacionadas

Committed Back-up Credit Facility Agreement

O Grupo é beneficiário de um contrato de linha de crédito *Revolving* (“*Committed Back-up Credit Facility Agreement*”) de US\$ 700.000 mil concedido pela Shell Finance (Netherlands) B.V. e Cosan S.A. Indústria e Comércio. Até o término do exercício findo em 31 de março de 2017, a referida linha não foi utilizada.

11. Investimentos

			Investimentos (1)		Equivalência patrimonial			
	<u>País</u>	<u>Negócio</u>	<u>Percentual de participação</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Valor contábil</u>								
Centro de Tecnologia Canavieiras S.A.	Brasil	P&D	19,58%	108.128	88.483	4.220	1.840	1.962
Logum Logística S.A. (5)	Brasil	Logística	21,28%	62.906	53.687	(35.074)	(46.829)	(29.054)
Uniduto Logística S.A. (4)	Brasil	Holding	46,48%	15.773	12.740	(38.783)	(25.514)	(161)
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (3)	-	-	-	-	-	(2.919)	11.227	20.016
Codexis Inc.	-	-	-	-	-	-	-	(6.684)
Outros	-	-	-	-	-	-	(2.752)	-
				<u>186.807</u>	<u>154.910</u>	<u>(72.556)</u>	<u>(62.028)</u>	<u>(13.921)</u>
<u>Mais valias de ativos, líquidos contribuídos</u>								
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (3)				-	-	-	(3.862)	(6.320)
				<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.862)</u>	<u>(6.320)</u>
<u>Ágio sobre investimento (2)</u>								
Uniduto Logística S.A.				5.676	5.676	-	-	-
Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (Nota 11.b.i)				51.946	49.839	-	-	-
				<u>57.622</u>	<u>55.515</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do investimento				<u>244.429</u>	<u>210.425</u>	<u>(72.556)</u>	<u>(65.890)</u>	<u>(20.241)</u>
<u>Provisão para patrimônio líquido negativo</u>								
Outras				-	-	-	(1)	(1)
Total da provisão para patrimônio líquido negativo				<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
				<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
						<u>(72.556)</u>	<u>(65.891)</u>	<u>(20.242)</u>

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

- (1) Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
- (2) Ágio na aquisição e transferência de ações.
- (3) Venda concluída em 31 de agosto de 2016. Vide detalhes na Nota 11.b.ii.
- (4) Em 31 de março de 2017, o saldo do investimento inclui o montante de R\$ 14.281 (zero em 2016), referente a aporte de capital, conforme Nota 10.a..
- (5) Em 31 de março de 2017, incluiu perda estimada por *impairment* no investimento. (Nota 11.b.iii)

A movimentação dos investimentos em coligadas é como segue:

Saldo em 31 de março de 2014	417.977
Equivalência patrimonial	(20.241)
Adições ao investimento	58.964
Dividendos declarados	(10.430)
Ganho de capital por diluição de participação societária	30.333
Transferência para outros ativos financeiros	(8.147)
Outras	1.107
Saldo em 31 de março de 2015	469.563
Equivalência patrimonial	(65.890)
Adições ao investimento	48.914
Ágio sobre investimento	8.458
Dividendos declarados	(23.256)
Ganho de capital por diluição de participação societária	15.583
Transferência para ativos mantidos para venda	(243.086)
Outras	139
Saldo em 31 de março de 2016	210.425
Equivalência patrimonial	(72.556)
Adições ao investimento	219.838
Ganho de capital por diluição de participação societária	14.697
Perda estimada por <i>impairment</i> no investimento (nota 11.b.iii)	(131.792)
Baixa por alienação	(274)
Outras	4.091
Saldo em 31 de março de 2017	244.429

(a) Informações financeiras resumidas dos investimentos, considerando ajustes para equivalência patrimonial, quando aplicável.

(i) As principais rubricas contábeis das coligadas são como seguem:

- Em 31 de março de 2017

	Logum Logística S.A. (1)/(2)	Uniduto Logística Ltda. (1)/(2)	Centro de Tecnologia Canaveira S.A. (2)/(4)	Iogen Energy Corp. (3)
Ativo	2.603.854	32.818	824.612	29.855
Passivo	(1.689.053)	(30.791)	(272.381)	(248.287)
Patrimônio líquido	914.801	2.027	552.231	(218.432)

Período de doze meses findo em 31 de março de 2017:

Receita operacional líquida	123.871	-	120.917	-
Lucro líquido (prejuízo)	(162.633)	(83.387)	20.945	(1.505)

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

- Em 31 de março de 2016

	Logum Logística S.A. (1)/(2)	Uniduto Logística Ltda. (1)/(2)	Centro de Tecnologia Canaveira S.A. (2)/(4)	Iogen Energy Corp. (3)
Ativo	2.505.051	29.436	695.961	39.950
Passivo	(2.236.615)	(3.068)	(265.120)	(293.184)
Patrimônio líquido	268.436	26.368	430.841	(253.234)

Período de doze meses findo em 31 de março de 2016:

Receita operacional líquida	120.041	-	78.332	-
Lucro líquido (prejuízo)	(234.147)	(55.943)	3.021	(4.972)

- Em 31 de março de 2015

	Logum Logística S.A. (1)/(2)	Uniduto Logística Ltda. (1)/(2)	Centro de Tecnologia Canaveira S.A. (2)/(4)	Unimodal Ltda.(1)	Iogen Energy Corp. (3)	Serviços e Tecnologia e Pagamentos (1)/(2)
Ativo	2.049.903	65.810	454.036	-	48.652	1.197.732
Passivo	(1.728.055)	(4)	(126.403)	(3.617)	(283.746)	(925.164)
Patrimônio líquido	321.848	65.806	327.633	(3.617)	(235.094)	272.568

Período de doze meses findo em 31 de março de 2015:

Receita operacional líquida	41.479	-	75.093	-	-	671.749
Lucro líquido (prejuízo)	(145.266)	(346)	499	(15)	(15.377)	200.164

- (1) O exercício social destas investidas encerra-se em 31 de dezembro de cada ano.
- (2) A definição da influência significativa nestas sociedades se dá, principalmente, pelo direito do Grupo em eleger pessoas chave de sua administração, bem como no direito de decisão de alguns de seus assuntos estratégicos e operacionais relevantes.
- (3) Sociedade de controle compartilhado, na qual a RESA participa de 50% das ações ordinárias, cujo exercício social encerra-se em 31 de agosto de cada ano. A RESA não constituiu perda estimada de perdas de equivalência patrimonial, uma vez que não possui responsabilidade sobre obrigações legais ou construtivas (não formalizada) de fazer pagamentos por conta dessa sociedade.
- (4) O exercício social destas investidas encerra-se em 31 de março de cada ano.

(b) Transações de investimentos em coligadas ocorridas no exercício findo em 31 de março de 2017

(i) Adições ao investimento

Aumento de capital na Logum Logística S.A. (“Logum”)

Durante o exercício findo em 31 de março de 2017, foram deliberados e aprovados aumentos de capital da sociedade no montante de R\$ 809.000, mediante aporte em espécie. Os valores subscritos e integralizados pela RESA nestas operações totalizaram R\$ 176.086, dos quais R\$ 114.629 integralizados em espécie e R\$ 61.457 registrados como capital a integralizar contabilizado na rubrica Partes relacionadas, no passivo circulante, devendo ser integralizados até 31 de dezembro de 2017.

Ao final destas operações, a RESA passou a deter 21,28% e 26,23% de participação direta e indireta, respectivamente na Logum (20% e 24,65% em 2016, respectivamente).

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Aumento de capital na Uniduto Logística S.A. (“Uniduto”)

A Uniduto é acionista da Logum e se obrigou, através de compromissos previstos no Acordo de Acionistas e nos boletins de subscrições de aumentos de capital da Logum, a integralizar o montante de R\$ 88.043, durante o exercício findo em 31 de março de 2017.

A RESA subscreveu nestas operações o montante de R\$ 40.922, dos quais R\$ 26.641 foram integralizados em espécie e R\$ 14.281 registrados como capital a integralizar na rubrica Partes relacionadas, no passivo circulante, devendo ser integralizados até 31 de dezembro de 2017.

Não ocorreu variação no percentual de participação no capital social dessa investida, uma vez que todos os acionistas efetuaram aportes na proporção de sua participação detida anteriormente.

Aumento de capital no Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (“CTC”)

Durante o exercício findo em 31 de março de 2017, foi integralizado o montante de R\$ 609, de acordo com a Reunião do Conselho em 24 de fevereiro de 2016

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2016, foi deliberado e aprovado pelos membros do Conselho de Administração do CTC, aumento de capital no montante de R\$ 98.802, mediante a emissão de 41.869 novas ações ordinárias. O valor subscrito pela RESA nesta operação totalizou R\$ 2.830, correspondentes a 1.157 ações ordinárias. Dessa forma a RESA, reconheceu investimento e ágio no montante de R\$ 723 e R\$ 2.107, respectivamente.

Conforme previsto no acordo de acionistas do CTC, nesta operação, a RESA e demais acionistas cederam 89,83% de seus direitos de preferência na subscrição de ações do CTC para o BNDES. Dessa forma, seu percentual de participação no capital social desta investida passou de 20,50% para 19,58%, gerando um ganho de capital por diluição de participação societária no montante de R\$ 14.697, registrado na rubrica Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 22).

(ii) Alienação de participação societária

Alienação de participação societária na Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A (“STP”)

Em 14 de março de 2016, por meio de contrato de compra e venda de ações, os acionistas da STP anunciaram a alienação de 100% das ações representativas do capital social da STP à DBTRANS Administração de Meios de Pagamentos Ltda.(“DBTRANS”), cujo percentual de participação detido pela RCSA correspondia a 10%.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2017, a partir da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e posteriormente pelas transferências das ações à DBTRANS, a RCSA efetuou a baixa do custo do investimento contabilizado na rubrica Ativos mantidos para venda e reconheceu o ganho na alienação de ações da STP, no montante de R\$ 166.103, contabilizado no resultado do exercício na rubrica Outras receitas operacionais, líquidas, detalhado a seguir:

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Receita na venda da participação de 10% detida pela RCSA na STP	413.556
Custo do investimento classificado como ativos mantidos para venda	(243.086)
Complemento do custo do investimento	2.919
Gastos com intermediação do negócio e outros	<u>(7.286)</u>
Ganho na alienação de ações da STP (Nota 22)	<u>166.103</u>

(iii) Análise de perda ao valor recuperável do investimento

Consoante ao teste contábil de recuperabilidade do investimento na Logum à luz do IAS 36 (CPC 1) e IAS 28 (CPC 18), em 31 de março de 2017, a RESA reconheceu no resultado do exercício perda estimada por *impairment* no investimento da Logum no montante de R\$ 162.384, sendo R\$ 131.792 contabilizados na rubrica Outras receitas operacionais, líquida (Nota 22), referente a participação direta de 21,3% na Logum e R\$ 30.592 contabilizados como equivalência patrimonial, referente a participação indireta de 4,9% da RESA na Logum via Uniduto.

A infraestrutura atual do projeto Logum funciona como a espinha dorsal das próximas fases do plano de negócios, o que aumentará os volumes à medida que o sistema ganhe capilaridade, conectando produtores e consumidores de etanol. Entretanto, para o teste contábil de 31 de março de 2017, julgamos como apropriado utilizar somente o fluxo de caixa da fase atual do projeto, líquido das dívidas financeiras, sem considerar as etapas futuras bem como sinergias que poderão ser geradas no futuro. À medida que investimentos forem feitos em novas fases do projeto, o teste contábil será refeito, podendo indicar estorno da provisão ora reconhecida.

(c) Transações de investimentos em coligadas ocorridas no exercício findo 31 de março de 2016

(i) Adições ao investimento

Aumento de capital na Logum

Durante o exercício findo em 31 de março de 2016, em RCAs da investida Logum, foram deliberados e aprovados os aumentos de capital da sociedade no montante de R\$ 219.614, mediante aporte em espécie. O valor subscrito e integralizado pela RESA nestas operações totalizaram R\$ 43.923.

Não ocorreu variação no percentual de participação no capital social dessa investida, uma vez que todos os acionistas efetuaram aportes na proporção de sua participação detida anteriormente.

Aumento de capital na Uniduto

Durante o exercício findo em 31 de março de 2016, em RCAs da investida Uniduto, foram deliberados e aprovados os aumentos de capital da sociedade no montante de R\$ 22.172, mediante aportes em espécie. O valor subscrito e integralizado pela RESA nestas operações totalizaram R\$ 10.462.

Não ocorreu variação no percentual de participação no capital social dessa investida, uma vez que todos os acionistas efetuaram aportes na proporção de sua participação detida anteriormente.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Transferências de ações e aumento de capital na CTC

a) Transferência de ações

Em 13 de abril de 2015, a RESA, por meio de sua controlada Raízen Tarumã S.A. (“Tarumã”), recebeu a transferência de 4.236 ações do CTC, avaliadas em R\$ 8.250, da empresa Sabarácool S.A. - Açúcar e Álcool, como parte do pagamento da dívida que a mesma mantinha junto a Tarumã, passando a deter participação no capital social do CTC de 0,5899%. Dessa forma a Tarumã, reconheceu pelo método de equivalência patrimonial, investimento e ágio no valor de R\$ 1.933 e R\$ 6.317, respectivamente.

Ao final desta operação, a RESA passou a deter direta e indiretamente participação no capital social do CTC de 21,52%.

b) Aumento de capital

Em AGE realizada em 24 de fevereiro de 2016, foi deliberado e aprovado pelos acionistas do CTC, aumento de capital no montante de R\$ 94.589, mediante a emissão de 41.869 novas ações ordinárias. O valor subscrito pela RESA nesta operação totalizou R\$ 2.624, correspondentes a 1.151 ações ordinárias, sendo o montante de R\$ 2.031 integralizado em 28 de março de 2016 e R\$ 593 integralizado em 1º de abril de 2016. Dessa forma a RESA, reconheceu investimento e ágio no montante de R\$ 540 e R\$ 2.084, respectivamente.

Conforme previsto no acordo de acionistas do CTC, nesta operação a RESA e demais acionistas cederam 89,83% de seus direitos de preferência na subscrição de ações do CTC. Dessa forma, seu percentual de participação no capital social nesta investida passou de 20,93% para 19,93%, gerando um ganho de capital por diluição de participação societária no montante de R\$ 15.121, registrado na rubrica Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 22).

c) Aumento de capital pela Tarumã, controlada da RESA

No aumento de capital do CTC em 24 de fevereiro de 2016, conforme demonstrado no item acima, a Tarumã subscreveu R\$ 73, correspondentes a 32 ações ordinárias, sendo o montante de R\$ 57 integralizado em 28 de março de 2016 e R\$ 16 integralizado em 1º de abril de 2016. Dessa forma, a Tarumã, reconheceu o investimento e ágio no valor de R\$ 16 e R\$ 57, respectivamente.

Com base na cessão do direito de preferência de subscrição de ações do CTC, também mencionada acima no item (b), a Tarumã passou de 0,59% para 0,57% sua participação no capital social do CTC, gerando um ganho de capital por diluição de participação societária no montante de R\$ 462, registrado na rubrica Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 22).

Aumento de capital na Iogen Energy Corporation

Em 8 de março de 2016, a RESA efetuou aporte de capital nesta coligada no montante de R\$ 2.757, correspondente a 1.000 mil dólares canadenses, totalmente subscrito e integralizado.

Grupo Raízen

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017**
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

(d) Transações de investimentos em coligadas ocorridas no exercício findo 31 de março de 2015

Aumento de capital na Logum

Durante o exercício findo em 31 de março de 2015, em RCAs da investida Logum, foram deliberados e aprovados os aumentos de capital da sociedade no montante de R\$ 219.614, mediante aportes em espécie. O valor subscrito e integralizado pela RESA nestas operações totalizaram R\$ 43.923.

Não ocorreu variação no percentual de participação no capital social dessa investida, uma vez que todos os acionistas efetuaram aportes na proporção de sua participação detida anteriormente.

Aumento de capital na Uniduto

Durante o exercício findo em 31 de março de 2015, em RCAs da investida Uniduto, foram deliberados e aprovados os aumentos de capital da sociedade no montante de R\$ 22.712, mediante aportes em espécies. O valor subscrito e integralizado pela RESA nestas operações totalizaram R\$ 10.462.

Não ocorreu variação no percentual de participação no capital social dessa investida, uma vez que todos os acionistas efetuaram aportes na proporção de sua participação detida anteriormente.

i) Aumento de capital no Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (“CTC”)

Em AGE realizada em 10 de julho de 2014, foi deliberado e aprovado pelos acionistas do CTC, aumento de capital no montante de R\$ 165.002, mediante a emissão de 83.741 novas ações ordinárias. O valor subscrito pela RESA nesta operação totalizou R\$ 4.579, correspondente a 2.324 ações ordinárias. O montante de R\$ 2.291 correspondentes a 50% do valor subscrito foi integralizado em 19 de setembro de 2014 e o saldo remanescente de 50% foi integralizado em 24 de março de 2015. Conforme previsto no acordo de acionistas do CTC, nesta operação a RESA cedeu 90,9% de seus direitos de preferência na subscrição de ações do CTC. Dessa forma, seu percentual de participação no capital social nesta investida, passou de 23,33% para 20,93%, gerando um ganho de capital por diluição de participação societária no montante de R\$ 30.333, registrado na rubrica Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 22).

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

12. Imobilizado

• 31 de março de 2017

	Terrenos e propriedades rurais	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Aeronaves, embarcações e veículos	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Obras em andamento	Peças e componentes de substituição frequente	Plantio de cana	Outras	Total
Custo:										
Em 31 de março de 2016 (Reapresentado)	653.278	1.481.329	9.184.174	668.567	212.816	861.219	1.051.480	4.050.364	52.967	18.216.194
Adições (3)	-	913	17.616	1.402	1.324	659.232	626.858	332.365	-	1.639.710
Baixas	(27.523)	(18.448)	(147.207)	(34.075)	(3.780)	(1.875)	-	-	(1.588)	(234.496)
Constituição (reversão) de perda estimada e outros (2)	441	829	(27.566)	(469)	(2.199)	(2.166)	-	-	234	(30.896)
Transferências (1)	700	83.166	498.068	31.347	27.676	(649.327)	-	-	(6.039)	(14.409)
Transferência entre custo e depreciação	-	-	-	-	-	-	(611.756)	-	-	(611.756)
Em 31 de março de 2017	626.896	1.547.789	9.525.085	666.772	235.837	867.083	1.066.582	4.382.729	45.574	18.964.347
Depreciação acumulada:										
Em 31 de março de 2016 (Reapresentado)	-	(424.314)	(3.240.049)	(305.481)	(138.060)	-	(611.756)	(2.822.080)	(34.422)	(7.576.162)
Depreciação no exercício	-	(27.926)	(463.901)	(35.725)	(17.105)	-	(452.744)	(426.874)	(1.532)	(1.425.807)
Baixas	-	12.729	114.578	27.743	4.733	-	-	(4.500)	1.588	156.871
Transferências (1)	-	(407)	2.734	(2.310)	403	-	-	-	19	439
Transferência entre custo e depreciação	-	-	-	-	-	-	611.756	-	-	611.756
Em 31 de março de 2017	-	(439.918)	(3.586.638)	(315.773)	(150.029)	-	(452.744)	(3.253.454)	(34.347)	(8.232.903)
Valor residual líquido:										
Em 31 de março de 2017	626.896	1.107.871	5.938.447	350.999	85.808	867.083	613.838	1.129.275	11.227	10.731.444
Em 31 de março de 2016 (Reapresentado)	653.278	1.057.015	5.944.125	363.086	74.756	861.219	439.724	1.228.284	18.545	10.640.032

(1) Inclui transferências para o ativo intangível (*software*), no montante de R\$ 13.343 e transferências líquidas de valores recuperáveis decorrentes de recobrança de *pools* e outros créditos, anteriormente classificados no ativo circulante, no montante de R\$ 627; (2) Refere-se, substancialmente, à perda estimada em ativos imobilizados, reconhecida no resultado do exercício na rubrica Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 22), e, (3) As referidas adições incluem o montante de R\$ 45.291 em 2017, decorrentes de depreciação e amortização de ativos da área agrícola que fazem parte do custo do plantio de cana.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

• 31 de março de 2016

	Terrenos e propriedades rurais	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Aeronaves, embarcações e veículos	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Obras em andamento	Peças e componentes de substituição frequente	Plantio de cana	Outras	Total
Custo:										
Em 31 de março de 2015 (Reapresentado)	683.630	1.306.857	8.598.965	641.628	192.817	1.210.469	1.118.980	3.774.268	53.719	17.581.333
Adições (2)	1.952	-	38.464	2.699	278	618.569	528.876	249.478	-	1.440.316
Baixas	(32.304)	(16.557)	(138.720)	(20.665)	(7.535)	-	-	-	(1)	(215.782)
Constituição (reversão) de perda estimada e outros (1)	-	-	1.659	(3)	(35)	388	-	-	-	2.009
Transferências	-	191.029	683.806	44.908	27.291	(968.207)	-	26.618	(751)	4.694
Transferência entre custo e depreciação	-	-	-	-	-	-	(596.376)	-	-	(596.376)
Em 31 de março de 2016 (Reapresentado)	653.278	1.481.329	9.184.174	668.567	212.816	861.219	1.051.480	4.050.364	52.967	18.216.194
Depreciação acumulada:										
Em 31 de março de 2015 (Reapresentado)	-	(387.878)	(2.894.330)	(279.188)	(122.065)	-	(596.376)	(2.409.087)	(30.351)	(6.719.275)
Depreciação no exercício	-	(27.897)	(467.407)	(42.488)	(22.077)	-	(611.756)	(412.993)	(4.465)	(1.589.083)
Baixas	-	10.569	100.107	18.804	6.339	-	-	-	-	135.819
Transferências	-	(19.108)	21.581	(2.609)	(257)	-	-	-	394	1
Transferência entre custo e depreciação	-	-	-	-	-	-	596.376	-	-	596.376
Em 31 de março de 2016 (Reapresentado)	-	(424.314)	(3.240.049)	(305.481)	(138.060)	-	(611.756)	(2.822.080)	(34.422)	(7.576.162)
Valor residual líquido:										
Em 31 de março de 2016 (Reapresentado)	653.278	1.057.015	5.944.125	363.086	74.756	861.219	439.724	1.228.284	18.545	10.640.032
Em 31 de março de 2015 (Reapresentado)	683.630	918.979	5.704.635	362.440	70.752	1.210.469	522.604	1.365.181	23.368	10.862.058

(1) Refere-se, substancialmente, à reversão líquida da provisão para perda de inventário, reconhecida no resultado do exercício na rubrica Outras receitas operacionais, líquida (Nota 22), no montante de R\$ 1.869, (2) Incluem o montante de R\$ 42.255, decorrentes de depreciação e amortização de ativos da área agrícola que fazem parte do custo do imobilizado.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

• 31 de março de 2015

	Terrenos e propriedades rurais	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Aeronaves, embarcações e veículos	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Obras em andamento	Peças e componentes de substituição frequente	Plantio de cana	Outras	Total
Custo:										
Em 1º de abril de 2014 (Reapresentado)	721.384	1.229.330	8.091.579	579.442	183.836	1.199.134	1.047.437	3.389.166	49.451	16.490.759
Adições (4)	-	-	43.075	22	555	986.133	624.883	385.102	-	1.654.668
Combinação de negócios (1)	62	478	27.120	-	-	-	-	-	-	27.660
Reversão de valores contribuídos (2)	(4.574)	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.574)
Baixas	(49.391)	(15.443)	(270.777)	(21.942)	(16.535)	(71)	-	-	-	(374.159)
Perda estimada (3)	-	-	(3.189)	-	-	(5.489)	-	-	-	(8.678)
Transferências	16.149	92.492	729.463	84.106	24.279	(969.238)	-	-	4.268	(18.481)
Transferência entre custo e depreciação	-	-	(18.306)	-	-	-	(553.340)	-	-	(571.646)
Outros	-	-	-	-	682	-	-	-	-	682
Em 31 de março de 2015 (Reapresentado)	683.630	1.306.857	8.598.965	641.628	192.817	1.210.469	1.118.980	3.774.268	53.719	17.581.333
Depreciação acumulada:										
Em 31 de março de 2014 (Reapresentado)	-	(377.412)	(2.703.373)	(259.000)	(119.227)	-	(553.340)	(1.961.697)	(23.190)	(5.997.239)
Depreciação no exercício	-	(19.970)	(451.374)	(41.152)	(20.982)	-	(596.376)	(447.390)	(6.657)	(1.583.901)
Baixas	-	10.558	240.273	20.711	14.339	-	-	-	-	285.881
Transferências	-	(1.054)	1.838	253	3.805	-	-	-	(504)	4.338
Transferência entre custo e depreciação	-	-	18.306	-	-	-	553.340	-	-	571.646
Em 31 de março de 2015 (Reapresentado)	-	(387.878)	(2.894.330)	(279.188)	(122.065)	-	(596.376)	(2.409.087)	(30.351)	(6.719.275)
Valor residual líquido:										
Em 31 de março de 2015 (Reapresentado)	683.630	918.979	5.704.635	362.440	70.752	1.210.469	522.604	1.365.181	23.368	10.862.058
Em 31 de março de 2014 (Reapresentado)	721.384	851.918	5.388.206	320.442	64.609	1.199.134	494.097	1.427.469	26.261	10.493.520

(1) Aquisição da Latina (Nota 27); (2) Reversão dos valores contribuídos referentes a combinação de negócios com a Cosan Combustíveis e Lubrificantes S.A. (“CCL”); (3) Provisão para perda de inventário, reconhecida no resultado do exercício na rubrica Outras receitas operacionais, líquida (Nota 22); e, (4) Incluem o montante de R\$ 57.741, decorrentes de depreciação e amortização de ativos da área agrícola que fazem parte do custo do imobilizado.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Obras em andamento

Os saldos das obras em andamento referem-se, principalmente, à: (i) projeto de concentração de vinhaça; (ii) projeto para recepção da cana picada e separação de palha para cogeração de energia; (iii) instalação de tanques para ampliação de capacidade de armazenagem de etanol; (iv) investimentos para manutenção e melhoria industrial, automação agrícola, além de Segurança, Saúde e Meio Ambiente; (v) projetos de construções de novos terminais de distribuição de combustíveis e expansão, modernização e melhoria de terminais já existentes; (vi) investimento em postos com a bandeira Shell, como substituição de bombas de combustível, adequação ambiental, revitalização de imagem, reforma e revitalização da loja de conveniência dos postos, compra e instalação de mobiliário e equipamento para a loja de conveniência dos postos; (vii) investimentos em grandes clientes (B2B), como aquisição e instalação de equipamentos, instalação de postos de abastecimentos nesses grandes clientes consumidores (viii) investimentos nos aeroportos onde a RCSA tem distribuição de combustíveis, como aquisição de veículos de abastecimento, ampliação das redes de hidrantes e pontos de abastecimento (PA).

Durante o exercício findo em 31 de março de 2017, foram concluídos diversos projetos, tais como: manutenção e melhoria industrial e automação agrícola, melhorias na planta do E2G, a expansão das usinas Paraguaçu e Caarapó, melhoria e expansão de terminais e aeroportos, bem como investimentos em postos com a bandeira Shell e grandes clientes (B2B), totalizando aproximadamente R\$ 495 milhões.

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de março de 2017, os custos de empréstimos capitalizados no Grupo foram de R\$ 26.904 (R\$ 34.923 em 2016 e R\$ 40.636 em 2015). As taxas médias ponderadas anuais dos encargos financeiros da dívida, foram de 7,33% em 31 de março de 2017 (5,25% em 2016 e 5,86% em 2015).

Leasing financeiro

Em 31 de março de 2017, a classe aeronaves inclui valores residuais líquidos de R\$ 4.194 (R\$ 5.162 em 2016 e R\$ 5.694 em 2015), em que a RESA é arrendatária em uma operação de *leasing* financeiro, garantida por nota promissória, no montante original de R\$ 13.076.

Imobilizado dado em garantia

Em 31 de março de 2017, os empréstimos e financiamentos estão garantidos por terrenos, edificações e maquinários nos montantes totais de R\$ 1.307.185 (R\$ 1.581.647 em 2016 e R\$ 1.957.387 em 2015).

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

13. Intangível

• 31 de março de 2017

	Licença de <i>software</i>	Ágio	Marcas	Contratos de parceria agrícola	Contratos de fornecimento de cana	Relações contratuais com clientes	Direitos de exclusividade de fornecimento	Direito de uso de concessões públicas	Tecnologia (1)	Outros (2)	Total
Custo:											
Em 31 de março de 2016	374.684	1.978.031	532.348	18.411	181.516	362.834	2.649.291	12.541	179.876	32.537	6.322.069
Adições	37.866	-	-	-	-	-	623.103	-	-	-	660.969
Baixas	(4)	-	-	-	-	-	(114.342)	-	-	-	(114.346)
Perda estimada (4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(526)	(526)
Transferências (3)	13.563	-	-	-	-	-	1.680	-	-	-	15.243
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.155)	(1.155)
Em 31 de março de 2017	<u>426.109</u>	<u>1.978.031</u>	<u>532.348</u>	<u>18.411</u>	<u>181.516</u>	<u>362.834</u>	<u>3.159.732</u>	<u>12.541</u>	<u>179.876</u>	<u>30.856</u>	<u>6.882.254</u>
Amortização:											
Em 31 de março de 2016	(253.237)	(431.380)	(265.443)	(9.027)	(67.462)	(76.138)	(1.177.459)	(8.278)	(17.988)	(22.866)	(2.329.278)
Amortização no exercício	(35.346)	-	(52.504)	(3.224)	(11.508)	(18.748)	(343.739)	(2.509)	(17.988)	(2.061)	(487.627)
Baixas	2	-	-	-	-	-	114.342	-	-	-	114.344
Transferências (3)	498	-	-	-	(720)	-	24	-	-	-	(198)
Em 31 de março de 2017	<u>(288.083)</u>	<u>(431.380)</u>	<u>(317.947)</u>	<u>(12.251)</u>	<u>(79.690)</u>	<u>(94.886)</u>	<u>(1.406.832)</u>	<u>(10.787)</u>	<u>(35.976)</u>	<u>(24.927)</u>	<u>(2.702.759)</u>
Valor residual líquido:											
Em 31 de março de 2017	<u>138.026</u>	<u>1.546.651</u>	<u>214.401</u>	<u>6.160</u>	<u>101.826</u>	<u>267.948</u>	<u>1.752.900</u>	<u>1.754</u>	<u>143.900</u>	<u>5.929</u>	<u>4.179.495</u>
Em 31 de março de 2016	<u>121.447</u>	<u>1.546.651</u>	<u>266.905</u>	<u>9.384</u>	<u>114.054</u>	<u>286.696</u>	<u>1.471.832</u>	<u>4.263</u>	<u>161.888</u>	<u>9.671</u>	<u>3.992.791</u>

(1) Refere-se a tecnologias desenvolvidas pela Iogen para a produção do etanol de segunda geração (“E2G”), representadas por direitos contratuais incluindo, dentre outros, exclusividade à RESA para comercialização desses direitos nos territórios em que atua. A amortização se dá pelo prazo médio de 10 anos, prazo este que reflete o período estimado de retorno financeiro das tecnologias desenvolvidas para a produção do E2G; (2) Inclui intangíveis registrados na Raízen Trading, controlada pela RESA, correspondentes à carteira de clientes e licenças adquiridas em combinação de negócios da operação na Europa e Estados Unidos; (3) Em 31 de março de 2017, a transferência líquida de R\$ 15.045, inclui: (a) transferência proveniente do imobilizado no montante de R\$ 13.343 e (b) direitos de exclusividade de fornecimento e outras no montante de R\$ 1.702; e, (4) Refere-se, substancialmente, à perda estimada em ativos intangíveis, reconhecida no resultado do exercício na rubrica Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 22).

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

• 31 de março de 2016

	Licença de software	Ágio	Marcas	Contratos de parceria agrícola	Contratos de fornecimento de cana	Relações contratuais com clientes	Direitos de exclusividade de fornecimento	Direito de uso de concessões públicas	Tecnologia (1)	Outros (2)	Total
Custo:											
Em 31 de março de 2015	326.293	1.978.031	532.341	18.411	181.516	362.834	2.206.927	12.541	179.876	31.022	5.829.792
Adições	31.017	-	7	-	-	-	537.968	-	-	-	568.992
Baixas	(7.315)	-	-	-	-	-	(95.586)	-	-	-	(102.901)
Transferências	24.689	-	-	-	-	-	(18)	-	-	-	24.671
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.515	1.515
Em 31 de março de 2016	374.684	1.978.031	532.348	18.411	181.516	362.834	2.649.291	12.541	179.876	32.537	6.322.069
Amortização:											
Em 31 de março de 2015	(226.885)	(431.380)	(209.810)	(5.803)	(55.954)	(57.390)	(963.223)	(5.772)	-	(19.130)	(1.975.347)
Amortização no exercício	(32.546)	-	(55.633)	(3.224)	(11.508)	(18.748)	(309.898)	(2.506)	(17.988)	(3.736)	(455.787)
Baixas	6.195	-	-	-	-	-	95.586	-	-	-	101.781
Transferências	(1)	-	-	-	-	-	76	-	-	-	75
Em 31 de março de 2016	(253.237)	(431.380)	(265.443)	(9.027)	(67.462)	(76.138)	(1.177.459)	(8.278)	(17.988)	(22.866)	(2.329.278)
Valor residual líquido:											
Em 31 de março de 2016	121.447	1.546.651	266.905	9.384	114.054	286.696	1.471.832	4.263	161.888	9.671	3.992.791
Em 31 de março de 2015	99.408	1.546.651	322.531	12.608	125.562	305.444	1.243.704	6.769	179.876	11.892	3.854.445

(1) Refere-se a tecnologias desenvolvidas pela Iogen para a produção do E2G, representadas por direitos contratuais incluindo, dentre outros, exclusividade à RESA para comercialização desses direitos nos territórios em que atua. A amortização se dá pelo prazo médio de 10 anos, prazo este que reflete o período estimado de retorno financeiro das tecnologias desenvolvidas para a produção do E2G; e, (2) Inclui intangíveis registrados na Raízen Trading, controlada pela RESA, correspondentes a carteira de clientes e licenças de operação na Europa e Estados Unidos.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

• 31 de março de 2015

	Licença de software (1)	Ágio	Marcas	Contratos de parceria agrícola	Contratos de fornecimento de cana	Relações contratuais com clientes	Direitos de exclusividade de fornecimento	Direito de uso de concessões públicas	Tecnologia (2)	Outros (3)	Total
Custo:											
Em 31 de março de 2014	277.314	1.915.811	529.862	6.107	178.286	319.402	1.709.793	12.543	234.936	27.247	5.211.301
Adições	18.674	-	-	-	-	-	507.135	-	-	-	525.809
Combinações de negócios (4)	-	70.432	7.301	-	-	43.432	3.073	-	-	-	124.238
Reversão de valores contribuídos (5)	-	3.274	-	-	-	-	-	-	-	-	3.274
Alocação final da aquisição da Cerrado (Nota 27)	-	(9.003)	-	12.303	3.230	-	-	-	-	-	6.530
Baixas	(1.908)	-	(4.822)	1	-	-	(13.074)	(2)	-	-	(19.805)
Perda estimada (6)	-	-	-	-	-	-	-	-	(55.060)	-	(55.060)
Transferências	32.213	(2.483)	-	-	-	-	-	-	-	-	29.730
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.775	3.775
Em 31 de março de 2015	<u>326.293</u>	<u>1.978.031</u>	<u>532.341</u>	<u>18.411</u>	<u>181.516</u>	<u>362.834</u>	<u>2.206.927</u>	<u>12.541</u>	<u>179.876</u>	<u>31.022</u>	<u>5.829.792</u>
Amortização:											
Em 31 de março de 2014	(197.571)	(431.380)	(157.959)	(1.759)	(44.236)	(38.638)	(710.339)	(3.309)	-	(17.064)	(1.602.255)
Amortização no exercício	(26.863)	-	(56.672)	(4.044)	(11.718)	(18.752)	(266.043)	(2.466)	-	(2.066)	(388.624)
Baixas	1.886	-	4.822	-	-	-	13.075	3	-	-	19.786
Transferências	(4.338)	-	-	-	-	-	84	-	-	-	(4.254)
Em 31 de março de 2015	<u>(226.885)</u>	<u>(431.380)</u>	<u>(209.810)</u>	<u>(5.803)</u>	<u>(55.954)</u>	<u>(57.390)</u>	<u>(963.223)</u>	<u>(5.772)</u>	<u>-</u>	<u>(19.130)</u>	<u>(1.975.347)</u>
Valor residual líquido:											
Em 31 de março de 2015	<u>99.408</u>	<u>1.546.651</u>	<u>322.531</u>	<u>12.608</u>	<u>125.562</u>	<u>305.444</u>	<u>1.243.704</u>	<u>6.769</u>	<u>179.876</u>	<u>11.892</u>	<u>3.854.445</u>
Em 31 de março de 2014	<u>79.743</u>	<u>1.484.431</u>	<u>371.903</u>	<u>4.348</u>	<u>134.050</u>	<u>280.764</u>	<u>999.454</u>	<u>9.234</u>	<u>234.936</u>	<u>10.183</u>	<u>3.609.046</u>

(1) Em 31 de março de 2015, a classe de Intangível de *software* incluía o valor residual líquido de R\$ 1.421, em que a RESA era arrendatária em uma operação de *leasing* financeiro; (2) Refere-se a tecnologias desenvolvidas pela Iogen e Codexis para a produção do E2G, representadas por direitos contratuais incluindo, dentre outros, exclusividade à RESA para comercialização desses direitos nos territórios em que atua. A amortização se dá pelo prazo médio de 10 anos, prazo este que reflete o período estimado de retorno financeiro das tecnologias desenvolvidas para a produção do E2G; (3) Inclui intangíveis registrados na Raízen Trading, controlada pela RESA, correspondentes a carteira de clientes e licenças de operação na Europa e Estados Unidos; (4) Aquisição Latina (Nota 27); (5) Reversão de valores contribuídos referentes a combinação de negócios com a CCL; e (6) Em 31 de março de 2015, a RESA estimou perda relacionada ao intangível reconhecido para o potencial benefício advindo da tecnologia da Codexis em função da incerteza com relação ao seu uso. Dessa forma, foi efetuado o complemento da provisão para perda no montante de R\$ 55.060, reconhecido no resultado do exercício na rubrica Outras receitas operacionais, líquida (Nota 22).

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Ágio

Referem-se aos ágios pagos por expectativa de rentabilidade futura, amortizados linearmente até 31 de março de 2009, quando, conforme requerido pelo IAS 38 (CPC 04) - Ativo Intangível, deixaram de ser amortizados. Em 31 de março de 2017 e 2016, o saldo dos ágios é como segue:

	<u>Total</u>
Na aquisição da Costa Rica Canavieira Ltda.	57.169
Na aquisição da Cerrado Açúcar e Álcool S.A.	24.660
Na aquisição da RESA (antiga Cosan S.A. Açúcar e Álcool)	558
Na aquisição da Univalem S.A. Açúcar e Álcool	5.018
Na aquisição da Usina Açucareira Bom Retiro S.A.	81.575
Na aquisição da Usina Benálcool	149.247
Na aquisição da Usina Santa Luíza	42.348
Na aquisição da Usina Zanin Açúcar e Álcool	98.380
Na aquisição da Vertical	4.313
Na aquisição de ações da TEAS	4.818
Na aquisição do Grupo Corona	380.003
Na aquisição do Grupo Destivale	42.494
Na aquisição do Grupo Mundial	87.435
Na constituição da FBA - Franco Brasileira S.A. Açúcar e Álcool	4.407
Na incorporação da Curupay S.A. Participações	109.841
Na integralização de capital na Mundial	14.800
Total RESA	<u>1.107.066</u>
Na aquisição da Latina	70.432
Na combinação de negócios da Cosan Combustíveis Lubrificantes S.A.	348.103
Outros	21.050
Total RCSA	<u>439.585</u>
Total combinado consolidado	<u><u>1.546.651</u></u>

Análise de perda ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio

O Grupo testa pelo menos anualmente o valor recuperável dos ágios.

Na RCSA, a Administração utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das unidades geradoras de caixa (“UGC”) determinado pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a UGC, cujo gerenciamento dos negócios da RCSA considera uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa utilizando de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores.

Os fluxos de caixa descontados foram elaborados por um período de 5 anos e levados a perpetuidade sem considerar a taxa de crescimento real, baseado no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. Os fluxos de caixa decorrentes do uso continuado dos ativos relacionados são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-impostos, calculada em 6,08% ao ano (7,48% em 2016 e 8,5% em 2015).

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

As principais premissas utilizadas foram: preços baseados na expectativa de mercado, taxas de crescimento estimadas para o ramo de negócio e extrapolações de taxas de crescimento baseadas no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Na RESA, o ágio é alocado às UGCs, identificadas de acordo com a região operacional. Em 31 de março de 2017 e 2016 as regionais estão apresentadas a seguir:

Regional operacional	Total
Piracicaba	138.744
Jaú	558
Araraquara	545.391
Araçatuba	303.401
Assis	109.841
Independentes e outros	9.131
Total do ágio da RESA	<u>1.107.066</u>

A RESA utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das unidades geradoras de caixa determinados pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada UGC, utilizando-se de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores. Os fluxos de caixa descontados foram elaborados por um período de 20 anos, sem considerar taxa de crescimento real, baseado no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de desconto utilizada foi 6,08% ao ano (7,48% em 2016 e 8,5% em 2015).

As principais premissas utilizadas para a RESA foram: expectativa de preço de vendas das *commodities* em horizonte de longo prazo, produtividade das áreas agrícolas, desempenho do Açúcar Total Recuperável (“ATR”), custos operacionais e administrativos. Todo fluxo de caixa foi descontado por taxas que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa.

Como resultado dos testes anuais, nenhuma perda foi reconhecida nos exercícios findos em 31 de março de 2017, 2016 e 2015. Conforme descrito anteriormente, a determinação da recuperabilidade dos ativos depende de certas premissas chave que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas e econômicas vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas serão materiais.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

14. Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores de materiais e serviços (i)	659.657	681.745
Fornecedores de etanol (ii)	244.566	251.848
Fornecedores de derivados de petróleo (ii)	175.877	139.689
Fornecedores de cana-de-açúcar (iii)	183.362	233.346
Fornecedores - Convênios (iv)	742.784	359.343
	<u>2.006.246</u>	<u>1.665.971</u>
No País (moeda nacional)	1.608.123	1.559.670
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 24.d)	398.123	106.301
	<u>2.006.246</u>	<u>1.665.971</u>

- (i) Saldo a pagar junto a fornecedores de materiais e serviços correspondente a aquisições de máquinas e equipamentos para o parque industrial das usinas, bases de distribuição e postos revendedores próprios, bem como serviços contratados.
- (ii) Os saldos a pagar para os fornecedores de derivados de petróleo e etanol referem-se a compras a prazo feitas pela RCSA.
- (iii) O período de safra da cana-de-açúcar, a qual normalmente, ocorre entre abril e dezembro de cada ano, geralmente tem impacto direto sobre o saldo junto a fornecedores de cana-de-açúcar e respectivos serviços de corte, carregamento e transporte.
- (iv) O Grupo possui convênios relacionados a pagamentos com instituições financeiras (“Convênios”), que possibilita que determinados fornecedores tenham a possibilidade de antecipar seus recebíveis referentes a produtos e serviços prestados ao Grupo, diretamente com as instituições financeiras. No referido Convênios, cabe ao fornecedor optar ou não pela cessão e cabe às instituições financeiras decidir por adquirir ou não os referidos créditos, sem interferência do Grupo. A utilização dos Convênios não implica em qualquer alteração dos títulos emitidos pelo fornecedor, sendo mantidas as mesmas condições de valor original e prazo de pagamento, o qual, na média, gira em torno de 60 a 90 dias, prazo que se enquadra no ciclo operacional recorrente do Grupo.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

15. Empréstimos e financiamentos

Finalidade	Vencimento final	Indexador	Taxa média anual efetiva de juros (1)		Total	
			2017	2016	2017	2016
Classificação das dívidas por moeda:						
Denominadas em Reais					6.396.785	6.058.158
Denominadas em Dólares norte-americanos (US\$) e Euro (€) (Nota 24.d)					5.038.949	6.873.488
					<u>11.435.734</u>	<u>12.931.646</u>
Modalidade das dívidas (2):						
Banco Nacional de Desenvolvimento Social -BNDES	Outubro/25	URTJLP	10,07%	10,00%	1.006.291	1.179.337
Banco Nacional de Desenvolvimento Social -BNDES	Julho/24	Pré-fixado	4,03%	4,08%	960.616	1.173.004
Banco Nacional de Desenvolvimento Social -BNDES	Abril/24	UMBND	6,70%	6,50%	58.975	80.734
Pré-pagamentos ("PPEs")	Dezembro/21	Dólar (US\$) + Libor	3,23%	2,80%	1.386.752	1.693.796
Term Loan Agreement	Abril/20	Dólar (US\$) + Libor	2,35%	1,90%	1.429.228	3.728.122
Debêntures	Outubro/18	CDI	13,17%	15,20%	473.917	475.446
Debêntures	Outubro/20	IPCA + juros	10,73%	14,20%	402.808	384.812
Senior Notes Due 2017	-	-	-	7,00%	-	734.550
Senior Notes Due 2027	Janeiro/27	Dólar (US\$)	5,30%	-	1.600.526	-
Resolução 2471 (PESA)	Abril/23	IGP-M	8,48%	11,90%	973.477	928.344
Resolução 2471 (PESA)	Outubro/25	Pré-fixado	3,00%	3,00%	68	76
Notas de crédito	Outubro/20	CDI	13,03%	15,20%	264.126	264.882
Finame/Leasing	Novembro/24	Pré-fixado	6,70%	5,20%	128.253	93.225
Finame/Leasing	Março/21	URTJLP	10,84%	-	132	-
Crédito rural	-	-	-	6,50%	-	62.726
Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA")	Maior/22	CDI	12,06%	14,10%	1.780.644	1.295.798
Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA")	Maior/23	IPCA + juros	10,33%	13,40%	347.479	119.776
Schuldschein	Outubro/21	Pré-fixada - EUR	2,90%	2,90%	226.658	271.083
Schuldschein	Setembro/22	Euribor	1,85%	2,00%	371.097	374.563
Outros	Outubro/25	Dólar (US\$)	-	-	24.687	71.372
					<u>11.435.734</u>	<u>12.931.646</u>
Despesas com colocação de títulos:						
Term Loan Agreement					(10.102)	(25.283)
CRA					(29.261)	(21.335)
Schuldschein					(11.416)	(16.308)
Pré-pagamentos					(5.111)	(6.121)
BNDES					(4.195)	(4.780)
Debêntures					(2.362)	(3.455)
Senior Notes Due 2017					-	(1.563)
Senior Notes Due 2027					(12.788)	-
Crédito rural					-	(75)
					<u>(75.235)</u>	<u>(78.920)</u>
					<u>11.360.499</u>	<u>12.852.726</u>
Circulante					(1.021.741)	(1.639.509)
Não circulante					<u>10.338.758</u>	<u>11.213.217</u>

(1) A taxa de juros anual efetiva corresponde a taxa do contrato acrescida de Libor (London InterBank Offered Rate), Euribor (European Interbank Offered Rate), URTJLP, IGP-M, UMBND, IPCA e CDI, onde aplicável.

(2) Os empréstimos e financiamentos são, em geral, garantidos por notas promissórias do Grupo. Em alguns casos contam ainda com garantias reais como: (i) direitos creditórios provenientes dos contratos de comercialização de energia (BNDES); (ii) CTN (Nota 9) e hipoteca de terras (PESA); (iii) ativo imobilizado; e, (iv) alienação fiduciária dos bens financiados (Finame/PESA).

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

As parcelas vencíveis no longo prazo, deduzidas das amortizações das despesas com colocação de títulos, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

<u>Períodos:</u>	<u>2017</u>
13 a 24 meses	1.364.110
25 a 36 meses	1.523.971
37 a 48 meses	3.128.914
49 a 60 meses	1.548.305
61 a 72 meses	825.406
73 a 84 meses	355.480
85 a 96 meses	16.779
A partir de 97 meses	1.575.793
	<u>10.338.758</u>

a) PESA - Resolução 2471

No período compreendido entre 1998 e 2000, a RESA renegociou com diversas instituições financeiras suas dívidas relativas a financiamentos para custeio agrícola, reduzindo seu custo financeiro para taxas de juros anuais inferiores a 8,48%, garantindo a amortização da dívida com a cessão e transferência de Certificados do Tesouro Nacional, resgatáveis na liquidação da dívida, aproveitando incentivo promovido pela resolução do Banco Central nº 2471, de 26 de fevereiro de 1998. A referida dívida pode ser liquidada mediante resgate dos CTNs e cumprimento dos dispositivos contratuais, conforme mencionado na Nota 9.

b) Senior Notes Due 2017

Em 26 de janeiro de 2007, a RESA por intermédio de sua controlada Raízen Energy Finance Limited, emitiu *Senior Notes* no mercado internacional de acordo com os “*Regulations S and 144A*” no montante de US\$ 400.000 mil, as quais estavam sujeitas a juros de 7% ao ano, pagáveis semestralmente em fevereiro e agosto de cada ano.

No exercício findo em 31 de março de 2017, a RESA liquidou os montantes de principal e juros US\$ 204.057 mil e US\$ 7.142 mil, respectivamente.

c) Senior Notes Due 2027

Em 20 de janeiro de 2017, a Raízen Fuels Finance S.A. controlada da RESA, emitiu *Senior Notes* no mercado internacional de acordo com os “*Regulations S and 144A*” no montante de US\$ 500.000 mil, as quais estão sujeitas a juros de 5,30% ao ano, com pagamento de juros semestralmente em janeiro e julho de cada ano e pagamento de principal em janeiro de 2027.

Assim como previsto no *Offering Memorandum* da emissão, os recursos líquidos obtidos no âmbito da Oferta foram utilizados para pré-pagamento de dívidas existentes.

Grupo Raízen

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017**
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

d) BNDES

Correspondem a recursos captados pelo Grupo, substancialmente destinados ao financiamento dos projetos de cogeração, *greenfield*, *brownfields*, renovação e implantação de novos canais (Prorenova) e construção da usina para produção de E2G.

Em 31 de março de 2017, o Grupo tinha disponíveis linhas de crédito de financiamento junto ao BNDES, não utilizadas, no montante de R\$ 177.895 (R\$ 243.094 em 2016 e R\$ 593.473 em 2015). A utilização destas linhas de crédito está condicionada ao atendimento de certas condições contratuais.

e) Notas de crédito

As notas de crédito serão liquidadas por meio de exportações a serem efetuadas até 2020 e estão sujeitas a juros médios de 13,03% ao ano pagáveis semestralmente.

f) Finame

Referem-se às operações de financiamento de máquinas e equipamentos, intermediadas por diversas instituições financeiras. Estes financiamentos estão sujeitos a juros efetivos de 6,71% ao ano (5,22% em 2016 e 4,9% em 2015), pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.

g) Term loan agreement (empréstimo sindicalizado)

Em 8 de abril de 2014, o Grupo contratou um empréstimo sindicalizado, com diversas instituições financeiras, no montante de US\$ 600.000 mil. Sobre o referido contrato incidiam variação cambial do dólar norte-americano e juros *Libor* trimestral, mais juros fixos anuais de 1,4%, resultando em uma taxa média efetiva de juros de 2,02% ao ano com prazo de vencimento final em março de 2019.

Em 30 de março de 2015, a RESA, por meio da sua controlada indireta Raízen Luxembourg S.A., contratou um empréstimo junto a um sindicato composto por diversos bancos comerciais globais, no montante de R\$ 1.443.600 (US\$ 450.000 mil). Sobre o referido contrato incidem variação cambial do dólar norte-americano e juros *Libor* trimestral, mais juros anuais de 1,2%, resultando em uma taxa média efetiva de juros de 2,35% ao ano com vencimento trimestral e prazos de vencimento em 27 de abril de 2020. Através deste sindicato, o Grupo obteve também uma linha de crédito rotativo (*Revolving Credit Facility*) de US\$ 285.000 mil, também com vencimento em 27 de abril de 2020.

Em 26 de janeiro de 2017, o Grupo liquidou, antecipadamente, o empréstimo sindicalizado contratado em 8 de abril de 2014, no montante de US\$ 600.000 mil.

h) PPEs

Em 2013, a RESA firmou contratos de PPEs com diversas instituições financeiras a título de financiamento para futura exportação de açúcar. Sobre os referidos contratos incidem variação cambial

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

do dólar norte-americano e juros *Libor* trimestral, resultando em uma taxa média efetiva de juros de 2,66% ao ano, com vencimento final em setembro de 2017.

Em outubro de 2015, a RCSA contratou dois empréstimos no montante de R\$ 797.600, equivalentes a US\$ 200.000 mil, com taxa de juros pré-fixada na faixa de 3,73% e 3,74% ao ano e vencimento final em 29 de setembro de 2020.

Adicionalmente, entre os meses de novembro e dezembro de 2015, a RCSA contratou dois novos PPEs no montante de R\$ 388.780, equivalentes a US\$ 100.000 mil. Sobre tais contratos incidem *Libor* trimestral mais juros médios anuais de 1,67%, resultando em uma taxa média efetiva de juros de 2,76% ao ano, com vencimento final entre os meses de novembro e dezembro de 2021.

Em 15 de dezembro de 2015, a RESA, por meio de sua controlada Tarumã, contratou PPE no valor de R\$ 192.740, equivalente a US\$ 50.000 mil. Sobre tal contrato incidem juros *Libor* semestral mais juros anuais de 1,80%, resultando em uma taxa média efetiva de juros de 3,10% ao ano, com vencimento final em dezembro de 2020.

i) Emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)

Em outubro de 2014, a RESA emitiu Cédula Produtor Rural (“CPR”) vinculadas à Distribuição Pública das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 10ª (décima) emissão de CRAs da Gaia Agro Securitizadora S.A. no montante total de R\$ 675.000 e vencimento em dezembro de 2021. Sobre a referida operação, incorreram gastos com captação no montante de R\$ 12.583, a serem amortizados até o vencimento.

Em junho de 2015, a RESA emitiu CPRs vinculadas à Distribuição Pública série única da 14ª emissão de CRA da Gaia Agro Securitizadora S.A. no montante total de R\$ 675.000, com vencimento em junho de 2021, atualizadas por 100% do CDI. Sobre a referida operação incorreram gastos com captação, no montante de R\$ 12.492, os quais serão amortizados até o vencimento.

Em maio de 2016, a RESA, emitiu CPRs vinculadas à Distribuição Pública das 3ª (terceira) e 4ª (quarta) séries da 1ª (primeira) emissão de CRAs da RB Capital Companhia de Securitização, no montante total de R\$ 675.000, sendo R\$ 465.706 com vencimento em maio de 2022, atualizada por 98% do CDI e R\$ 209.294 com vencimento em maio de 2023, atualizada pelo IPCA mais 6,17% ao ano. Sobre a referida operação, incorreram gastos com captação no montante de R\$ 13.519, a serem amortizados até o vencimento.

O destino final dos recursos captados será a utilização nas atividades da RESA e suas controladas, relacionadas exclusivamente ao agronegócio, no curso ordinário dos seus negócios, assim entendidas as operações, investimentos e necessidades de financiamento relacionadas com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária, nos termos do parágrafo único do artigo 23 da Lei 11.076.

j) Debêntures

Em outubro de 2013, a CVM concedeu à RESA, o registro para a sua 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 750.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), totalizando R\$ 750.000.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures, no montante de R\$ 747.710, foram integralmente utilizados para (i) reforço de caixa da RESA com relação às debêntures da 1ª Série e às debêntures da 2ª Série; e (ii) custear parte dos investimentos da RESA relativos à safra do ano de 2013/2014, tanto em sua área agrícola como em sua área industrial, nos termos da Lei 12.431, com relação às debêntures da 3ª série.

A composição das séries está demonstrada abaixo:

<u>Série</u>	<u>Indexador</u>	<u>Taxa de juros anual</u>	<u>Taxa média efetiva de juros anual</u>	<u>Principal</u>	<u>Data de recebimento</u>	<u>Vencimento</u>
1ª	CDI	0,89%	13,13%	105.975	25/10/2013	Out/18
2ª	CDI	0,94%	13,18%	340.000	28/10/2013	Out/18
3ª	IPCA	6,38%	10,73%	304.025	29/10/2013	Out/20

k) Schuldschein

Em outubro de 2014, a Fuels contratou financiamento no montante de € 66.000 mil, com taxa de juros pré-fixada de 2,88% ao ano e vencimento final em 15 de outubro de 2021.

Em janeiro de 2015, a Fuels contratou novo financiamento no montante de € 40.000 mil, com taxa de juros anuais fixas de 2% ao ano e juros *Euribor* trimestral, resultando em uma taxa medida efetiva de 1,67% ao ano, com vencimento final em 20 de janeiro de 2022.

Em 21 de setembro de 2015, a Fuels contratou financiamento no montante de € 60.000 mil, com taxa de juros anuais fixos de 1,97% ao ano, com vencimento final em 21 de setembro de 2022.

Cláusulas restritivas (“covenants”)

O Grupo não está sujeito ao cumprimento de índices financeiros, estando sujeito apenas a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, tais como “*cross-default*” e “*negative pledge*”, as quais estão sendo atendidas de acordo com as exigências contratuais.

Valor justo

Em 31 de março de 2017 e 2016, o valor justo das *Senior Notes Due 2027* e *Senior Notes Due 2017* são baseados nas cotações de preço no mercado secundário na data do balanço (Nota 24.i), sendo que o valor contábil e o valor justo dos referidos empréstimos, deduzidas as amortizações das despesas com colocação de títulos, são como segue:

	<u>Valor contábil</u>		<u>Valor justo</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<i>Senior Notes Due 2017</i>	-	732.987	-	758.641
<i>Senior Notes Due 2027</i>	1.587.738	-	1.615.143	-
Valor de face			101,73%	103,50%

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, em 31 de março de 2017, as dívidas *Term Loan Agreement* (parte), *Schuldschein* e os PPEs apresentam-se acrescidos nos montantes de R\$ zero, R\$ 31.590 e R\$ 9.004 (deduzidos de R\$ 18.832, R\$ 31.561 e acrescidos de R\$ 837 em 2016), respectivamente, decorrentes de avaliação a valor justo. O valor das referidas dívidas avaliadas a valor justo totalizam R\$ 2.232.944 (R\$ 3.694.212 em 2016) (Notas 23 e 24.i).

Demais empréstimos e financiamentos não possuem valor cotado e o seu valor justo se aproxima, substancialmente, do seu valor contábil, em função da exposição às taxas de juros variáveis e a variação irrelevante do risco de crédito do Grupo.

16. Imposto sobre a renda e contribuição social

(a) Reconciliação da despesa de imposto sobre a renda e da contribuição social:

	2017	2016	2015
	2017	(reapresentado)	(reapresentado)
Lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	4.207.289	3.185.526	1.684.346
Imposto sobre a renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(1.430.478)	(1.083.079)	(572.677)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:			
Juros sobre capital próprio	134.640	68.729	64.615
Equivalência patrimonial	(24.549)	(22.403)	(6.882)
Brindes, doações, associação de classe	(8.019)	(7.055)	(5.985)
Regime especial de reintegração de valores tributários - Reintegra	9.243	9.404	17.442
Subvenção para investimentos - ICMS	23.040	13.825	20.249
Diferença de alíquota entre lucro presumido e lucro real (ii)	73.656	68.981	57.179
Reversão de tributos diferidos passivos na reestruturação societária	-	(381)	67.843
Ganho de capital por diluição de participação societária	4.997	5.298	10.313
Variação cambial sobre investida no exterior	(4.922)	5.828	9.787
Prejuízo fiscal e base negativa constituídos de exercícios anteriores e não constituídos	18.094	(27.628)	8
Diferença de alíquota sobre resultado de empresa no exterior (i)	50.943	(24.197)	5.921
Outros	8.170	11.965	(823)
Despesa de imposto sobre a renda e contribuição social	<u>(1.145.185)</u>	<u>(980.713)</u>	<u>(333.010)</u>
Taxa efetiva	27,2%	30,8%	19,8%

- (i) Reconhecimento de tributos diferidos, acumulados até 31 de março de 2017, sobre o prejuízo fiscal apurado no exterior pela controlada Raízen International Universal Corporation.
- (ii) As sociedades com atividade de cogeração de energia e Saturno apuraram o IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido. Esta forma de tributação considera como lucro tributável a aplicação de um percentual sobre o faturamento, conforme determinado pela legislação, gerando uma diferença em relação à taxa nominal do IRPJ e CSLL.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

(b) Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto sobre a renda (“IRPJ”)	833.592	701.253
Contribuição social (“CSLL”)	<u>220.554</u>	<u>237.882</u>
	1.054.146	939.135
Ativo circulante	<u>(862.268)</u>	<u>(378.215)</u>
Ativo não circulante	<u>191.878</u>	<u>560.920</u>

(c) Imposto sobre a renda e contribuição social a pagar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
IRPJ	32.613	71.212
CSLL	<u>4.288</u>	<u>45.731</u>
	36.901	116.943

(d) Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos e passivos:

Ativo (passivo)	2017			2016	1º de abril de 2015
	Base	IRPJ 25%	CSLL 9%	(reapresentado)	(reapresentado)
				<u>Total</u>	<u>Total</u>
Prejuízos fiscais	1.234.240	308.560	-	308.560	268.147
Base negativa de contribuição social	1.234.244	-	111.082	111.082	102.973
Diferenças temporárias:					
Variação cambial - regime de caixa	-	-	-	-	383.857
Provisão para direitos de exclusividade de fornecimento	700.091	175.023	63.008	238.031	145.766
Resultado não realizado com derivativos	178.309	44.577	16.048	60.625	-
Ágio fiscal decorrente de incorporação reversa	114.512	28.628	10.306	38.934	87.866
Perda estimada sobre baixa de ágios	166.656	41.664	14.999	56.663	98.106
Remuneração e benefícios a funcionários	302.624	75.656	27.236	102.892	98.485
Provisões para demandas judiciais	501.612	125.403	45.145	170.548	108.697
Provisões e outras diferenças temporárias	943.906	235.977	85.893	321.870	184.363
Total de ativos fiscais diferidos		<u>1.035.488</u>	<u>373.717</u>	<u>1.409.205</u>	<u>1.796.329</u>
Ágio fiscal amortizado	(1.702.788)	(425.697)	(153.251)	(578.948)	(561.650)
Revisão de vida útil do ativo imobilizado	(1.330.641)	(332.660)	(119.758)	(452.418)	(320.911)
Resultado não realizado com derivativos	-	-	-	-	(317.231)
Valor justo dos ativos imobilizados	(558.409)	(139.602)	(50.257)	(189.859)	(233.060)
Valor justo dos ativos intangíveis	(267.953)	(66.988)	(24.116)	(91.104)	(104.915)
Custo de empréstimos capitalizados	(295.668)	(73.917)	(26.610)	(100.527)	(100.045)
Variação cambial - regime de caixa (1)	(252.265)	(63.066)	(22.704)	(85.770)	-
Ativos biológicos	(729.497)	(182.374)	(65.655)	(248.029)	(14.388)
Total de passivos fiscais diferidos		<u>(1.284.304)</u>	<u>(462.351)</u>	<u>(1.746.655)</u>	<u>(1.707.264)</u>
Total de tributos diferidos		<u>(248.816)</u>	<u>(88.634)</u>	<u>(337.450)</u>	<u>89.065</u>
Tributos diferidos - Ativo, líquido				99.831	322.041
Tributos diferidos - Passivo, líquido				<u>(437.281)</u>	<u>(232.976)</u>
Total de tributos diferidos				<u>(337.450)</u>	<u>89.065</u>

(1) Conforme regulamentado pelo Decreto nº 8.451/2015 a partir de abril de 2016, o Grupo optou pela alteração de reconhecimento da variação cambial de regime de competência para caixa, reconhecendo assim o passivo fiscal diferido.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

(d.1) Movimentação líquida dos tributos diferidos ativos (passivo):

	<u>2017</u>	<u>2016</u> <u>(reapresentado)</u>	<u>2015</u> <u>(reapresentado)</u>
Saldo no início do exercício	89.065	50.601	251.990
Receita (despesa) no resultado	(173.087)	(322.168)	51.414
Tributos diferidos sobre outros resultados abrangentes	(253.285)	282.494	(12.962)
Reconhecimento de créditos fiscais de NOL e GW da Shell	-	78.124	-
Tributos diferidos sobre combinações de negócios	-	-	(23.456)
Reversão de tributos diferidos	-	-	1.300
Incorporação de controladas	-	-	4.486
Utilização de prejuízos discais e base negativa de contribuição social para liquidação do Refis	-	-	(222.492)
Outros	(143)	14	321
Saldo no final do exercício	<u>(337.450)</u>	<u>89.065</u>	<u>50.601</u>

(d.2) Realização dos ativos fiscais diferidos:

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a Administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Tributos diferidos ativos são constituídos somente quando é provável que serão utilizados no futuro. Não há prazo de validade para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém a utilização desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Em 31 de março de 2017, o Grupo apresenta a seguinte expectativa de realização de ativos fiscais diferidos, incluindo ativos de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias:

<u>Exercícios:</u>	<u>2017</u>
2018	555.603
2019	129.561
2020	124.056
2021	129.939
2022	179.139
2023 em diante	290.907
Total	<u>1.409.205</u>

Os saldos de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social para os quais não houve constituição de ativos fiscais diferidos, em face de sua expectativa de recuperação não ser considerada provável, são como segue:

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Agrícola Ponte Alta Ltda.	16.654	15.243	5.608
Blueway Trading Importação e Exportação S.A.	-	-	11.441
Raízen Biotecnologia S.A.	29	28	-
Sabor Raíz Alimentação S.A.	11.586	3.625	57
	<u>28.269</u>	<u>18.896</u>	<u>17.106</u>

17. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

Composição das demandas judiciais consideradas como perda provável

No processo de formação do Grupo, foi acordado que a Cosan e Shell deverão reembolsar ao Grupo o montante das demandas judiciais com data base antes de sua formação, e por sua vez, que o Grupo deverá restituir à Cosan e Shell o montante dos depósitos judiciais realizados com data base antes de sua formação.

Em 31 de março de 2017 e 2016, os saldos das referidas demandas a serem reembolsadas e as demandas não reembolsáveis, são como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Tributárias (Nota 17.a)	530.513	289.673
Cíveis	151.999	194.164
Trabalhistas	246.623	222.084
Ambiental	59.191	55.695
	<u>988.326</u>	<u>761.616</u>
Demandas judiciais não reembolsáveis	149.995	110.837
Demandas judiciais reembolsáveis (Nota 17.ii)	838.331	650.779
	<u>988.326</u>	<u>761.616</u>

Em 31 de março de 2017 e 2016, os saldos dos depósitos restituíveis e os depósitos não restituíveis, são como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Tributárias	235.273	204.039
Cíveis	36.047	40.664
Trabalhistas	64.209	48.762
	<u>335.529</u>	<u>293.465</u>
Depósitos judiciais próprios	110.135	74.684
Depósitos judiciais reembolsáveis	225.394	218.781
	<u>335.529</u>	<u>293.465</u>

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

(i) Demandas judiciais não reembolsáveis

	<u>Tributárias</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Ambientais</u>	<u>Total</u>
Em 31 de março de 2016	20.424	7.915	78.947	3.551	110.837
Provisionado no exercício	10.853	4.773	83.854	460	99.940
Baixas / reversões	(181)	(4.260)	(31.445)	(597)	(36.483)
Pagamentos	(1.583)	(774)	(32.577)	(750)	(35.684)
Atualização monetária (i)	2.541	182	8.649	13	11.385
Em 31 de março de 2017	<u>32.054</u>	<u>7.836</u>	<u>107.428</u>	<u>2.677</u>	<u>149.995</u>

(i) Reconhecido no resultado do exercício na rubrica Resultado financeiro.

(ii) Demandas judiciais reembolsáveis (1)

	<u>Tributárias</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Ambientais</u>	<u>Total</u>
Em 31 de março de 2016	269.249	186.249	143.137	52.144	650.779
Provisionado no exercício	181.145	29.827	34.496	15.362	260.830
Baixas / reversões	(17.358)	(20.789)	(20.497)	(4.573)	(63.217)
Pagamentos	(2.101)	(47.584)	(19.910)	(7.150)	(76.745)
Atualização monetária	67.524	(3.540)	1.969	731	66.684
Em 31 de março de 2017	<u>498.459</u>	<u>144.163</u>	<u>139.195</u>	<u>56.514</u>	<u>838.331</u>

(1) A movimentação não tem e nunca terá efeito no resultado, em função do direito de reembolso do Grupo.

(iii) Total de demandas judiciais

	<u>Tributárias</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Ambientais</u>	<u>Total</u>
Em 31 de março de 2016	289.673	194.164	222.084	55.695	761.616
Provisionado no exercício	191.998	34.600	118.350	15.822	360.770
Baixas / reversões	(17.539)	(25.049)	(51.942)	(5.170)	(99.700)
Pagamentos	(3.684)	(48.358)	(52.487)	(7.900)	(112.429)
Atualização monetária	70.065	(3.358)	10.618	744	78.069
Em 31 de março de 2017	<u>530.513</u>	<u>151.999</u>	<u>246.623</u>	<u>59.191</u>	<u>988.326</u>

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

(a) Tributárias

	2017	2016
Instituto Nacional do Seguro Social ("INSS") (i)	2.725	2.336
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") (ii)	250.303	35.150
Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI") (iii)	91.647	88.045
PIS e COFINS (iv)	38.329	35.318
Honorários advocatícios (v)	62.551	55.040
IRPJ e CSLL (vi)	75.208	69.002
CIDE e outros (vii)	9.750	4.782
	<u>530.513</u>	<u>289.673</u>
Demandas judiciais não reembolsáveis	32.054	20.424
Demandas judiciais reembolsáveis	498.459	269.249
	<u>530.513</u>	<u>289.673</u>

(i) INSS

O montante provisionado de INSS corresponde aos valores relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre o faturamento, nos termos do art. 22-A da Lei 8.212/91, cuja constitucionalidade está sendo questionada por meio de ação judicial. A RESA realizou depósito judiciais relativos a referida ação judicial, no montante de R\$ 275.177. Dessa forma, ambos os saldos estão apresentados de forma líquida nestas demonstrações financeiras.

(ii) ICMS

O montante provisionado a título de ICMS é representado, substancialmente, por: (a) autos de infração recebidos, os quais, apesar de estarmos defendendo nas esferas administrativas ou judiciais, os consultores jurídicos do Grupo entendem que a chance de perda é provável; e (b) aproveitamento de créditos e encargos financeiros em assuntos cujo entendimento da Administração do Grupo e assessores tributários diverge das interpretações das autoridades fiscais.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2017, conforme mencionado na Nota 10.a, a RCSA registrou demandas judiciais reembolsáveis pela Shell que tratam de questionamento acerca do descumprimento de obrigação acessória (Portaria CAT), no período de janeiro de 2001 a dezembro de 2004, referente a metodologia de cálculo de créditos de ICMS no Estado de São Paulo, no montante atualizado de R\$ 142.061 e autuação decorrente de operações de venda FOB de combustíveis pela Shell para alguns clientes, no estado de São Paulo, que foram posteriormente declarados inidôneos, no período de outubro de 2003 a maio de 2004, para a qual atualmente se aguarda o julgamento de embargos de declaração, no montante atualizado de R\$ 65.626.

(iii) IPI

O montante provisionado a título de IPI é representado por: (a) auto de infração recebido referente a mercadorias importadas; e (b) compensação de créditos decorrentes de insumos usados em saídas imunes.

Grupo Raízen

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017**
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

(iv) PIS e COFINS

O montante provisionado a título de créditos de PIS e COFINS é representado por: (a) contribuição dos anos 1997 a 1999 referente à incorporação de empresa; e (b) compensações referentes a créditos de IPI utilizados para compensação de PIS e COFINS decorrentes de insumos usados em saídas imunes.

(v) Honorários advocatícios

O Grupo contrata escritórios de advocacia para defesa de seus processos nas áreas cível, tributária e trabalhista. Alguns contratos têm como base de remuneração dos advogados um percentual sobre o valor da causa ganha. O Grupo provisiona os valores a pagar aos escritórios para os processos cuja probabilidade de perda seja possível ou remota. O montante atualmente provisionado se refere, principalmente, a processos cuja responsabilidade financeira é da Shell por serem originados em período anterior a formação do Grupo e, portanto, são reembolsáveis.

(vi) IRPJ e CSLL

Tratam-se de despachos decisórios relativos a compensações diversas efetuadas via Perdcomp, referentes a créditos de IPI utilizados para compensação de IRPJ e CSLL. As referidas compensações deixaram de ser homologadas por força da lavratura de auto de infração, o qual deixou de reconhecer os créditos sob os fundamentos de que, no período de janeiro de 2008 a setembro de 2010: (a) a RCSA teria deixado de destacar e recolher o IPI devido à alíquota de 8% em determinadas operações classificadas na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, e (b) a RCSA teria deixado de estornar créditos de IPI referentes a insumos utilizados na industrialização de determinados produtos classificados na TIPI, haja vista que as operações de saída de tais produtos não são tributadas.

A controvérsia decorre, no primeiro item, de divergência quanto à classificação dos produtos como derivados de petróleo, e no segundo item, de negativa das autoridades em reconhecer o direito à manutenção de créditos de IPI em operações com saídas imunes ou não tributadas.

(vii) CIDE

A RCSA provisionou a CIDE sobre serviços prestados em atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, realizadas antes da formação do Grupo, cujo saldo em 31 de março de 2017 e 2016 totaliza R\$ 171.515. Os valores devidos foram depositados judicialmente, no mesmo montante. A RCSA será integralmente reembolsada pela Shell caso venha a ter que efetivamente recolher a CIDE às autoridades fiscais. Dessa forma, ambos os saldos estão apresentados de forma líquida nestas demonstrações financeiras.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

(b) Cíveis, trabalhistas e ambientais

O Grupo é parte em diversas ações cíveis referentes a (i) indenização por danos materiais e morais; (ii) disputas contratuais; (iii) ações civis públicas para abstenção de queima de palha de cana-de-açúcar; (iv) execuções de natureza ambiental; (v) reparação de danos ambientais ocasionados por vazamento de combustível; e, (vi) discussões contratuais, imobiliárias e recuperação de créditos, contemplando discussões de infrações contratuais, posse de propriedades do Grupo e recuperação de valores não pagos por clientes.

O Grupo é ainda parte em diversas ações trabalhistas movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços que questionam, entre outros, o pagamento de horas extras, adicional noturno e de periculosidade, reintegração de emprego, devolução de descontos efetuados em folha de pagamento tais como, contribuição confederativa, imposto sindical e outros.

As principais demandas ambientais estão relacionadas a trabalhos de remediação ambiental a serem realizados em postos de abastecimento, bases de distribuição, aeroportos e centros de distribuição de clientes, e que incluem remoção de material contaminado, tratamento da área, análises laboratoriais, e monitoramento pós-remediação.

Referidas demandas judiciais foram consideradas como de perda possível e, por consequência, nenhuma provisão para demandas judiciais foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

As seguintes demandas judiciais são consideradas como de perda possível e, por consequência, nenhuma provisão para demandas judiciais foi reconhecida nas demonstrações financeiras combinadas consolidadas.

(a) Tributárias

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ICMS (i)	3.966.082	3.538.878
INSS (ii)	496.956	461.618
IPI (iii)	499.678	482.576
IRPJ e CSSL (iv)	2.070.196	1.666.108
PIS e COFINS (v)	2.631.361	1.754.305
Compensações com crédito de IPI - IN 67/98 (vi)	129.618	124.737
MP 470 parcelamento de Débito (vii)	174.765	-
Outros	997.634	865.008
	<u>10.966.290</u>	<u>8.893.230</u>
Demandas judiciais não reembolsáveis	2.269.279	1.051.244
Demandas judiciais reembolsáveis	8.697.011	7.841.986
	<u>10.966.290</u>	<u>8.893.230</u>

Caso uma provisão reembolsável para essas demandas tenha que ser reconhecida no futuro por alteração de prognóstico de perda, ou por qualquer outro motivo, o Grupo registrará no mesmo momento valor a receber dos acionistas de igual montante e, portanto, não haverá impacto no resultado

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

do Grupo. Caso a provisão seja não reembolsável, o Grupo registrará a demanda judicial contra o resultado do período em que a ocorrer alteração da probabilidade de perda.

As principais perdas possíveis do Grupo Raízen podem ser sumariadas como segue:

(i) ICMS

Refere-se, substancialmente, a: (i) parte relativa à multa de auto de infração lavrado em virtude de suposta ausência de recolhimento de ICMS e descumprimento de obrigação acessória, em operação de parceria agrícola e de industrialização por encomenda, nos períodos compreendidos de maio de 2005 a março de 2006 e maio de 2006 a março de 2007; (ii) ICMS incidente nas saídas de açúcar cristalizado destinado à exportação, que no entendimento do agente fiscal, tal produto enquadra-se como mercadoria semielaborada e que, de acordo com o regulamento do ICMS, seriam passíveis de tributação; (iii) ICMS incidente sobre supostas divergências de estoque de açúcar e etanol, derivadas do cotejo entre os arquivos fiscais magnéticos e os livros de registro de inventário; (iv) autos de infração relativos à cobrança de diferencial de alíquota de ICMS decorrente de vendas de etanol destinadas às empresas situadas em outros estados da Federação, as quais, supervenientemente, tiveram suas inscrições estaduais cassadas; (v) exigência de ICMS decorrente de glosas de créditos de óleo diesel utilizado no processo produtivo agroindustrial; (vi) não realização de estorno de créditos de ICMS; (vii) não realização de estorno integral dos créditos de ICMS-ST; (viii) não cumprimento de determinadas obrigações acessórias; (ix) exigência de ICMS-ST nas vendas interestaduais para clientes industriais; (x) alegação da suposta existência de diferença de estoque de açúcar e etanol da RESA. Provado fato da inexistência das supostas diferenças, as defesas foram apresentadas com base na legislação vigente e da qual aguardamos julgamento; e (xi) glosa de crédito de ICMS - óleo diesel, sendo a defesa apresentada por ser esse, essencial às atividades da RESA com base no artigo 155 §2º, I da Constituição Federal e LC 87/96.

(ii) INSS

As demandas judiciais possíveis relacionadas a INSS envolvem, principalmente: (i) questionamento acerca da legalidade e constitucionalidade da Instrução Normativa MPS/SRP nº 03 de 2005, que restringiu a imunidade constitucional das contribuições previdenciárias sobre as receitas decorrentes de exportação exclusivamente às vendas diretas, passando a tributar as exportações feitas por meio de empresas comerciais exportadoras ou *trading companies*; (ii) exigência de contribuição a título do SENAR em operações de exportação direta e indireta, em que a Secretaria da Receita Federal do Brasil (“RFB”) entende não haver direito à imunidade constitucional; e, (iii) exigência de recolhimento de contribuição previdenciária sobre revenda de mercadorias no mercado interno e para terceiros, que não entram no cômputo da base de cálculo da contribuição previdenciária, a qual incide apenas sobre a receita bruta decorrente da produção efetiva do estabelecimento e não de mercadorias adquiridas.

(iii) IPI

A Instrução Normativa SRF nº 67/98 convalidou o procedimento adotado pelos estabelecimentos industriais que deram saídas sem lançamento e recolhimento do IPI, relativos às operações com açúcares de cana-de-açúcar do tipo demerara, cristal superior, cristal especial, cristal especial extra e refinado granulado, praticadas no período compreendido de 6 de julho de 1995 a 16 de novembro de 1997 e com açúcar refinado do tipo amorfo, no período compreendido de 14 de janeiro de 1992 a 16 de novembro de 1997. Tal norma foi levada a efeito nos respectivos processos movidos pela RFB, cuja

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

probabilidade de perda está classificada como não mais provável que sim do que não, de acordo com a avaliação dos consultores jurídicos do Grupo.

(iv) IRPJ e CSLL

Referem-se, substancialmente, a autos de infração, lavrados pela Receita Federal do Brasil cobrando IRPJ e CSLL de exercícios anteriores, relativos a: (i) dedutibilidade de despesas de amortização de determinados ágios; (ii) compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativas da CSLL; (iii) tributação sobre diferenças das reavaliações dos bens integrantes do ativo imobilizado; (iv) autos de infração recobráveis, vinculados ao negócio de Exploração e Produção da Shell, adicionados em março de 2016, referentes a retenções na fonte sobre remessas ao exterior e tributação indevida de impostos sobre amortização de ágio; (v) glosa de créditos de PIS/COFINS não cumulativos, decorrentes de bens e serviços adquiridos no mercado interno e compensados com IRRF e CSLL/IRPJ; (vi) autos de infração sobre a compensação de créditos oriundos da sistemática do PIS semestralidade e compensações de tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IRRF) não homologadas pela RFB. O Grupo vem contestando tais cobranças nas esferas competentes, e (vii) autos de infração lavrados relativos às glosas de deduções de amortização de ágios dos anos-calendário 2011 a 2012 (fato societário que gerou o direito à utilização do ágio ocorreu em 2006). O Grupo apresentou impugnação requerendo o cancelamento integral do auto de infração lavrado, extinguindo-se a totalidade dos créditos tributários exigidos.

(v) PIS e COFINS

Em 31 de março de 2017, referem-se, substancialmente, a: (i) glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema não cumulativo dos anos de 2012 e 2013, previstas nas Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, respectivamente. Referidas glosas decorrem, em síntese, da interpretação restritiva da Secretaria da Receita Federal do conceito de “insumos”, bem como de divergências em relação à interpretação das referidas leis. Tais questionamentos ainda encontram-se na esfera administrativa, no montante de R\$ 269.823 (R\$ 482 em 2016); (ii) relativos à inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo do PIS e COFINS veiculada pela Lei 9.718/98, no montante de R\$ 608.619 (R\$ 564.042 em 2016). Oportuno destacar que o Supremo Tribunal Federal já pacificou esta questão, julgando inconstitucional tal exação; (iii) diferença de PIS e COFINS apurada em razão da dedução da CIDE liquidada por meio de compensação, no montante de R\$ 66.072 (R\$ 35.175 em 2016). Para a fiscalização, tal dedução somente poderia ter sido efetuada na hipótese de recolhimento da CIDE; e (iv) a pedidos de ressarcimento de PIS e COFINS que têm processos de compensação vinculados. Após a apresentação das Manifestações de Inconformidade em março de 2013, a DRJ (Delegacia de Julgamento) determinou a baixa dos processos em diligência, para reapuração do direito creditório de PIS e COFINS referente a determinados trimestres dos anos de 2008 e 2009. Tais questionamentos ainda encontram-se na esfera administrativa.

(vi) Compensações com crédito de IPI- IN 67/98

A Instrução Normativa SRF nº 67/98 trouxe a possibilidade da restituição dos valores de IPI recolhidos no período compreendido de 14 de janeiro de 1992 a 16 de novembro de 1997, sobre o açúcar refinado do tipo amorfo. Diante disso, a RESA, para os períodos que havia efetuado o recolhimento, pleiteou a compensação desses valores com outros tributos devidos. No entanto, os pedidos de restituição, bem como de compensação, foram indeferidos pela Secretaria da Receita Federal. Assim, a RESA impugnou administrativamente o indeferimento.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Após notificação para pagamento dos débitos objetos de compensação, tendo em vista as alterações introduzidas pela IN SRF nº 210/02, a RESA impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar para suspender a exigibilidade dos tributos compensados, objetivando, dessa forma, impedir que a Administração Pública pudesse executar os débitos. A liminar foi deferida pelo juízo competente, sendo considerada pela Administração como possível a probabilidade de perda.

(vii) MP 470 - Parcelamento de Debito

A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela RESA, sob o argumento de que o prejuízo fiscal oferecido não é suficiente para quitação dos respectivos débitos. A probabilidade de perda é considerada como possível, já que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.

(b) Cíveis, trabalhistas e ambientais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Cíveis (i)	1.305.235	918.857
Trabalhistas	643.607	673.463
Ambientais	47.113	44.484
	<u>1.995.955</u>	<u>1.636.804</u>
Demandas judiciais não reembolsáveis	574.434	474.057
Demandas judiciais reembolsáveis	1.421.521	1.162.747
	<u>1.995.955</u>	<u>1.636.804</u>

- (i) O aumento das demandas judiciais possíveis ocorrido durante o exercício findo em 31 de março de 2017, refere-se, substancialmente, a: (a) alteração de risco em processo administrativo perante o CADE movidos contra a Shell; (b) reparação por danos emergentes; (c) lucros cessantes; (d) indenização por danos morais; e (e) honorários advocatícios.

18. Compromissos

Vendas

O Grupo, por meio da RCSA e RESA, controlam entidades que operam no negócio de açúcar, etanol, cogeração de energia e distribuição de combustíveis. Os contratos de vendas são gerenciados de forma consolidada, associados ao negócio e não vinculados a uma entidade específica. Dessa forma, o Grupo em conjunto com suas entidades controladas responde pelo total de compromissos de vendas.

As vendas no mercado de *commodity* são, substancialmente, efetuadas ao preço da data da venda. Entretanto, o Grupo possui diversos acordos no mercado de açúcar e etanol, por meio dos quais se compromete a vender volumes desses produtos em safras futuras.

Adicionalmente, a RCSA possui contratos de venda de óleo diesel com terceiros.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2017, os compromissos de venda de açúcar, etanol, óleo diesel, energia elétrica e vapor, são como segue:

	<u>Açúcar</u> <u>(em toneladas)</u>	<u>Etanol</u> <u>(em metros cúbicos)</u>	<u>Óleo diesel</u> <u>(em metros cúbicos)</u>	<u>Energia elétrica</u> <u>(em megawatt-hora)</u>	<u>Vapor</u> <u>(em toneladas)</u>
2018	3.550.000	899.593	453.400	2.158.783	135.000
2019	3.550.000	-	499.300	1.985.537	-
2020	3.550.000	-	490.500	1.958.175	-
2021	3.550.000	-	506.800	1.960.224	-
2022	-	-	352.900	9.765.257	-
Total	<u>14.200.000</u>	<u>899.593</u>	<u>2.302.900</u>	<u>17.827.976</u>	<u>135.000</u>

Compras

A RESA possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar de terceiros com a finalidade de garantir parte de sua produção nas safras seguintes. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida foi calculada com base na estimativa da quantidade a ser moída por área. O montante a ser pago pelo Grupo é determinado no final de cada safra, de acordo com o preço publicado pelo CONSECANA.

A RCSA possui contratos de compra de combustíveis com terceiros, com a finalidade de garantir parte de suas comercializações futuras, bem como contratos de serviços de transporte ferroviário, rodoviário e via balsa, com a finalidade de transportar combustíveis entre as bases de abastecimento até os postos revendedores, cujo montante a ser pago é determinado de acordo com o preço acordado contratualmente.

A RCSA e RESA possuem contratos de serviços de armazenagens de combustíveis com terceiros, conforme objetivos de logística e estocagem dos combustíveis em determinadas regiões.

Adicionalmente, a RESA possui contratos de exclusividade com o Grupo Rumo, referente aos serviços de transporte e elevação de açúcar para exportação.

Em 31 de março de 2017, os compromissos de compra e dos contratos de serviços por safra, são como segue:

	<u>Cana</u> <u>(em</u> <u>toneladas)</u>	<u>Combustível</u> <u>(em metros</u> <u>cúbicos)</u>	<u>Transporte</u> <u>ferroviário</u> <u>(em metros cúbicos)</u>	<u>Armazenagem</u> <u>(em metros</u> <u>cúbicos)</u>	<u>Transporte e</u> <u>elevação de</u> <u>açúcar</u> <u>(em toneladas)</u>
2018	29.809.970	5.033.790	3.960.899	4.581.837	2.000.000
2019	26.684.697	-	3.971.184	3.352.020	2.000.000
2020	22.459.339	-	1.917.877	2.545.000	2.000.000
2021	18.023.496	-	713.265	2.067.000	2.000.000
2022 em diante	73.050.485	-	713.265	5.151.000	12.000.000
Total	<u>170.027.987</u>	<u>5.033.790</u>	<u>11.276.490</u>	<u>17.696.857</u>	<u>20.000.000</u>

A RESA possui contratos para compra de equipamentos industriais destinados à manutenção e ampliação das usinas, bem como para atendimento aos projetos de cogeração de energia elétrica, no montante total de R\$ 28.807.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras

A RESA possui contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras para plantação de cana-de-açúcar, os quais se encerram em até 20 anos.

Os pagamentos referentes a essas obrigações são calculados basicamente por meio do preço acumulado do ATR na safra 2016/2017 de R\$ 0,6839/kg, divulgado pela CONSECANA e o volume de cana-de-açúcar por hectare, definidos em contrato.

Os montantes a serem pagos sobre os referidos contratos, não canceláveis, são como segue:

Dentro de um ano	747.172
Entre um a cinco anos	2.196.981
Mais de cinco anos	<u>1.277.716</u>
Total	<u><u>4.221.869</u></u>

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

a.1) RESA

Em 23 de junho de 2014, a acionista Cosan S.A. Indústria e Comércio (“Cosan”) transferiu à Cosan Investimentos e Participações S.A. (“CIP”) todas as 2.951.297.817 ações ordinárias que possuía de emissão da Companhia, com reserva de usufruto para a Cosan, até 1º de outubro de 2021, sobre todos os direitos políticos, direito de recebimento de juros sobre o capital próprio e direito de recebimento dos dividendos atrelados a referidas ações, deliberados pela RESA até 30 de abril de 2014 com base em lucros apurados até 31 de março de 2014.

Em AGE realizada em 21 de janeiro de 2015, foi deliberado e aprovado pelos acionistas da RESA a conversão de 100.000 ações preferenciais classe C em igual número de ações preferenciais classe D, todas detidas pelo acionista SBHBV.

Conforme mencionado na Nota 1.c, em AGE realizada em 31 de agosto de 2015, foi deliberado e aprovado pelas acionistas Shell, Cosan e CIP, o aumento de capital na RESA, no montante de R\$ 1.500.000, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 1.340.687.564 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço unitário de emissão de R\$ 1,118828906.

Em 31 de março de 2017 e 2016, o capital social da RESA é de R\$ 6.516.354 (R\$ 5.016.354 em 2015) e a referida rubrica apresenta-se deduzida do saldo de ações preferenciais resgatáveis no montante de R\$ 60.009 (R\$ 93.300 em 2016 e 2015), totalizando R\$ 6.456.346 (R\$ 6.423.054 em 2016 e R\$ 4.923.054 em 2015).

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

O Capital social totalmente subscrito e integralizado em ações está representado como segue:

	Acionistas (ações em unidades)			
	Shell	CIP	Cosan S.A.	Total
Ordinárias	3.621.641.599	3.621.641.599	-	7.243.283.198
Preferenciais classe A	-	-	1	1
Preferenciais classe B	-	-	133.242.457	133.242.457
Preferenciais classe C	663.476	-	-	663.476
Preferenciais classe D	100.000	-	-	100.000
Total em 31 de março de 2017 e 2016	<u>3.622.405.075</u>	<u>3.621.641.599</u>	<u>133.242.458</u>	<u>7.377.289.132</u>
Total em 31 de março de 2015	<u>2.952.061.293</u>	<u>2.951.297.817</u>	<u>133.242.458</u>	<u>6.036.601.568</u>

Ações preferenciais resgatáveis na RESA

Os benefícios fiscais oriundos de NOL e GW com data base antes da formação da Raízen (Nota 10.a), deverão ser restituídos aos respectivos acionistas à medida que a RESA os utilizar como redução dos saldos de seus tributos a pagar.

Para a realização dessas restituições foram emitidas ações preferenciais classe B para Cosan e classes C e D para Shell com o objetivo de remunerá-los no montante do benefício fiscal utilizado pela RESA.

Em AGO realizada em 28 de julho de 2014, os acionistas da RESA deliberaram e aprovaram pagamento no montante de R\$ 42.381, ou seja, inferior àquele declarado em 31 de março de 2014, em R\$ 1.255, relacionadas às ações preferenciais, os quais foram liquidados em 29 de julho de 2014.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2015, a RESA fez adesão ao programa para liquidação de débitos parcelados na RFB mediante utilização de NOL, resultando assim, na baixa de ações preferenciais classe B, no montante de R\$ 157.010.

Adicionalmente, ao final do exercício findo em 31 de março de 2015, a RESA propôs destinação de dividendos aos detentores de ações preferenciais classe B de R\$ 15.221, correspondentes a utilização parcial do saldo de benefício fiscal do exercício findo naquela data.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2017, a RESA destinou como dividendos, todo o montante R\$ 3.531 em aberto de ações preferenciais classe C, pertencente à acionista Shell, a serem pagos durante o exercício a findar em 31 de março de 2018.

Em 31 de março de 2017, o saldo das ações preferenciais (classes B e C), contabilizado no patrimônio líquido, na rubrica Capital social, totaliza R\$ 60.008 pertencentes à Cosan (R\$ 93.300 em 2016 e 2015, pertencentes R\$ 89.762 à Cosan e R\$ 3.538 à Shell). Nota 10.a.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

a.2) RCSA

Em AGE realizada em 21 de janeiro de 2015, foi deliberado e aprovado pelos acionistas da RCSA a conversão de 100.000 ações preferenciais classe C em igual número de ações preferenciais classe D, todas detidas pelo acionista SBHBV.

Conforme mencionado na Nota 1.c, em AGE realizada em 31 de agosto de 2015, foi deliberado e aprovado pelas acionistas Shell e Cosan, resgate de 1.641.750.012 ações ordinárias, contra redução do capital social no montante de R\$ 1.500.000, efetuado na proporção da participação detida pelas acionistas, ou seja, correspondente a 50% das ações ordinárias de cada uma.

Em AGE realizada em 17 de janeiro de 2017, os acionistas aprovaram o resgate de 93.648.276 ações preferenciais classe B, pelo valor de R\$ 100,00.

Em 31 de março de 2017 e 2016, o capital social da RCSA é de R\$ 1.843.720 (R\$ 3.343.720 em 2015) e a referida rubrica apresenta-se deduzida do saldo de ações preferenciais resgatáveis no montante de R\$ zero (R\$ 10.732 em 2016 e R\$ 148.802 em 2015), totalizando R\$ 1.843.720 (R\$ 1.832.988 em 2016 e R\$ 3.194.918 em 2015).

O Capital social totalmente subscrito e integralizado em ações está representado, nestas datas, como segue:

	Acionistas (ações em unidades)			
	Shell	CIP	Cosan S.A.	Total
Ordinárias	830.709.236	830.709.236	-	1.661.418.472
Preferenciais classe A	1	-	-	1
Preferenciais classe C	8.437.012	-	-	8.437.012
Preferenciais classe D	100.000	-	-	100.000
Preferenciais classe E	174.038.252	-	-	174.038.252
Total em 31 de março de 2017	<u>1.013.284.501</u>	<u>830.709.236</u>	<u>-</u>	<u>1.843.993.737</u>
Total em 31 de março de 2016	<u>1.093.593.738</u>	<u>830.709.236</u>	<u>93.648.276</u>	<u>2.017.951.250</u>
Total em 31 de março de 2015	<u>1.914.468.744</u>	<u>1.651.584.242</u>	<u>93.648.276</u>	<u>3.659.701.262</u>

Ações preferenciais resgatáveis na RCSA

Os benefícios fiscais oriundos da utilização dos saldos de NOL gerados pela Shell antes da formação da RCSA, assim como os benefícios fiscais oriundos da amortização fiscal de ágios provenientes da contribuição da Cosan S.A. e também os benefícios fiscais oriundos da utilização de créditos de PIS e COFINS provenientes da contribuição da Fix Investimentos Ltda. (“Fix”) (acionista da controlada Raízen Mime Combustíveis S.A.), deverão ser restituídos aos respectivos acionistas à medida que a RCSA os utilizar como redução dos saldos de seus tributos a pagar. Para a realização dessas restituições, foram emitidas ações preferenciais classe A exclusivamente para Fix, classe B para Cosan S.A. e classe C, D e E para Shell com o objetivo de remunerá-los por meio do pagamento de dividendos no montante do benefício fiscal utilizado pela RCSA no ano fiscal que segue de janeiro a dezembro de cada ano.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Em AGE realizada em 28 de julho de 2014, os acionistas da RCSA deliberaram e aprovaram pagamento no montante de R\$ 240.409, ou seja, superior àquele declarado em 31 de março de 2014, em R\$ 52.548, relacionada às ações preferenciais, o qual foi liquidado em 29 de julho de 2014. Os referidos dividendos foram creditados aos acionistas Shell e Cosan nos montantes de R\$ 164.779 e R\$ 75.630, respectivamente.

Adicionalmente, ao final do exercício findo em 31 de março de 2015, a RCSA propôs destinação de dividendos aos detentores de ações preferenciais classe B e C de R\$ 15.127 e R\$ 58.495, Cosan e Shell, respectivamente, correspondentes à utilização parcial do saldo de benefício fiscal do exercício findo naquela data, perfazendo um total de R\$ 73.622.

Em AGE realizada em 30 de dezembro de 2015, as acionistas da RCSA aprovaram a criação da classe preferencial E, bem como a conversão de 174.038.252 ações preferenciais classe C, de titularidade da Shell, em ações preferenciais classe E. Tal classe de ação, visa reembolsar a acionista Shell mediante a utilização pela RCSA dos créditos tributários originados do pagamento a maior de IRPJ e CSLL, entre os meses de janeiro de 2010 e maio de 2011, no montante de R\$ 258.250 (Notas 10.a e 16.b).

Durante o exercício findo em 31 de março de 2016, a RCSA reconheceu saldos complementares de NOL e GW da Shell, no montante de R\$ 78.124, levantados entre os anos de 2010 e 2011.

Em 31 de março de 2016, a RCSA registrou reembolso, no passivo circulante, à Shell pela utilização de NOL e GW, relativo ao ano calendário 2015, no montante de R\$ 138.070 (Nota 10.a), mediante redução de capital. Tal operação não gerou variação no patrimônio líquido.

Conforme mencionado na Nota 10.a, os acionistas da RCSA aprovaram o resgate de 80.309.237 ações preferenciais classe C, pelo valor de 111.793, representando uma reversão de R\$ 26.277, em relação a provisão efetuada no encerramento das demonstrações financeiras anuais de 31 de março de 2016. O resgate das referidas ações foi realizado utilizando-se parte do saldo de reserva de capital, sem redução do capital social da RCSA.

Em 31 de março 2017, o saldo das ações preferencias a pagar aos acionistas, registrado no patrimônio líquido, foi integralmente baixado. Em 31 de março de 2016, o saldo das referidas ações totalizava R\$ 10.732.

b) Reservas de capital

Reserva de capital

Corresponde, substancialmente, à reserva de ágio decorrente da parte do preço de emissão das ações e sem valor nominal que ultrapassou a importância destinada à formação do capital social. A referida reserva somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendo cumulativo às ações preferenciais.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2015, a Cosan liquidou débitos parcelados na Receita Federal do Brasil mediante utilização de NOL. Dessa forma, a reserva de capital foi reduzida em R\$ 164.377, compreendendo: (i) R\$ 157.010 decorrentes de NOL de propriedade da Cosan com obrigação de ações preferenciais a pagar; e, (ii) R\$ 7.367 correspondente ao NOL da controlada da RESA, Benálcool Açúcar e Álcool Ltda., cujos créditos fiscais não compuseram o saldo de ações preferenciais classe B constituído na formação do Grupo.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Durante o exercício findo em 31 de março de 2017, a RESA destinou o saldo remanescente de ações preferenciais resgatáveis, aos acionistas detentores das ações classe C no montante de R\$ 3.531.

Reserva especial de ágio

Decorre de incorporações reversas ocorridas no Grupo, cujos ágios passaram a ser dedutíveis para fins de imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Dessa forma, o Grupo constituiu reserva especial de ágio no patrimônio líquido, como efeito reflexo das incorporações reversas, em contrapartida de tributos diferidos ativos, equivalente ao benefício fiscal de 34% que decorrerá da amortização fiscal destes ágios.

Incorporação da Curupay

Durante o exercício findo em 31 de março de 2015, em decorrência da incorporação reversa da Curupay pelo TEAS, cujos principais ativos correspondiam ao investimento por ela detido no capital social da Curupay e o ágio apurado com base nos livros fiscais, o referido ágio passou a ser dedutível para fins de imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Dessa forma, a RESA constituiu reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, como efeito reflexo da incorporação reversa da Curupay pela sua controlada TEAS em contrapartida de seu investimento (Nota 27), no montante de R\$ 2.004.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio (“JCP”)

Os dividendos do Grupo não são distribuídos pelas apurações das demonstrações financeiras combinadas consolidadas, mas sim individualmente pela RESA e RCSA.

De acordo com os Estatutos sociais da RESA e RCSA é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 1% sobre o lucro líquido apurado no final do exercício social, ajustado na forma da Lei das Sociedades Anônimas.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

As apurações individuais para os exercícios findos em 31 de março de 2017, 2016 e 2015, foram determinadas como segue:

• RESA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	1.404.579	1.185.644	110.999
(-) Constituição da reserva legal - 5%	(61.588)	(59.282)	(5.550)
(-) Efeito reflexo de incentivos fiscais de controlada	(65.316)	(139.885)	-
Dividendos a detentores de ações preferenciais classe B	(28.422)	-	-
Dividendos a detentores de ações preferenciais classe D	(729)	-	-
Base de cálculo para distribuição de dividendos	<u>1.248.524</u>	<u>986.477</u>	<u>105.449</u>
Ações ordinárias			
Dividendo mínimo obrigatório - 1%	(12.485)	(9.865)	(1.054)
Resgate de ações preferenciais classe B	-	-	(15.221)
Resgate de ações preferenciais classe C	(3.531)	-	-
Resgate de ações preferenciais classe D	-	-	(791)
Total de dividendos provisionados	<u>(45.167)</u>	<u>(9.865)</u>	<u>(17.066)</u>
Dividendos e juros sobre capital próprio remanescente	-	(125.000)	(34.000)
Total na Controladora e Consolidado da RESA	<u>(45.167)</u>	<u>(134.865)</u>	<u>(51.066)</u>

• RCSA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	1.598.815	1.164.287	1.202.294
(-) Constituição da reserva legal - 5%	-	-	(60.113)
Dividendos a detentores de ações preferenciais classe B	-	-	(15.126)
Dividendos a detentores de ações preferenciais classe D	(729)	(729)	(791)
Base de cálculo para distribuição de dividendos	<u>1.598.086</u>	<u>1.163.558</u>	<u>1.126.264</u>
Ações ordinárias			
Dividendo mínimo obrigatório - 1% (1)	(15.981)	(11.636)	(11.263)
(-) Juros sobre capital próprio	(196.000)	(184.500)	(190.500)
(-) Dividendos pagos antecipadamente	(1.235.000)	(943.285)	(539.360)
Dividendos a detentores de ações preferenciais classe C	-	-	(58.495)
Total de dividendos provisionados	<u>(729)</u>	<u>(729)</u>	<u>(74.412)</u>
Dividendos e juros sobre capital próprio remanescente	-	(140.050)	-
Total na Controladora da RCSA	<u>(729)</u>	<u>(140.779)</u>	<u>(74.412)</u>
Dividendos a pagar aos acionistas não controladores	<u>(15.445)</u>	<u>(9.150)</u>	<u>(9.545)</u>
Total na Controladora e Consolidado da RCSA	<u>(16.174)</u>	<u>(149.929)</u>	<u>(83.957)</u>

- (1) Durante o exercício findo em 31 de março de 2017, 2016 e 2015, os JCP e os dividendos pagos antecipadamente totalizaram R\$ 1.431.000, R\$ 1.127.785 e R\$ 730.100, respectivamente. Dessa forma, não há dividendos mínimos obrigatórios provisionados em função dos valores antecipados terem sido superiores àqueles calculados sobre o percentual definido estatutariamente.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

c) Movimentações dos dividendos e juros sobre capital próprio (“JCP”)

Companhias	Dividendos e JCP	Período de apuração	Aprovação em AGE e/ou AGOE	Espécie e classe de ação	Valor bruto	Sem impacto no PL	Valor pago ou a pagar	Destinatário	Percentual	Data do pagamento
RCSA	Intermediários	01/01/2016 a 29/02/2016	18/03/2016	Ordinária	-	-	112.000	Shell e CIP	50% cada	01/04/2016
RCSA	JCP	01/01/2016 a 29/02/2016	18/03/2016	Ordinária	-	-	33.000	Shell e CIP	50% cada	01/04/2016
RESA	Ordinários	Saldo de lucros retidos	18/03/2016	Ordinária	-	-	125.000	Shell e CIP	50% cada	01/04/2016
Mime	Mínimo obrigatório	Exercício findo em 31/03/2016	16/06/2016	Ordinária	-	-	4.799	Acionista não controlador	24%	24/06/2016
Mime	Complementares	Saldo de lucros retidos	23/06/2016	Ordinária	8.165	(2.084)	6.081	Acionista não controlador	24%	24/06/2016
RCSA	Intermediários	Saldo de lucros retidos	23/06/2016	Ordinária	33.000	-	33.000	Shell e CIP	50% cada	24/06/2016
RCSA	Intermediários	01/04/2016 a 31/05/2016	23/06/2016	Ordinária	51.000	-	51.000	Shell e CIP	50% cada	24/06/2016
RCSA	JCP	01/03/2016 a 31/05/2016	23/06/2016	Ordinária	45.000	-	45.000	Shell e CIP	50% cada	24/06/2016
RCSA	Resgate de ações	Exercício findo em 31/03/2016	23/08/2016	Preferencial C	-	111.793	111.793	Shell	100%	26/08/2016
Sabbá	Mínimo obrigatório	Exercício findo em 31/03/2016	30/08/2016	Ordinária	-	-	2.176	Acionista não controlador	20%	23/09/2016
RESA	Mínimo obrigatório	Exercício findo em 31/03/2016	29/07/2016	Ordinária	-	-	9.865	Shell e CIP	50% cada	28/09/2016
RCSA	Intermediários	01/04/2016 a 31/08/2016	21/09/2016	Ordinária	376.000	-	376.000	Shell e CIP	50% cada	28/09/2016
RCSA	JCP	01/03/2016 a 31/08/2016	21/09/2016	Ordinária	49.000	-	49.000	Shell e CIP	50% cada	28/09/2016
RCSA	Exclusivos	Exercício findo em 31/03/2016	23/08/2016	Preferencial D	-	-	729	Shell	100%	28/09/2016
RCSA	Exclusivos	Saldo de lucros retidos	23/08/2016	Preferencial D	352	-	352	Shell	100%	28/09/2016
RESA	Exclusivos	Saldo de lucros retidos	29/07/2016	Preferencial B	-	1.332	1.332	Cosan S.A.	100%	28/09/2016
RESA	Exclusivos	Saldo de lucros retidos	29/07/2016	Preferencial C	-	7	7	Shell	100%	28/09/2016
RESA	Exclusivos	Saldo de lucros retidos	29/07/2016	Preferencial D	1.081	-	1.081	Shell	100%	28/09/2016
Sabbá	Mínimo obrigatório	Exercício findo em 31/03/2016	30/08/2016	Ordinária	-	-	2.176	Acionista não controlador	20%	11/01/2017
RCSA	Intermediários	01/04/2016 a 30/09/2016	11/11/2016	Ordinária	330.000	-	330.000	Shell e CIP	50% cada	14/11/2016
RESA	Intermediários	Exercício findo em 31/03/2016	11/11/2016	Ordinária	223.000	-	223.000	Shell e CIP	50% cada	14/11/2016
RCSA	Intermediários	01/04/2016 a 30/11/2016	22/12/2016	Ordinária	200.000	-	200.000	Shell e CIP	50% cada	23/12/2016
RCSA	JCP	01/03/2016 a 31/08/2016	22/12/2016	Ordinária	47.000	-	47.000	Shell e CIP	50% cada	23/12/2016
RESA	Intermediários	Exercício findo em 31/03/2016	22/12/2016	Ordinária	351.000	-	351.000	Shell e CIP	50% cada	23/12/2016
RCSA	JCP	01/03/2016 a 31/12/2016	31/12/2016	Ordinária	21.000	-	21.000	Shell e CIP	50% cada	24/03/2017
RESA	JCP	01/01/2016 a 31/12/2016	31/12/2016	Ordinária	200.000	-	200.000	Shell e CIP	50% cada	24/03/2017
RCSA	JCP	01/01/2017 a 28/02/2017	22/03/2017	Ordinária	34.000	-	34.000	Shell e CIP	50% cada	24/03/2017
RCSA	Intermediários	01/01/2017 a 28/02/2017	22/03/2017	Ordinária	278.000	-	278.000	Shell e CIP	50% cada	24/03/2017
RESA	Dividendos lucros acumulados	Exercício findo em 31/03/2016	22/03/2017	Ordinária	65.000	-	65.000	Shell e CIP	50% cada	24/03/2017
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos no exercício							2.713.391			
Sabbá	Mínimo obrigatório	Exercício findo em 31/03/2017	-	Ordinária	9.641	-	9.641	Acionista não controlador	20%	Pendente
Mime	Mínimo obrigatório	Exercício findo em 31/03/2017	-	Ordinária	5.804	-	5.804	Acionista não controlador	24%	Pendente
RCSA	Exclusivos	Exercício findo em 31/03/2017	-	Preferencial D	729	-	729	Shell	100%	Pendente
RESA	Mínimo obrigatório	Exercício findo em 31/03/2017	-	Ordinária	12.485	-	12.485	Shell e CIP	50% cada	Pendente
RESA	Exclusivos	Exercício findo em 31/03/2017	-	Preferencial B	-	-	28.422	Cosan	100%	Pendente
RESA	Exclusivos	Exercício findo em 31/03/2017	-	Preferencial C	-	-	3.531	Shell	100%	Pendente
RESA	Exclusivos	Exercício findo em 31/03/2017	-	Preferencial D	729	-	729	Shell	100%	Pendente
Dividendos e JCP a pagar combinado consolidado em 31 de março de 2017							61.341			
Impactos dos dividendos e juros sobre capital próprio no patrimônio líquido combinado consolidado em 31 de março de 2017					2.341.986					

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Companhia	Dividendos e JCP	Período de apuração	Aprovação em AGE e/ou AGOE	Espécie e classe de ação	Valor bruto	Sem impacto no PL	Valor pago ou a pagar	Destinatário	Percentual	Data do pagamento
RESA	JCP	Exercício findo em 31/03/2014	31/12/2013	Ordinária	-	-	34.000	Shell e Cosan	50% cada	23/10/2015
RCSA	Intermediários	Saldo de lucros retidos	24/04/2015	Ordinária	225.000	-	225.000	Shell e Cosan	50% cada	29/05/2015
Mime	Intermediários	01/04/2014 a 31/03/2015	29/04/2015	Ordinária	9.232	3.974	13.206	Acionista não controlador	24%	30/04/2015
Sabbá	Reversão de dividendos ordinários	Exercício findo em 31/03/2015	14/08/2015	Ordinária	(2.372)	3.866	1.494	Acionista não controlador	20%	30/04/2015
RCSA	Ordinários	Saldo de lucros retidos	31/07/2015	Ordinária	98.060	-	98.060	Shell e Cosan	50% cada	23/10/2015
RCSA	Intermediários	01/04/2015 a 30/06/2015	31/07/2015	Ordinária	169.032	-	169.032	Shell e Cosan	50% cada	23/10/2015
RCSA	JCP	Saldo de lucros retidos	31/07/2015	Ordinária	18.400	-	15.640	Shell e Cosan	50% cada	23/10/2015
RCSA	JCP	01/04/2015 a 30/06/2015	31/07/2015	Ordinária	57.000	-	48.450	Shell e Cosan	50% cada	23/10/2015
RCSA	Intermediários	01/07/2015 a 31/12/2015	22/10/2015	Ordinária	178.153	-	178.153	Shell e Cosan	50% cada	23/10/2015
RCSA	JCP	01/07/2015 a 31/12/2015	22/10/2015	Ordinária	38.300	-	32.555	Shell e Cosan	50% cada	23/10/2015
RCSA e										
RESA	Exclusivos	Exercício findo em 31/03/2015	31/07/2015	Preferencial B	-	-	30.347	Cosan	100%	23/10/2015
RCSA	Exclusivos	Exercício findo em 31/03/2015	31/07/2015	Preferencial C	-	-	58.495	Shell	100%	23/10/2015
RCSA e										
RESA	Exclusivos	Exercício findo em 31/03/2015	31/07/2015	Preferencial D	-	-	1.582	Shell	100%	23/10/2015
RESA	Exclusivos	Exercício findo em 31/03/2015	31/07/2015	Ordinária	-	-	1.054	Shell e Cosan	50% cada	23/10/2015
RCSA	Intermediários	01/10/2015 a 30/11/2015	15/12/2015	Ordinária	255.100	-	255.100	Shell e Cosan	50% cada	23/12/2015
RCSA	JCP	01/10/2015 a 30/11/2015	15/12/2015	Ordinária	23.200	-	19.720	Shell e Cosan	50% cada	23/12/2015
RCSA	JCP complementares	01/01/2015 a 30/09/2015	15/12/2015	Ordinária	21.700	-	18.445	Shell e Cosan	50% cada	23/12/2015
RCSA	JCP	01/12/2015 a 31/12/2015	31/12/2015	Ordinária	11.300	-	9.605	Shell e Cosan	50% cada	31/01/2016
RCSA	Intermediários	01/12/2015 a 31/12/2015	13/01/2016	Ordinária	229.000	-	229.000	Shell e Cosan	50% cada	15/01/2016
RESA	Intermediários	Saldo de lucros retidos	13/01/2016	Ordinária	260.700	-	260.700	Shell e Cosan	50% cada	15/01/2016
Sabbá	Complementares	Exercício findo em 31/03/2015	18/03/2016	Ordinária	2.372	(878)	1.494	Acionista não controlador	20%	20/08/2015
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos no exercício							1.701.132			
RCSA	Intermediários	01/01/2016 a 29/02/2016	18/03/2016	Ordinária	112.000	-	112.000	Shell e Cosan	50% cada	01/04/2016
RCSA	JCP	01/01/2016 a 29/02/2016	18/03/2016	Ordinária	33.000	-	28.050	Shell e Cosan	50% cada	01/04/2016
RESA	Ordinários	Saldo de lucros retidos	18/03/2016	Ordinária	125.000	-	125.000	Shell e Cosan	50% cada	01/04/2016
RCSA	Mínimo obrigatório	Exercício findo em 31/03/2016	-	Preferencial D	729	-	729	Shell	100%	28/09/2016
RESA	Mínimo obrigatório	Exercício findo em 31/03/2016	-	Preferencial D	9.865	-	9.865	Shell e Cosan	50% cada	28/09/2016
Mime	Mínimo obrigatório	Exercício findo em 31/03/2016	-	Ordinária	4.799	-	4.799	Acionista não controlador	24%	17/06/2016
Sabbá	Mínimo obrigatório	Exercício findo em 31/03/2016	-	Ordinária	4.351	-	4.351	Acionista não controlador	20%	23/09/2016 e 11/01/2017
Dividendos e JCP a pagar combinado consolidado em 31 de março de 2016							284.794			
Impactos dos dividendos e juros sobre capital próprio no patrimônio líquido combinado consolidado em 31 de março de 2016					1.883.921					

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Companhia	Dividendos e JCP	Período de apuração	Aprovação em AGE e/ou AGOE	Espécie e classe de ação	Valor bruto	Sem impacto no PL	Valor pago ou a pagar	Destinatário	Percentual	Data do pagamento
RCSA	JCP	Exercício findo em 31/03/14	24/04/2015	Ordinária	-	-	19.550	Shell e Cosan	50% cada	31/10/2014
RCSA	Dividendos exclusivos	Exercício findo em 31/03/14	29/04/2015	Preferencial C	-	-	127.357	Shell	100%	28/07/2015
RESA	Mínimo obrigatório	Exercício findo em 31/03/14	28/07/2014	Ordinária	-	-	1.037	Shell e Cosan	50% cada	31/10/2014
RESA	Exclusivos	Exercício findo em 31/03/14	28/07/2014	Preferencial B	-	-	42.380	Cosan	100%	29/07/2014
MIME	Ordinários	Exercício findo em 31/03/14	31/07/2015	Ordinária	-	5.847	5.847	Acionista não controlador	24%	15/04/2014
MIME	Intermediários	01/03/2014 a 30/04/2014	31/07/2015	Preferencial A	-	98	98	Acionista não controlador	24%	31/10/2014
Sabbá	Intermediários	Exercício findo em 31/03/14	31/07/2015	Ordinária	-	781	781	Acionista não controlador	20%	27/05/2014
RCSA	Complementares	Lucros retidos	31/07/2015	Ordinária	246.682	-	246.682	Shell e Cosan	50% cada	31/10/2014
RCSA	JCP	01/02/2014 a 30/09/2014	31/07/2015	Ordinária	109.500	-	93.075	Shell e Cosan	50% cada	31/10/2014
RCSA	Intermediários	01/02/2014 a 30/09/2014	31/07/2015	Ordinária	220.360	-	220.360	Shell e Cosan	50% cada	31/10/2014
										31/12/2015 e
RCSA	Intermediários	01/04/2014 a 30/11/2014	31/07/2015	Ordinária	200.000	-	200.000	Shell e Cosan	50% cada	01/07/2015
RCSA	JCP	01/10/2014 a 31/12/2014	31/07/2015	Ordinária	45.000	-	38.250	Shell e Cosan	50% cada	18/03/2015
RCSA	Exclusivos	Exercício findo em 31/03/14	14/08/2015	Preferencial B	-	-	60.504	Cosan	100%	28/07/2015
RCSA	Exclusivos	Lucros retidos	22/10/2015	Preferencial C	-	36.843	36.843	Shell	100%	28/07/2014
RCSA	Exclusivos	Lucros retidos	22/10/2015	Preferencial B	-	15.126	15.126	Cosan	100%	28/07/2014
RCSA	Intermediários	01/04/2014 a 31/01/2015	15/12/2015	Ordinária	119.000	-	119.000	Shell e Cosan	50% cada	18/03/2015
RCSA	JCP	01/01/2015 a 28/02/2015	15/12/2015	Ordinária	36.000	-	30.600	Shell e Cosan	50% cada	18/03/2015
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos no exercício							1.257.490			
RESA	JCP	01/01/2013 a 31/12/2013	31/12/2013	Ordinária	-	-	34.000	Shell e Cosan	50% cada	23/10/2015
RESA	Mínimo obrigatório	Exercício findo em 31/03/2015	-	Ordinária	1.054	-	1.054	Shell e Cosan	50% cada	23/10/2015
RESA	Exclusivos	Exercício findo em 31/03/2015	-	Preferencial B	-	15.221	15.221	Cosan	100%	23/10/2015
RESA	Exclusivos	Exercício findo em 31/03/2015	-	Preferencial D	791	-	791	Shell	100%	23/10/2015
RCSA	Exclusivos	Exercício findo em 31/03/2015	-	Preferencial B	-	15.126	15.126	Cosan	100%	23/10/2015
RCSA	Exclusivos	Exercício findo em 31/03/2015	-	Preferencial C	-	58.496	58.496	Shell	100%	23/10/2015
RCSA	Exclusivos	Exercício findo em 31/03/2015	-	Preferencial D	791	-	791	Shell	100%	23/10/2015
MIME	Mínimo obrigatório	Exercício findo em 31/03/2015	-	Ordinária	4.800	-	4.800	Acionista não controlador	24%	30/04/2015
Sabbá	Mínimo obrigatório	Exercício findo em 31/03/2015	-	Ordinária	4.744	-	4.744	Acionista não controlador	20%	30/04/2015
Dividendos e JCP a pagar combinado consolidado em 31 de março de 2015							135.023			
Impactos dos dividendos e juros sobre capital próprio no patrimônio líquido combinado consolidado em 31 de março de 2015					988.722					

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

d) Ajustes de avaliação patrimonial

i) Ganho (perda) atuarial

Decorrem de ganhos, perdas e ajustes pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais, sobre o plano de benefício definido. Esse componente é reconhecido em outros resultados abrangentes e nunca será reclassificado para o resultado em períodos subsequentes.

ii) Resultado com instrumentos financeiros designados *como hedge accounting*

Refere-se às variações do valor justo decorrentes de *hedge* de fluxos de caixa das receitas de exportação de açúcar tipo VHP, variação cambial dos PPEs e importação de combustíveis.

iii) Efeito de conversão de moeda estrangeira - CTA

Corresponde às diferenças de conversão para o Real das informações contábeis de investidas com moeda funcional diferente da RESA e RCSA.

iv) Movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial, líquida dos impostos:

A movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial é assim demonstrada:

	<u>2016</u>	<u>Resultado abrangente</u>	<u>2017</u>
Efeito de conversão de moeda estrangeira - CTA	1.433	2.605	4.038
Perda atuarial em plano de benefícios definidos	(9.092)	(2.083)	(11.175)
Ganho (perda) líquido com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	<u>(525.962)</u>	<u>493.711</u>	<u>(32.251)</u>
	<u>(533.621)</u>	<u>494.233</u>	<u>(39.388)</u>
Atribuído aos:			
Acionistas controladores do Grupo	(533.611)	494.228	(39.383)
Acionistas não controladores do Grupo	(10)	5	(5)
	<u>2015</u>	<u>Resultado abrangente</u>	<u>2016</u>
Efeito de conversão de moeda estrangeira - CTA	1.377	56	1.433
Ganho (perda) atuarial em plano de benefícios definidos	(9.556)	464	(9.092)
Ganho (perda) líquido com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	<u>22.832</u>	<u>(548.794)</u>	<u>(525.962)</u>
	<u>14.653</u>	<u>(548.274)</u>	<u>(533.621)</u>
Atribuído aos:			
Acionistas controladores do Grupo	14.663	(548.274)	(533.611)
Acionistas não controladores do Grupo	(10)	-	(10)
	<u>2014</u>	<u>Resultado abrangente</u>	<u>2015</u>
Efeito de conversão de moeda estrangeira - CTA	842	535	1.377
Perda atuarial em plano de benefícios definidos	(234)	(9.322)	(9.556)
Ganho (perda) líquido com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	<u>(11.452)</u>	<u>34.284</u>	<u>22.832</u>
	<u>(10.844)</u>	<u>25.497</u>	<u>14.653</u>
Atribuído aos:			
Acionistas controladores do Grupo	(10.844)	25.507	14.663
Acionistas não controladores do Grupo	-	(10)	(10)

Grupo Raízen

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017**
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

e) Reservas de lucros

i) Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido apurado no exercício a título de reserva legal, de acordo com o Estatuto social da RESA e RCSA, controladora, e em atendimento à Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de março de 2017 e 2016, conforme estabelecido na Lei das Sociedades por ações, a RCSA não destinou 5% do lucro líquido apurado para a rubrica de reserva legal, pois o saldo das reservas legal e de capital, em conjunto, excedeu em 30% o valor do capital social.

ii) Reserva para retenção de lucros

Refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício do Grupo, após destinações para constituição da reserva legal e provisionamento dos dividendos. Os Estatutos sociais da RESA e RCSA preveem que até 80% do lucro do exercício pode ser destinado para essa reserva, para operações e novos investimentos e projetos, não podendo exceder o percentual de 80% do capital social.

iii) Reserva de incentivos fiscais

Corresponde ao efeito reflexo dos incentivos fiscais reconhecidos na controlada indireta da RESA, Raízen Caarapó, decorrente de Termo de Acordo nº 331/2008 celebrado entre a Raízen Caarapó e o Estado do Mato Grosso do Sul, no qual é garantido, benefício fiscal nas operações de industrialização de açúcar naquele Estado, equivalente a 67% do saldo devedor de ICMS.

Para os exercícios findos em 31 de março 2017 e 2016, o valor dos incentivos fiscais que impactaram o resultado da RESA foi de R\$ 14.985 e R\$ 9.328, respectivamente, registrados na rubrica Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (Nota 21).

Em 31 de março de 2017, a RESA registrou o efeito reflexo dos incentivos fiscais por meio da controlada Raízen Centroeste no montante de R\$ 50.331 (R\$ 121.216 em 2016), decorrente do programa de incentivo estadual junto ao Estado de Goiás, na forma de financiamento de parte do pagamento do ICMS, denominado “Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir”, com quitação posterior do valor financiado.

Para os exercícios findos em 31 de março de 2017 e 2016, o valor dos incentivos que impactaram o resultado consolidado foi de R\$ 52.773 e R\$ 31.318, respectivamente, registrados na rubrica Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 22).

Todo o montante referente a esses benefícios foram destinados para Reserva de incentivos fiscais.

f) Participação dos acionistas não controladores

Corresponde à participação dos acionistas não controladores sobre os ativos líquidos das seguintes controladas:

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Participações dos acionistas não controladores nas controladas do Grupo (Nota 2.2)	2017	2016	2015
Unimodal Ltda.	27%	27%	27%
Petróleo Sabbá S.A.	20%	20%	20%
Raízen Mime Combustíveis S.A.	24%	24%	24%
Sabor Raiz Alimentação S.A.	40%	40%	40%

20. Receita operacional líquida

	2017	2016	2015
Receita bruta na venda de produtos e serviços	82.494.902	76.965.695	67.540.999
Impostos, deduções e abatimentos sobre vendas (1)	(3.285.460)	(2.856.508)	(2.448.270)
Receita operacional líquida	<u>79.209.442</u>	<u>74.109.187</u>	<u>65.092.729</u>

(1) Durante o exercício findos em 31 de março de 2017, 2016 e 2015, inclui as amortizações referentes aos Direitos de exclusividade de fornecimento nos montantes de R\$ 343.739, R\$ 309.898 e R\$ 266.043, respectivamente.

A receita operacional líquida é segregada entre os seguintes componentes:

	2017	2016	2015
Receita líquida na venda de produtos e serviços	80.213.398	74.188.502	64.406.836
Ganho (perda) com derivativos designados como <i>hedge accounting</i> (Nota 24.e)	(1.021.607)	165.106	41.047
Ganho (perda) com derivativos de <i>commodities</i> não designados como <i>hedge accounting</i>	17.651	(244.421)	644.846
Receita operacional líquida	<u>79.209.442</u>	<u>74.109.187</u>	<u>65.092.729</u>

21. Custos e despesas por natureza

Reconciliação dos custos e despesas por natureza

Os custos e despesas são demonstrados no resultado por função. A reconciliação do resultado do Grupo por natureza para os exercícios findos em 31 de março de 2017, 2016 e 2015 está detalhada como segue:

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Custos e despesas por natureza (4)

	2017	2016 (reapresentado)	2015 (reapresentado)
Combustíveis - revendas	(65.114.871)	(60.062.299)	(52.422.760)
Matéria-prima	(3.808.791)	(4.146.893)	(4.057.160)
Depreciação e amortização (1)	(2.011.747)	(2.100.251)	(2.115.123)
Despesas com pessoal	(1.588.029)	(1.648.498)	(1.439.779)
Corte carregamento e transporte - CCT	(682.378)	(748.782)	(685.931)
Fretes	(326.073)	(289.456)	(277.667)
Despesas comerciais	(302.520)	(333.020)	(330.579)
Materiais de manutenção	(442.440)	(382.211)	(371.168)
Mão-de-obra contratada	(275.933)	(273.094)	(264.142)
Aluguéis e arrendamentos	(415.338)	(302.654)	(262.138)
Mudança do valor justo dos ativos biológicos	652.984	336.034	(46.261)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(348.363)	39.547	13.206
Revenda de energia	(61.593)	(61.688)	(112.284)
Despesas de logística	(193.812)	(111.684)	(92.278)
Telecomunicações	(22.975)	(22.648)	(21.737)
Outras despesas (2) / (3)	(475.285)	(709.069)	(547.340)
	<u>(75.417.164)</u>	<u>(70.816.666)</u>	<u>(63.033.141)</u>

- (1) Não inclui amortizações referentes aos Direitos de exclusividade de fornecimento que estão registradas na rubrica Devolução de vendas e abatimentos (Nota 20).
- (2) Inclui receita de subvenção para investimentos - ICMS no montante de R\$ 14.985 (R\$ 9.328 em 2016 e R\$ 9.340 em 2015).
- (3) Inclui perda estimada por não realização de impostos no montante de R\$ 6.291 (zero em 2016 e 2015).
- (4) Em 31 de março de 2016, os custos e despesas apresentam-se reduzidos em função de créditos fiscais de períodos de competência anterior ao referido exercício, nos montantes de R\$ 2.088 e R\$ 48.258, respectivamente.

Classificadas como:

	2017	2016 (reapresentado)	2015 (reapresentado)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(72.547.575)	(68.077.699)	(60.487.460)
Despesas com vendas	(1.875.271)	(1.814.897)	(1.675.793)
Despesas gerais e administrativas	(994.318)	(924.070)	(869.888)
	<u>(75.417.164)</u>	<u>(70.816.666)</u>	<u>(63.033.141)</u>

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

22. Outras receitas operacionais, líquidas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Reconhecimento de créditos fiscais extemporâneos, líquidos (1)	403.113	36.420	-
Ganho na alienação de ações (2)	166.103	-	-
Ganho na venda de imobilizado	82.246	70.981	132.824
Receitas de alugueis e arrendamentos	103.213	116.620	130.452
Receita de <i>royalties</i>	52.798	54.250	52.533
Receita de subvenção para investimentos - ICMS	52.773	31.318	50.217
<i>Merchandising</i>	47.812	54.239	43.834
Comissões sobre vendas de lubrificantes e cartões	20.283	31.067	42.988
Ganhos no valor justo de ações	-	-	40.366
Ganho de capital por diluição de participação societária (Nota 11.b.iv)	14.697	15.583	30.333
Receita de licença de lojas	13.761	14.707	16.913
Reversão (constituição) de perda estimada em investimentos, imobilizados e intangíveis, líquida (Notas 11,12 e 13)	(163.088)	1.869	(63.738)
Constituição de provisão para demandas judiciais e contingências, líquida	(21.286)	(9.351)	(8.330)
Perda estimada com não realização de impostos (5)	(67.582)	-	-
Ganho (perda) com operações comerciais (3)	(16.742)	(49.368)	821
Outras receitas (despesas), líquidas (4)	(41.874)	30.137	940
	<u>646.227</u>	<u>398.472</u>	<u>470.153</u>

- (1) Refere-se, substancialmente, a recuperação fiscal de créditos de tributos decorrentes das atividades do Grupo, reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de março de 2017.
- (2) Refere-se ao ganho apurado na venda da participação societária de 10% da RCSA na STP. (Nota 11.b.ii).
- (3) Refere-se, substancialmente, ao resultado de washout de determinados contratos comerciais, no âmbito da execução da estratégia comercial do Grupo no curso ordinário de seus negócios.
- (4) Substancialmente composto por R\$ 13 milhões de perda estimada com ativos, referente a incêndio ocorrido no dia 20 de outubro de 2016 na Raízen Centroeste, controlada da RESA. A Raízen detém seguro para os ativos perdidos e está em fase de investigação e coleção de provas e documentação para envio à seguradora. O recebível da seguradora será constituído quando a mesma confirmar os montantes que serão reembolsados.
- (5) Não inclui provisão para não realização de impostos que estão registradas na rubrica Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados no montante de R\$ 6.291 (zero em 2016 e 2015). Referidas perdas corresponde, substancialmente, a parte dos saldos credores e de ressarcimento de ICMS de determinados Estados.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

23. Resultado financeiro

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Despesas financeiras</u>			
Juros	(807.861)	(832.521)	(663.398)
Variação monetária passiva	(81.536)	(158.120)	(71.668)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(40.168)	(37.313)	-
Outras	(18.869)	(25.397)	(23.531)
	<u>(948.434)</u>	<u>(1.053.351)</u>	<u>(758.597)</u>
Valor justo de instrumentos financeiros (Nota 15)	(90.150)	49.556	-
Menos os montantes capitalizados em ativos qualificados (Nota 12)	26.904	34.923	40.636
	<u>(1.011.680)</u>	<u>(968.872)</u>	<u>(717.961)</u>
<u>Receitas financeiras</u>			
Rendimentos de aplicações financeiras	374.118	359.037	248.278
Juros	326.776	306.061	227.101
Variação monetária ativa e outros	35.962	66.723	16.998
	<u>736.856</u>	<u>731.821</u>	<u>492.377</u>
<u>Variações cambiais, líquidas (i)</u>	<u>443.314</u>	<u>(373.960)</u>	<u>(1.319.651)</u>
<u>Efeito líquido dos derivativos (ii)</u>	<u>(327.150)</u>	<u>171.435</u>	<u>720.082</u>
	<u>(158.660)</u>	<u>(439.576)</u>	<u>(825.153)</u>

(i) Inclui ganhos e (perdas) cambiais, líquidas sobre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira; e,

(ii) Inclui ganhos e (perdas) realizados e não realizados com futuros, líquidos com opções, *swaps* e NDFs e outros derivativos.

24. Instrumentos financeiros

(a) Visão Geral

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de suas operações, as quais são equalizadas e administradas por meio de determinados instrumentos financeiros:

- Risco de preço
- Risco de taxa de câmbio
- Risco de taxa de juros
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

(b) Estrutura do gerenciamento de risco

O Grupo possui políticas específicas de tesouraria e *trading* que definem um direcionamento para o gerenciamento de riscos.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Para monitoramento das atividades e asseguuração do cumprimento das políticas, o Grupo possui os seguintes principais comitês: (i) Comitê de riscos que se reúne semanalmente para analisar o comportamento dos mercados de *commodities* e de câmbio e deliberar sobre as posições de cobertura e estratégia de fixação de preços das exportações e de importações, visando reduzir os efeitos adversos de mudanças nos preços e na taxa de câmbio; e, (ii) Comitê do etanol que se reúne mensalmente visando avaliação dos riscos ligados a comercialização do etanol e adequação aos limites definidos nas políticas de risco.

O Grupo está exposto a riscos de mercado, sendo os principais: (i) volatilidade dos preços de açúcar, etanol e derivados de petróleo; (ii) volatilidade da taxa de câmbio; e, (iii) volatilidade das taxas de juros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco aos quais a Administração busca cobertura.

Em 31 de março de 2017 e 2016, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção ou outras finalidades foram mensurados por meio de fatores observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos de caixa descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

	Nocional		Valor justo	
	2017	2016	2017	2016
Risco de preço				
Derivativos de mercadorias				
Contratos futuros	2.239.310	2.425.895	72.354	(392.352)
	<u>2.239.310</u>	<u>2.425.895</u>	<u>72.354</u>	<u>(392.352)</u>
Risco de taxa de câmbio				
Derivativos de taxa de câmbio				
Contratos futuros	19.802	546.895	3.618	5.080
Contratos a termo	2.581.373	2.802.293	(681)	291.758
Trava de câmbio	63.368	494.014	14.915	40.382
Swap de câmbio	(3.568.584)	(6.233.931)	(306.812)	392.357
	<u>(904.041)</u>	<u>(2.390.729)</u>	<u>(288.960)</u>	<u>729.577</u>
Risco de taxa de juros				
Swap de juros	(960.699)	(622.808)	23.418	(6.715)
	<u>(960.699)</u>	<u>(622.808)</u>	<u>23.418</u>	<u>(6.715)</u>
Total			<u>(193.188)</u>	<u>330.510</u>
Ativo circulante			342.464	638.079
Ativo não circulante			81.505	597.653
Total do ativo			<u>423.969</u>	<u>1.235.732</u>
Passivo circulante			(280.039)	(579.278)
Passivo não circulante			(337.118)	(325.944)
Total do passivo			<u>(617.157)</u>	<u>(905.222)</u>
Total			<u>(193.188)</u>	<u>330.510</u>

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pelo Grupo, principalmente açúcar VHP (*sugar #11*), açúcar refinado (*sugar #5* ou *white sugar*), diesel (*heating oil*) e etanol. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas de vendas e custos. Para mitigar esse risco, o Grupo monitora permanentemente o mercado, buscando antecipar-se a movimentos de preços. No quadro abaixo demonstramos as posições em aberto em 31 de março de 2017 dos instrumentos financeiros derivativos para cobertura de risco de preço de *commodities*:

Risco de preço: derivativos de mercadorias em aberto em 31 de março de 2017							
Derivativos	Comprado / Vendido	Mercado	Contrato	Vencimento	Nocional (unidades)	Nocional (R\$ mil)	Valor justo (R\$ mil)
Futuro	Vendido	NYSE LIFFE	<i>Sugar#5</i>	jun/17 a set/17	47.500 t	55.865	6.341
Futuro	Vendido	ICE	<i>Sugar#11</i>	jul/17 a dez/18	1.929.831 t	2.310.719	12.746
Opções	Vendido	ICE	<i>Sugar#11</i>	abr/17 a set/18	525.448 t	38.449	(9.629)
Futuro	Vendido	OTC	<i>Sugar#11</i>	abr/17 a fev/18	- t	-	13.251
Subtotal de açúcar vendido					2.502.779 t	2.405.033	22.709
Futuro	Comprado	NYSE LIFFE	<i>Sugar#5</i>	jun/17 a set/17	(20.300) t	(32.744)	(2.121)
Futuro	Comprado	ICE	<i>Sugar#11</i>	jul/17 a dez/18	(251.421) t	(321.316)	(25.898)
Opções	Comprado	ICE	<i>Sugar#11</i>	abr/17 a set/17	(474.646) t	(37.580)	74.836
Subtotal de açúcar comprado					(746.367) t	(391.640)	46.817
Subtotal de açúcar					1.756.412 t	2.013.393	69.526
Futuro	Vendido	B3	Etanol	mai/17 a ago/17	19.350 m ³	29.816	74
Futuro	Vendido	NYMEX	Etanol	abr/17 a dez/17	73.293 m ³	360	(9.668)
Futuro	Vendido	CHGOETHNL	Etanol	abr/17 a mar/18	102.500 m ³	162.847	(305)
Futuro	Vendido	CHGOETHNL	Etanol	ago/17 a dez/17	17.346 m ³	288	(2.377)
Subtotal de etanol vendido					212.489 m ³	193.311	(12.276)
Futuro	Comprado	B3	Etanol	mai/17 a ago/17	(16.230) m ³	(25.078)	(616)
Futuro	Comprado	NYMEX	Etanol	abr/17 a dez/17	(183.246) m ³	(905)	27.677
Futuro	Comprado	CHGOETHNL	Etanol	abr/17 a mar/18	(103.600) m ³	(165.235)	174
Opções	Comprado	CHGOETHNL	Etanol	ago/17 a dez/17	(2.100) m ³	-	208
Subtotal de etanol comprado					(305.176) m ³	(191.218)	27.443
<i>Physical fixed</i>	Vendido	CHGOETHNL	Etanol	abr/17 a dez/17	736 m ³	1.143.096	(470)
Subtotal de <i>physical fixed</i> etanol vendido					736 m ³	1.143.096	(470)
<i>Physical fixed</i>	Comprado	CHGOETHNL	Etanol	abr/17 a mar/18	(859) m ³	(1.160.927)	236
Subtotal de <i>physical fixed</i> etanol comprado					(859) m ³	(1.160.927)	236
Subtotal de futuro e <i>physical fixed</i> etanol					(92.810) m ³	(15.738)	14.933
Futuro	Vendido	NYMEX	<i>Heating oil / gasolina</i>	mai-17	187.690 m ³	241.655	(12.105)
Subtotal de <i>heating oil / gasolina</i> vendido					187.690 m ³	241.655	(12.105)
Subtotal de <i>heating oil / gasolina</i>					187.690 m ³	241.655	(12.105)
Exposição líquida dos derivativos de mercadorias em março/17						2.239.310	72.354
Exposição líquida dos derivativos de mercadorias em março/16						2.425.895	(392.352)

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

(d) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio utilizadas pelo Grupo para a receita de exportações, importações, fluxos de dívida e outros ativos e passivos em moeda estrangeira. O Grupo utiliza operações de derivativos para gerenciar os riscos de fluxo de caixa advindos das receitas com exportação denominadas em dólares norte-americanos, líquido dos demais fluxos de caixa também denominados em moeda estrangeira. No quadro abaixo demonstramos as posições dos derivativos utilizados para cobertura de risco de taxa de câmbio em aberto em 31 de março de 2017 e 2016:

Risco de taxa de câmbio: derivativos de câmbio em aberto em 31 de março de 2017							
Derivativos	Comprado / Vendido	Mercado	Contrato	Vencimento	Nocional (unidades)	Nocional (R\$ mil)	Valor justo (R\$ mil)
Futuro	Vendido	B3	Dólar comercial	abr/17 a mai/17	1.164.000	3.688.017	(32.223)
Subtotal de futuro vendido					1.164.000	3.688.017	(32.223)
Futuro	Comprado	B3	Dólar comercial	abr/17 a mai/17	(1.157.750)	(3.668.215)	35.841
Subtotal de futuro comprado					(1.157.750)	(3.668.215)	35.841
Subtotal de futuro comprado/vendido					6.250	19.802	3.618
Termo	Comprado	OTC/B3	NDF	abr/17 a jun/17	(1.478.749)	(4.663.872)	(27.002)
Termo	Vendido	OTC/B3	NDF	mai-17	2.278.749	7.245.245	26.321
Subtotal de termo comprado/vendido					800.000	2.581.373	(681)
Swap de câmbio	Comprado	OTC	Swap de câmbio	jun/17 a set/22	(1.239.703)	(3.927.877)	(388.328)
Swap de câmbio	Vendido	OTC	Swap de câmbio	out/21 a jan/22	113.399	359.293	81.516
Subtotal de swap de câmbio					(1.126.304)	(3.568.584)	(306.812)
Trava de câmbio	Vendido	OTC	Trava de câmbio	abr-17	20.000	63.368	14.915
Subtotal de trava de câmbio					20.000	63.368	14.915
Exposição líquida dos derivativos de câmbio em março/17					(300.054)	(904.041)	(288.960)
Exposição líquida dos derivativos de câmbio em março/16					(808.135)	(2.390.729)	729.577

Em 31 de março de 2017, o resumo dos dados quantitativos sobre a exposição líquida do Grupo, considerando a paridade de todas as moedas para US\$, está apresentado abaixo:

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

	2017	
	R\$	US\$ (em milhares)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	482.057	152.145
Caixa restrito (Nota 5)	184.562	58.251
Contas a receber no exterior (Nota 6)	141.679	44.716
Partes relacionadas, líquidas (Nota 10.a)	71.446	22.550
Fornecedores (Nota 14)	(398.123)	(125.654)
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	(5.038.949)	(1.590.377)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos (Nota 24.d) (1)		300.054
Exposição cambial líquida		(1.138.315)
Derivativos liquidados no mês subsequente ao fechamento (2)		22.750
Exposição cambial líquida, ajustada (3)		(1.115.565)
Exposição cambial líquida, ajustada em março/16		(694.053)

(1) Refere-se ao nocional das operações de derivativos de câmbio.

(2) Vencimentos de abril de 2017, cuja liquidação deu-se pela PTAX do último dia do mês do fechamento.

(3) A exposição cambial líquida ajustada será, substancialmente, compensada futuramente com receitas altamente prováveis de exportação de produtos e/ou de importações de produtos.

(e) Efeitos do hedge accounting

O Grupo designa formalmente suas operações sujeitas a *hedge accounting* com objetivo de proteção de fluxos de caixa. Os *hedges* são designados para receitas de açúcar, receitas de etanol, custo de importação de derivados e dívidas em moedas estrangeira, documentando: (i) a relação do *hedge*, (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco do Grupo em adotar o *hedge*, (iii) a identificação do instrumento financeiro, (iv) o objeto ou transação coberta, (v) a natureza do risco a ser coberto, (vi) a descrição da relação de cobertura, (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura, e (viii) a demonstração retrospectiva e prospectiva da efetividade do *hedge*.

Os impactos reconhecidos no patrimônio líquido do Grupo e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

Em 31 de março de 2017:

Instrumento financeiro	Mercado	Risco	Período de realização		2017
			2017/18	2018/19	
Futuro	OTC / ICE	<i>Sugar#11</i>	(26.651)	7.760	(18.891)
Futuro	B3	Etanol	222	-	222
Opções (1)	OTC / ICE	<i>Sugar#11</i>	58.376	-	58.376
Futuro	NYMEX	<i>Heating oil</i>	6.064	-	6.064
Termo	OTC / ICE	Câmbio	147	-	147
PPE	Dívida	Câmbio	(94.784)	-	(94.784)
			(56.626)	7.760	(48.866)
(-) Tributos diferidos			19.250	(2.638)	16.615
Efeito no patrimônio líquido			(37.376)	5.122	(32.251)

(1) Durante o exercício findo em 31 de março de 2017, o Grupo começou a operar no mercado de opções de *commodities* “*Sugar#11*”. A estratégia atualmente utilizada é de *zero cost collar*, sendo que tais operações estão sendo designadas como *hedge accounting*, contabilizando o efeito da variação do valor intrínseco das opções como *hedge* de fluxo de caixa, diferindo seus efeitos no patrimônio líquido. A variação do valor extrínseco das opções é reconhecido diretamente na Demonstração do resultado na rubrica Receita operacional líquida.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2016:

Instrumento financeiro	Mercado	Risco	Período de realização		2016
			2016/17	2017/18	
Futuro	OTC / ICE	<i>Sugar#11</i>	(328.680)	(70.356)	(399.036)
Futuro	B3	Etanol	1.771	-	1.771
Futuro	NYMEX	<i>Heating oil</i>	(6.285)	-	(6.285)
Termo	OTC / ICE	Câmbio	(53.689)	-	(53.689)
PPE	Dívida	Câmbio	(339.670)	-	(339.670)
			(726.553)	(70.356)	(796.909)
(-) Tributos diferidos			247.028	23.921	270.946
Efeito no patrimônio líquido			(479.525)	(46.435)	(525.963)

Em 31 de março de 2015:

Instrumento financeiro	Mercado	Risco	Período de realização		2015
			2015/16	2016/17	
Futuro	OTC / ICE	<i>Sugar#11</i>	388.130	7.318	395.448
Futuro	B3	Etanol	(178)	-	(178)
PPE	Dívida	Câmbio	(360.658)	-	(360.658)
			27.294	7.318	34.612
(-) Tributos diferidos			(9.292)	(2.488)	(11.780)
Efeito no patrimônio líquido			18.002	4.830	22.832

Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos em outros resultados abrangentes durante o exercício:

Hedge de fluxo de caixa

	2017	2016	2015
Saldo no início do exercício	(525.962)	22.832	(11.452)
Movimentações ocorridas no exercício:			
Valor justo de futuros de <i>commodities</i> designados como <i>hedge accounting</i>	(338.508)	(276.590)	649.186
Valor justo de termo de câmbio designados como <i>hedge accounting</i>	(46.159)	(42.307)	(1.780)
Variação cambial de contratos de dívidas designados como <i>hedge accounting</i>	111.105	(339.670)	(549.564)
Resultado de contratos de dívidas reclassificado para receita operacional líquida (Nota 20)	110.069	360.652	190.693
Resultado de <i>commodities</i> reclassificado para receita operacional líquida (Nota 20)	911.538	(525.758)	(231.740)
Outros	-	(7.856)	(4.830)
Total das movimentações ocorridas nos exercícios (antes dos tributos diferidos)	748.045	(831.529)	51.965
Efeito de tributos diferidos nos ajustes de avaliação patrimonial (Nota 16.e)	(254.334)	282.735	(17.681)
	493.711	(548.794)	34.284
Saldo no final do exercício	(32.251)	(525.962)	22.832

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

(f) Risco de taxa de juros

O Grupo monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a determinadas dívidas, principalmente aquelas vinculadas à *Libor*, e utiliza-se dos instrumentos derivativos com o objetivo de gerenciar estes riscos. No quadro abaixo demonstramos as posições em aberto em 31 de março de 2017 dos derivativos utilizados para cobertura de risco de taxa de juros:

Risco de taxa de juros: Derivativos de juros em aberto em 31 de março de 2017							
Derivativos	Comprado / Vendido	Mercado	Contrato	Vencimento	Nocional (US\$ mil)	Nocional (R\$ mil)	Valor justo (R\$ mil)
Swap de juros	Comprado	OTC	Swap de juros	set/17 a mai/23	(303.213)	(960.699)	23.418
Subtotal de swap de juros					(303.213)	(960.699)	23.418
Exposição líquida dos derivativos de juros em março/17					(303.213)	(960.699)	23.418
Exposição líquida dos derivativos de juros em março/16					(175.000)	(622.808)	(6.715)

(g) Risco de crédito

Parte substancial das vendas do Grupo é feita para um seleto grupo de contrapartes altamente qualificadas, como *trading companies*, companhias de distribuição de combustíveis e grandes redes de supermercados.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, exigência de carta de crédito de bancos de primeira linha e captação de garantias reais sobre créditos concedidos. A Administração considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração do Grupo. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

O Grupo opera derivativos de mercadorias nos mercados futuros e de opções das bolsas de mercadorias de Nova Iorque - *NYBOT*, Chicago - *CBOT* e de Londres - *LIFFE*, assim como no mercado de balcão com contrapartes selecionadas. O Grupo opera derivativos de taxa de câmbio, de *commodities* em contratos de balcão registrados na B3, principalmente, com os principais bancos nacionais e internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento.

Margens em garantia - As operações de derivativos em bolsas de mercadorias (*NYBOT*, *LIFFE* e B3) requerem margem em garantia. A margem total do combinado consolidado depositada em 31 de março de 2017 é de R\$ 262.144 (R\$ 812.303 em 2016), sendo R\$ 77.582 (R\$ 136.116 em 2016) em aplicações financeiras vinculadas e R\$ 184.562 (R\$ 676.187 em 2016) em margem de operações de derivativos. (Nota 5).

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

As operações de derivativos do Grupo em balcão (“OTC”) não requerem margem em garantia.

O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa, é mitigado através da distribuição conservadora dos fundos de investimentos e CDBs, que compõe a rubrica. A distribuição segue critérios rígidos de alocação e exposição às contrapartes, que são os principais bancos nacionais e internacionais considerados, na sua maioria, como Grau de Investimento pelas agências internacionais de *rating*.

(h) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Como parte do processo de gerenciamento de liquidez, a Administração prepara planos de negócios e monitora sua execução, discutindo riscos positivos e negativos de fluxo de caixa e avaliando a disponibilidade de recursos financeiros para suportar suas operações, investimentos e necessidades de refinanciamento.

A tabela a seguir demonstra os principais passivos financeiros contratados por faixas de vencimentos:

	2017				
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Até 2 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e financiamentos (1)	1.096.304	1.571.116	8.069.580	4.805.500	15.542.500
Fornecedores (Nota 14)	2.006.246	-	-	-	2.006.246
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 24.b)	280.039	304	277.318	59.496	617.157
Partes relacionadas (Nota 10.a)	743.018	-	-	832.823	1.575.841
	<u>4.125.607</u>	<u>1.571.420</u>	<u>8.346.898</u>	<u>5.697.819</u>	<u>19.741.744</u>

(1) Fluxos de caixas contratuais não descontados.

(i) Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os métodos e premissas utilizados para estimar o valor justo estão descritos a seguir.

O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, outros ativos financeiros, contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. O valor justo de outros ativos e passivos de longo prazo não difere significativamente de seu valor contábil.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo dos instrumentos financeiros passivos do Grupo se aproxima do valor contábil, visto que estão sujeitos a taxas de juros variáveis e não houve alteração relevante no risco de crédito do Grupo. A mensuração do valor justo das *Senior Notes 2027*, somente para fins de divulgação, que são negociáveis é baseada nas cotações de mercado na data das demonstrações financeiras. Em 31 de março de 2017, o referido valor de mercado é de 101,73% de seu valor de face.

Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 15, em 26 de janeiro de 2017, as *Senior Notes 2017* foram integralmente liquidadas. Em 31 de março de 2016, o referido valor de mercado era de 103,50% de seu valor de face (107,25% em 2015).

Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a *swaps* de taxas de juros, contratos cambiais a termo e contratos de *commodities* a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e *swaps*, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros e curvas da taxa a termo da *commodity* objeto do *hedge*.

As categorias dos instrumentos financeiros são assim apresentadas:

Classificação	Valor contábil			Valor de mercado			
	2017	2016 (reapresentado)	1º de abril de 2015 (reapresentado)	2017	2016 (reapresentado)	1º de abril de 2015 (reapresentado)	
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras (Nota 3)	Empréstimos e recebíveis	675.125	862.530	357.429	675.125	862.530	357.429
Aplicações financeiras (Nota 3)	Valor justo por meio do resultado	2.526.473	3.405.196	3.168.195	2.526.473	3.405.196	3.168.195
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	Valor justo por meio do resultado	753.804	104.905	502.606	753.804	104.905	502.606
Caixa restrito (Nota 5)	Empréstimos e recebíveis	184.562	671.214	30.651	184.562	671.214	30.651
Aplicações financeiras vinculadas (Caixa restrito) (Nota 5)	Valor justo por meio do resultado	140.675	203.391	157.973	140.675	203.391	157.973
Contas a receber de clientes (Nota 6)	Empréstimos e recebíveis	2.346.272	2.064.367	1.903.428	2.346.272	2.064.367	1.903.428
Instrumentos financeiros derivativos (2) (Nota 24.b)	Valor justo por meio do resultado	423.969	1.235.732	1.190.484	423.969	1.235.732	1.190.484
Partes relacionadas (Nota 10.a)	Empréstimos e recebíveis	1.647.879	1.204.993	1.250.763	1.647.879	1.204.993	1.250.763
Outros ativos financeiros (Nota 9)	Empréstimos e recebíveis	1.233.868	1.455.470	981.351	1.233.868	1.455.470	981.351
		9.932.627	11.207.798	9.542.880	9.932.627	11.207.798	9.542.880
Passivo financeiros							
Empréstimos e financiamentos (1) (Nota 15)	Custo amortizado	(9.127.555)	(9.158.514)	(11.918.593)	(9.154.960)	(9.184.168)	(12.012.692)
Empréstimos e financiamentos (1) (Nota 15)	Valor justo por meio do resultado	(2.232.944)	(3.694.212)	-	(2.232.944)	(3.694.212)	-
Instrumentos financeiros derivativos (2) (Nota 24.b)	Valor justo por meio do resultado	(617.157)	(905.222)	(300.228)	(617.157)	(905.222)	(300.228)
Fornecedores (Nota 14)	Custo amortizado	(2.006.246)	(1.665.971)	(1.329.591)	(2.006.246)	(1.665.971)	(1.329.591)
Partes relacionadas (Nota 10.a)	Custo amortizado	(1.575.841)	(2.101.385)	(1.194.700)	(1.575.841)	(2.101.385)	(1.194.700)
		(15.559.743)	(17.525.304)	(14.743.112)	(15.587.148)	(17.550.958)	(14.837.211)

(1) Apresentam-se líquidos de despesas com colocação de títulos.

(2) Em 31 de março de 2017, inclui derivativos designados como instrumentos de *hedge* no montante negativo de R\$ 48.869 (R\$ 796.909 em 2016 e montante positivo de R\$ 34.612 em 2015) (Nota 24.e).

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Hierarquia de valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros avaliados a valor justo em 31 de março de 2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras (Nota 3)	-	2.526.473	-	2.526.473
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	-	753.804	-	753.804
Aplicações financeiras vinculadas (Caixa restrito) (Nota 5)	-	140.675	-	140.675
Ativos financeiros derivativos (Nota 24.b)	309.623	101.095	13.251	423.969
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	(2.232.944)	-	(2.232.944)
Passivos financeiros derivativos (Nota 24.b)	(246.904)	(370.253)	-	(617.157)
Total em 31 de março de 2017	62.719	918.850	13.251	994.820
Total em 31 de março de 2016	(376.999)	533.671	(10.273)	146.399

(j) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade do valor justo dos instrumentos financeiros de acordo com os tipos de risco considerados relevantes pelo Grupo.

Premissas para a análise de sensibilidade

O Grupo adotou para a análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável, e dois (possível e remoto) que podem apresentar efeitos adversos no valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo. O cenário provável foi definido a partir das curvas de mercado futuro de açúcar, diesel (*heating oil*), etanol e de dólar norte-americano em 31 de março de 2017, sendo que os valores apresentados correspondem ao valor justo dos derivativos nas datas mencionadas. Os cenários adversos possíveis e remotos foram definidos considerando impactos de 25% e 50% sobre as curvas de preço de açúcar e dólar norte-americano, que foram calculados com base no cenário provável.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Quadro de sensibilidade

(1) Variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

	Fator de risco	Impactos no Resultado (*)				
		Cenário provável	Cenário possível + (25%)	Saldo de valor justo	Cenário remoto + (50%)	Saldo do valor justo
<u>Risco de preço</u>						
Derivativos de mercadorias						
Contratos Futuros e Opções:						
Compromissos de compra venda	Alta no preço do açúcar	69.526	(589.274)	(519.748)	(1.178.548)	(1.109.022)
Compromissos de compra venda	Baixa do preço do etanol	14.933	(111.052)	(96.119)	(222.103)	(207.170)
Compromissos de compra venda	Alta no preço do diesel e gasolina	(12.105)	(63.441)	(75.546)	(126.882)	(138.987)
		72.354	(763.767)	(691.413)	(1.527.533)	(1.455.179)
<u>Risco de taxa de câmbio</u>						
Derivativos de taxa de câmbio						
Contratos Futuros:						
Compromissos de compra e venda	Baixa no preço R\$ / US\$	3.618	70.655	74.273	141.310	144.928
Contratos a Termo e Trava:						
Compromissos de compra e venda	Baixa do preço R\$ / US\$	14.234	(2.206.378)	(2.192.144)	(4.412.756)	(4.398.522)
<u>Swaps de Câmbio:</u>						
Compromissos de compra e venda	Baixa no preço R\$ / US\$	(306.812)	(838.053)	(1.144.865)	(1.676.106)	(1.982.918)
		(288.960)	(2.973.776)	(3.262.736)	(5.947.552)	(6.236.512)
<u>Risco de taxa de juros</u>						
Derivativos de juros						
Contratos swap, trava, DI e NDF	Alta nas taxas de juros	23.418	(5.672)	17.746	(11.344)	12.074
		23.418	(5.672)	17.746	(11.344)	12.074
Total		(193.188)	(3.743.215)	(3.936.403)	(7.486.429)	(7.679.617)

(*) Resultado projetado para ocorrer em até 12 meses a partir de 31 de março de 2017.

(2) Exposição cambial, líquida

O cenário provável considera a posição em 31 de março de 2017. Os efeitos dos cenários possível e remoto que seriam lançados no resultado combinado consolidado como receita (despesa) de variação cambial são como segue:

		Efeito de variação cambial			
		Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%	Cenário possível -25%	Cenário remoto -50%
<u>Exposição cambial líquida em 31 de março de 2017</u>					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	482.057	120.514	241.029	(120.514)	(241.029)
Caixa restrito (Nota 5)	184.562	46.141	92.281	(46.141)	(92.281)
Contas a receber do exterior (Nota 6)	141.679	35.420	70.840	(35.420)	(70.840)
Partes relacionadas, líquidas (Nota 10.a)	71.446	17.862	35.723	(17.862)	(35.723)
Fornecedores (Nota 14)	(398.123)	(99.531)	(199.062)	99.531	199.062
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	(5.038.949)	(1.259.737)	(2.519.475)	1.259.737	2.519.475
Impacto no resultado do exercício		(1.139.331)	(2.278.664)	1.139.331	2.278.664

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

(3) Sensibilidade nas taxas de juros

Em 31 de março de 2017, o cenário provável considera a taxa média (8,15%) ponderada anual de juros pós-fixados dos empréstimos e financiamentos, e para aplicações financeiras e caixa restrito, basicamente, o CDI (13,75%) acumulado dos últimos 12 meses. Em ambos os casos, foram realizadas simulações com aumento e redução de 25% e 50%. Os resultados combinados consolidados dessa sensibilidade estão apresentados a seguir:

	31 de março de 2017				
	Sensibilidade da taxa de juros				
	Cenário provável	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%	Cenário possível -25%	Cenário remoto -50%
Aplicações financeiras	350.343	87.586	175.172	(87.586)	(175.172)
Títulos e valores mobiliários	103.000	25.750	51.500	(25.750)	(51.500)
Aplicações financeiras (caixa restrito)	15.545	3.886	7.773	(3.886)	(7.773)
Empréstimos e financiamentos	(639.197)	(159.799)	(319.599)	159.799	319.599
Impacto no resultado do exercício	(170.309)	(42.577)	(85.154)	42.577	85.154

(k) Gestão de capital

O objetivo do Grupo ao administrar sua estrutura de capital é o de assegurar a continuidade de suas operações e financiar oportunidades de investimento, mantendo um perfil de crédito saudável e oferecendo retorno adequado a seus acionistas.

O Grupo possui relação com as principais agências de *rating* locais e internacionais, conforme demonstrado abaixo:

Agência	Escala	Rating	Outlook	Data
Fitch	Nacional	AAA (bra)	Estável	09/08/2016
Moody's	Nacional	Aaa.Br	Negativo	31/05/2017
Standard & Poor's	Nacional	brAAA	Negativo	15/05/2017

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2017 e 2016, foram calculados como segue:

	2017	2016 (reapresentado)	2015 (reapresentado)
Capital de terceiros			
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	11.360.499	12.852.726	11.918.593
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(3.201.598)	(4.267.726)	(3.525.624)
(-) Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	(753.804)	(104.905)	(502.606)
(-) Aplicações financeiras vinculadas a financiamentos (Nota 5)	(63.093)	(62.302)	(45.829)
(-) Certificados do Tesouro Nacional - CTN (Nota 9)	(737.088)	(627.219)	(501.794)
(±) Derivativos de taxa de câmbio e de juros (Nota 24.b)	265.542	(722.862)	(480.940)
	6.870.458	7.067.712	6.861.800
Capital próprio			
Patrimônio líquido			
Atribuído aos acionistas do Grupo	12.160.702	10.982.504	11.228.108
Participação dos acionistas não controladores	205.725	169.573	152.161
	12.366.427	11.152.077	11.380.269
Total do capital próprio e terceiros	19.236.885	18.219.789	18.242.069
Índice de alavancagem financeira	36%	39%	38%

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

25. Plano de suplementação de aposentadoria

(a) Fundo de pensão

Contribuição definida

O Grupo patrocina o Plano de Benefícios Raiz, administrado pela Raízprev - Entidade de Previdência Privada, que é uma Entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

A Entidade é dotada com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, tendo como objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, conforme definido nos Regulamentos dos Planos de Benefícios.

O Grupo não possui obrigações legais ou construtivas para contribuições extraordinárias adicionais, caso o plano não tenha ativos suficientes para o pagamento de todos os benefícios ou eventual ocorrência de déficit.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2017, o montante de contribuição reconhecido como despesa foi de R\$ 18.132 (R\$ 15.100 em 2016 e R\$ 16.611 em 2015).

(b) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta metas previamente definidas aos funcionários. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que tenha criado uma obrigação não formalizada.

26. Seguros

O Grupo possui um programa de seguros e gerenciamento de risco que proporciona cobertura e proteção compatíveis com seus ativos patrimoniais e sua operação.

As coberturas contratadas são baseadas em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores de seguros locais, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela Administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades do Grupo, e estão detalhadas a seguir:

<u>Modalidade de seguros</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Montante da cobertura</u>
Riscos operacionais	Incêndio, raio, explosão e outros	1.471.932
Responsabilidade civil geral	Reclamações de terceiros	250.000
		<u>1.721.932</u>

Grupo Raízen

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017**
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

27. Reestruturações societárias

Transações ocorridas no exercício findo 31 de março de 2017

(i) Reestruturação societária na RESA referente incorporação reversa da Tarumã pela Paraguaçu

Em 1º de junho de 2016 foi aprovada a incorporação reversa da Tarumã pela Paraguaçu. Em decorrência desta incorporação, e considerando que a Tarumã era detentora de 99,9999% do capital social da Paraguaçu, registrou-se um aumento de capital social nesta sociedade, mediante a emissão de 247.433.845 nova quotas, no montante de R\$ 247.434, já deduzido dos seguintes montantes: (a) R\$ 301.729 referente ao investimento que a Tarumã tinha na Paraguaçu; e (b) R\$ 43.049 correspondente ao efeito reflexo da reserva de incentivos fiscais reconhecidos na controlada Caarapó. Dessa forma, as cotas de participação no capital da Paraguaçu passaram a ser de posse da RESA juntamente com sua controlada Raízen Araraquara Açúcar e Álcool Ltda., na proporção de suas respectivas participações.

A referida reestruturação não produziu impacto nas demonstrações financeiras combinadas consolidadas.

(ii) Reestruturação societária sob controle comum, reconhecida a valor de livros, envolvendo a Fuels e Luxembourg

Em 14 de julho de 2016, a RCSA efetuou aporte de capital em dinheiro na controlada Fuels, no montante de R\$ 3.751, equivalente a US\$ 1.161 mil, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva de capital.

Em 29 de julho de 2016, a RESA integralizou aumento de capital na Fuels, cedendo os 100% da participação que detinha na Luxembourg, no montante de R\$ 4.555, equivalente a US\$ 1.419 mil, ficando-lhe atribuída a participação de 96,11% no capital social da Fuels. Como resultado dessa operação, a RESA passou a ter o controle da Fuels e a RCSA deixou de controlar e consolidar essa entidade.

Adicionalmente, em 15 de setembro de 2016, a RCSA alienou à RESA as 45.000 ações que representavam 3,89% do capital social da Fuels, pelo montante de R\$ 274, equivalentes US\$ 84 mil, passando, a partir dessa data, a RESA passou a deter a totalidade das ações dessa entidade.

A referida reestruturação não produziu impacto nas demonstrações financeiras combinadas consolidadas.

Transações ocorridas no exercício findo 31 de março de 2016

(i) Aumento de capital na Saturno

Durante o exercício findo em 31 de março de 2016, foram aprovados aportes de capital na Saturno no montante de R\$ 27.006, mediante contribuição de imóveis mensurados ao valor contábil.

Referido aumento de capital não produziu impacto nas demonstrações financeiras combinadas consolidadas.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017 Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Incorporação da Sampras

Em AGE realizada em 16 de novembro de 2015, foi deliberado e aprovado a incorporação da Sampras pela RCSA cujo acervo patrimonial líquido em 31 de outubro de 2015 totalizava R\$ 281.589. Dessa forma, o investimento da RCSA nesta sociedade foi substituído pelo patrimônio líquido vertido, permanecendo o capital social inalterado, com conseqüente extinção da Sampras.

Referida incorporação não produziu impacto nas demonstrações financeiras combinadas consolidadas.

(iii) Aumento de capital na Bio Jataí

Durante o exercício findo em 31 de março de 2016, em continuidade ao processo de reestruturação societária envolvendo os ativos líquidos da atividade de cogeração de energia elétrica do Grupo, iniciado em junho de 2014, a Bio Jataí teve seu capital social aumentado pela Raízen Centroeste Açúcar e Alcool Ltda., mediante aporte dos seus ativos líquidos pelo valor contábil, relativos à atividade de cogeração de energia elétrica.

Referido aumento de capital não produziu impacto nas demonstrações financeiras combinadas consolidadas.

Transações ocorridas no exercício findo 31 de março de 2015

(i) Aquisição da Latina pela RCSA

Em 1º de abril de 2014, a RCSA adquiriu a totalidade das quotas em circulação da Latina, na região sul do País, pelo valor de R\$ 178.336. O objetivo dessa aquisição foi ampliar a presença da marca Shell e dos produtos e serviços nos três estados da região Sul, além de melhorar a eficiência logística de distribuição do Grupo para a rede de postos, principalmente para o interior do Estado do Rio Grande do Sul.

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição da Latina, é como segue:

<u>Rubricas</u>	<u>Consolidado</u>
Contas a receber de clientes	49.648
Estoques	26.061
Adiantamento a fornecedores	10.443
Impostos a recuperar	1.729
Depósitos judiciais	7.925
Tributos diferidos (Nota 16)	(16.926)
Outros ativos	41
Imobilizado (Nota 12)	27.660
Intangível (Nota 13)	53.806
Fornecedores	(13.515)
Empréstimos e financiamentos	(22.994)
Provisão para demandas judiciais	(10.649)
Ordenados e salários a pagar	(1.103)
Tributos a pagar	(1.481)
Outras obrigações	(3.333)
Ativos líquidos	<u>107.312</u>
(-) Contraprestação transferida, líquida do caixa recebido	<u>177.744</u>
Ágio final (Nota 13)	<u>70.432</u>

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é classificado principalmente no nível 3. Em reunião de sócias realizada na mesma data da aquisição, foi aprovada a incorporação da Latina pela RCSA.

(ii) Aquisição da Cerrado

Em 17 de dezembro de 2013, a Raízen Energia adquiriu a totalidade das ações da Cerrado, por R\$ 47.500 mais o valor de R\$ 1.403 de reembolsos referentes a adiantamentos de fornecedores da safra de 2014/2015, pagos em dinheiro, apurando um ágio preliminar de R\$ 33.663 nesta operação. A referida aquisição foi efetuada para aumentar a oferta de cana-de-açúcar e sinergia esperada decorrente de operações existentes da RESA.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2015, a alocação do preço de compra foi concluída pela Administração, com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, da seguinte forma:

<u>Rubricas</u>	<u>Total</u>
Ativos biológicos	15.240
(-) Contraprestação transferida, líquida do caixa recebido	48.903
Ágio preliminar	33.663
Contratos de arrendamento de terras (Nota 13)	4.184
Contratos de parceria agrícola (Nota 13)	8.119
Contratos de fornecimento de cana de açúcar (Nota 13)	3.230
Tributos diferidos sobre mais valia dos ativos (Nota 13)	(6.530)
	9.003
Ágio final	42.666

Adicionalmente, em AGE de 29 de janeiro de 2014, foi deliberada e aprovada a incorporação da Cerrado pela RESA. Dessa forma, o investimento da RESA nesta sociedade foi substituído pelo patrimônio líquido vertido, permanecendo o capital social inalterado, com consequente extinção da Cerrado.

(iii) Reestruturação societária envolvendo ativos líquidos relativos à atividade de cogeração de energia elétrica

Em junho de 2014, a RESA e suas controladas passaram por uma reestruturação societária, na qual foram criadas onze novas empresas, detentoras das autorizações para exploração das UTE's, tendo a RESA e suas controladas efetuado aumento de capital com seus ativos líquidos pelo valor contábil, relativos à atividade de cogeração de energia elétrica em dez dessas novas empresas.

A referida reestruturação societária não produziu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas, exceto pela reversão dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, no montante de R\$ 43.341, fato das UTEs serem tributadas pelo regime de lucro presumido.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017
Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Reestruturação societária envolvendo ativos líquidos relativos à atividade de investimentos imobiliários

Em 18 de novembro de 2014, a Saturno foi constituída por meio de aporte de crédito em conta corrente efetuado pela RCSA e Sampras, nos montantes de R\$ 999,00 e R\$ 1,00, respectivamente, integralizados em 23 de dezembro de 2014.

Em 30 de dezembro de 2014, a Saturno recebeu aporte de capital adicional no montante de R\$ 161.067. O capital contribuído pela RCSA compreende imóveis mensurados ao valor contábil.

A referida reestruturação societária não produziu impactos nas demonstrações financeiras combinadas consolidadas, exceto pela reversão parcial dos tributos diferidos sobre mais valia de ativos da Companhia, no montante de R\$ 24.502, pelo fato da Saturno ser tributada pelo regime de lucro presumido.

(v) Reestruturação societária envolvendo incorporação reversa da Curupay pelo TEAS

- Redução de capital na Tarumã.

Em 29 de outubro de 2014, foi aprovada pela RESA a redução de capital na controlada da Raízen Tarumã por meio do cancelamento de 419.595.977 quotas, no montante de R\$ 419.596. A RESA foi restituída no montante de R\$ 400.000 mediante pagamento realizado em 29 de outubro de 2014 e recebeu 23.999.999 quotas de emissão da Curupay, no montante de R\$ 19.596, correspondente à participação societária de 100% no capital social daquela sociedade.

- Aumento de capital da RESA na Curupay

Em 30 de outubro de 2014, a RESA subscreveu e integralizou 48.554.683 quotas de emissão da Curupay, no montante de R\$ 48.554, da seguinte forma: (i) transferência de todas as 26.318.238 quotas que a RESA possuía de emissão do TEAS, correspondente a participação societária de 66,67% no capital social da mesma, no montante de R\$ 40.288, perfazendo uma participação societária de 100% no capital social do TEAS; (ii) ágio gerado na aquisição desta investida, no valor de R\$ 7.301, recebido como parte dos ativos líquidos contribuídos na formação do Grupo Raízen ; e, (iii) créditos de partes relacionadas no valor de R\$ 965.

- Incorporação de forma reversa da Curupay pelo TEAS

Adicionalmente, em 30 de outubro de 2014, a RESA aprovou a incorporação reversa da Curupay pelo TEAS. Em decorrência desta incorporação, e considerando que a Curupay é detentora de 100% do capital social do TEAS, registrou-se um aumento de capital na sociedade, mediante a emissão de 420.432 novas quotas, no montante de R\$ 421, já deduzidos do saldo de R\$ 60.429 referente ao investimento da Curupay no TEAS.

Como resultado desta operação, em consonância ao IAS 28, a RESA constituiu reserva especial de ágio reflexa, no montante de R\$ 2.004, equivalente ao benefício fiscal de 34% que decorrerá da amortização dos ágios gerados na aquisição de ações do TEAS, contabilizado nesta sociedade como ativo fiscal diferido.

A referida reestruturação societária não produziu impactos nas demonstrações financeiras combinadas consolidadas.

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

28. Informações suplementares aos fluxos de caixa

	2017	2016 (reapresentado)	1º de abril de 2015 (reapresentado)
Transações de investimentos			
Capital subscrito e não integralizado (Nota 11.b.i)	(75.738)	-	-
Depreciação e amortização de ativos da área agrícola capitalizados como Imobilizado (Nota 12)	(45.291)	(42.255)	(57.741)
Juros capitalizados em ativos imobilizados (Notas 12 e 23)	(26.904)	(34.923)	(40.636)
Depreciação de ativos da área agrícola capitalizados como Ativo biológico (Nota 8)	(14.925)	(20.980)	(75.222)
Transferência de ações do CTC como pagamento de dívida	-	(8.250)	-
Direitos de exclusividade de fornecimento de combustíveis a pagar	36.106	(1.735)	(105.608)
Outros	13.178	(2.969)	14.551
	<u>(113.574)</u>	<u>(112.847)</u>	<u>(370.264)</u>
Transações de financiamento que não envolvem caixa			
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota 19.c)	(61.341)	(284.794)	(135.023)
Integralização de capital por acionistas não controladores com dividendos	-	-	1.556
Integralização de capital por acionistas não controladores a pagar	-	-	7.200
	<u>(61.341)</u>	<u>(284.794)</u>	<u>(126.267)</u>

29. Eventos subsequentes

Reestruturação societária - Raízen Conveniências Ltda. e suas controladas (“Conveniências”)

Em 3 e 4 de abril de 2017, a RCSA e suas controladas efetuaram aumento de capital nas Conveniências, por meio de contribuição dos ativos líquidos atrelados à atividade de *franchising* e licenciamento da marca “*Select*”, no montante de R\$ 27.477, resultando em uma participação societária de 99,99%. Os ativos líquidos contribuídos estão detalhados a seguir:

Principais rubricas:

Contas a receber de clientes	12.414
Partes relacionadas	22.250
Imobilizado	3.906
Intangível	2.811
Outras obrigações	(5.403)
Outros ativos e passivos, líquidos	<u>(7.999)</u>
	<u>27.979</u>
Atribuível a acionistas controladores	27.477
Atribuível a acionistas não controladores	<u>502</u>
	<u>27.979</u>

Grupo Raízen

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas consolidadas em 31 de março de 2017

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

Emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”)

Conforme Anúncio de Encerramento da Distribuição Pública da 6ª e 7ª Séries da 1ª Emissão da RB Capital Companhia de Securitização divulgado em 05 de maio de 2017, a RESA concluiu a emissão de CRAs para captação de R\$ 969.691 com vencimento em abril de 2024 (7ª série), considerando o exercício total de Opção de Lote Adicional (20%), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º da Instrução Normativa (“IN”) CVM 400 e de exercício parcial da Opção de Lote Suplementar (9,3%), nos termos do artigo 24 da IN CVM n.º 400. A liquidação financeira ocorreu em 03 de maio de 2017.

Proposta de investimento na Tonon Bioenergia S.A. (“Tonon”)

Em 13 de junho de 2017, a RESA apresentou proposta vinculante no valor total de R\$ 823 milhões para aquisição das usinas de Santa Cândida e Paraíso, no âmbito da Recuperação Judicial da Tonon Bioenergia S.A. - Em Recuperação Judicial, Tonon Holding S.A. - Em Recuperação Judicial e Tonon Luxembourg S.A. - Em Recuperação Judicial.

As usinas de Santa Cândida e Paraíso estarão organizadas sob a forma de Unidade Produtiva Isolada - UPI, sendo que a alienação será feita em leilão judicial, na modalidade de propostas fechadas, conforme prevê o edital de oferta pública do referido leilão.

Até a emissão destas demonstrações financeiras não existe qualquer resultado concreto do processo competitivo.

* * *